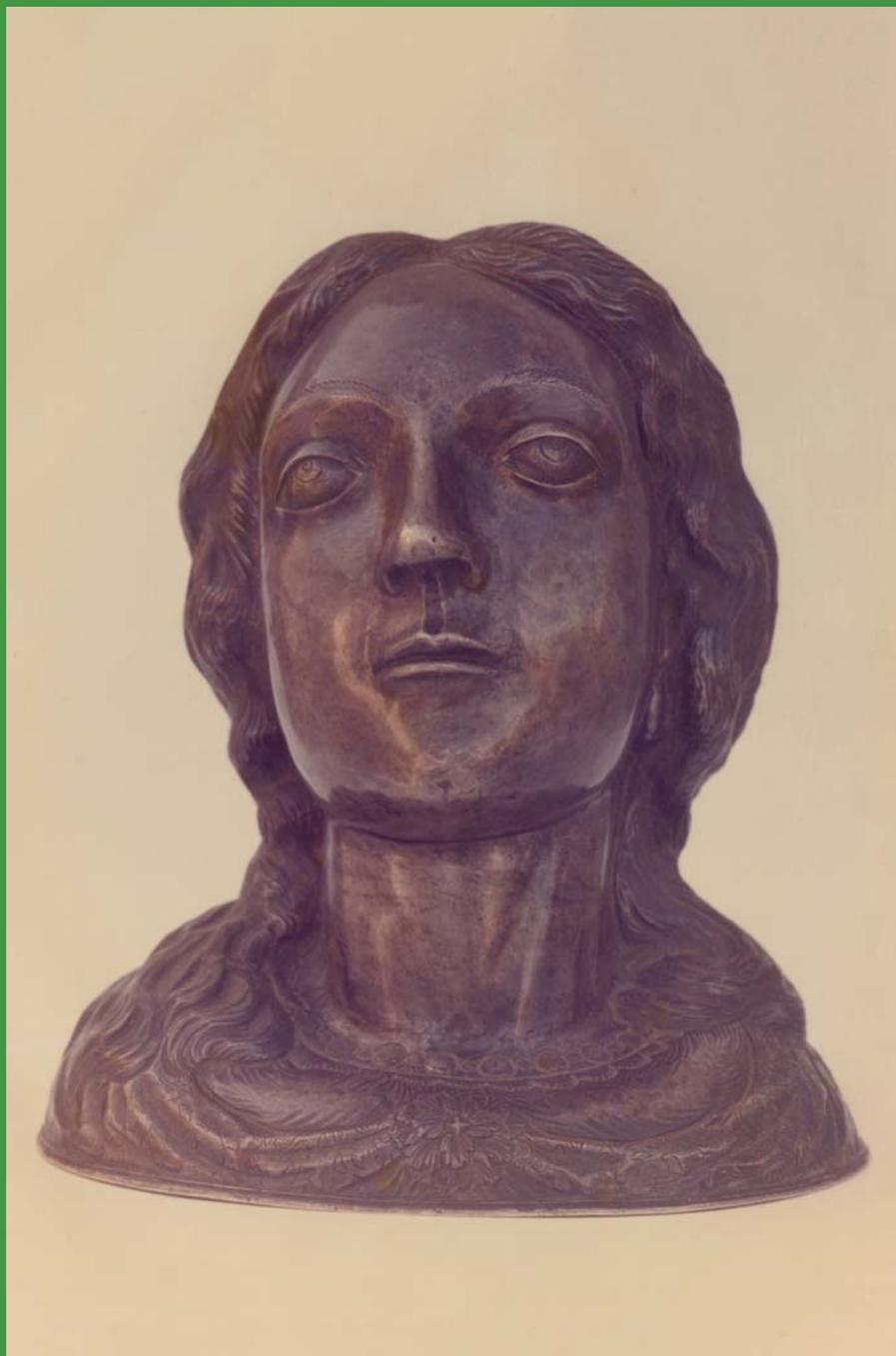


BOLETIM CULTURAL DE

amares

Nº 3



BOLETIM CULTURAL DE

amares

Nº3

AMARES
DEZEMBRO 2021



05

APRESENTAÇÃO
SÉRGIO GUIMARÃES
DE SOUSA

99

POR AMARES, OS LIVROS –
LER+ DISTOPIAS
JORGE BRANDÃO

135

ENTREVISTA A
ANA LUÍSA AMARAL
ANABELA COSTA

09

AMARES, DA PRÉ-
-HISTÓRIA RECENTE À
ROMANIZAÇÃO
FERNANDO COSME

109

ENCONTRARTE
AMARES 2021
FERNANDO ALMEIDA

153

COLÓQUIO
INTERNACIONAL
– REPENSAR SÁ
DE MIRANDA E O
RENASCIMENTO
PATRÍCIA MONTEIRO

35

CONTRIBUTOS DA
TOPONÍMIA PARA A
FIXAÇÃO DOS LIMITES
DO COUTO VELHO DO
MOSTEIRO DE SANTA
MARIA DE BOURO
ANTÓNIO AFONSO

119

RESIDÊNCIA ARTÍSTICA
“ARTE EM ESPAÇO
PÚBLICO”
PATRÍCIA MONTEIRO

157

ANIVERSÁRIO DE
NASCIMENTO DE
FRANCISCO DE SÁ DE
MIRANDA
PATRÍCIA MONTEIRO

59

EM HONRA DE
VASCONCELOS
FERNANDO FERNANDES

123

EXPOSIÇÃO
«PINTAR COM
POESIA: DEVANEIOS,
PALAVRAS, TRAÇOS
E COR», DE SÍLVIA
MOTA LOPES
BIBLIOTECA MUNICIPAL
FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA

161

ENTREVISTA A RICARDO
HIROYUKI SHIBATA
SÉRGIO GUIMARÃES DE SOUSA

83

PALAVRAS DE
HOMENAGEM A
ISIDRO ARAÚJO
MUNICÍPIO DE AMARES

127

OBRA COMPLETA
DE FRANCISCO DE
SÁ DE MIRANDA
PATRÍCIA MONTEIRO

93

AQUALIBRI – BIBLIOTECA
DIGITAL DO CÁVADO
ANABELA COSTA

131

PRÉMIO LITERÁRIO
FRANCISCO DE SÁ DE
MIRANDA 2021
PATRÍCIA MONTEIRO



APRESENTAÇÃO

Sérgio Guimarães de Sousa
spgsousa@ilch.uminho.pt

Excecionalmente, este editorial não é escrito nem assinado pelo Dr. Isidro Araújo, diretor do *Boletim Cultural de Amares*. E a razão percebe-se sem custo: ao fim de 35 anos dedicados à política, o mesmo é dizer, consagrados aos amarenses, o Dr. Isidro decidiu não se recandidatar a qualquer cargo e ceder o lugar, como o próprio deixou claro, às gerações mais novas. Para trás, fica um legado que nos merece o maior respeito. Não só pela diversidade e pelo impacto social das funções que foi ocupando, como também, e sem dúvida sobretudo, pela exemplar maneira como, independentemente de filiações políticas, criou pontes, harmonizou dissensos, projetou prioridades. E isto só foi possível porque o Dr. Isidro, como sabem todos os que com ele privaram ao longo dos anos, sempre soube conciliar duas facetas aparentemente contraditórias, mas extremamente eficazes quando sabiamente conjugadas: a racionalidade e a sensibilidade. E poderia, já agora, acrescentar uma terceira, particularmente decisiva: a intuição. Tudo isto, que não é pouco, permitiu ao Dr. Isidro uma carreira muito assinalável e reconhecida tanto por próximos como por adversários, mas essencialmente – e é talvez este ponto crucial que cabe reter – possibilitou-lhe sem reservas afirmar-se civicamente ao serviço da causa pública. Homenageá-lo neste número do *Boletim Cultural de Amares* era, pois, uma questão de elementar justiça.

A revista não se esgota, todavia, nesta justa homenagem. São múltiplas as matérias de interesse, a darem conta da vivacidade cultural e patrimonial do território amarense, como é o caso, entre outras, do Couto de Bouro (António Afonso), de um

excelente estudo sobre o território de Amares no período da pré-História à Romanização (Fernando Cosme) ou da entrevista que nos concedeu um grande especialista de Sá de Miranda, o Professor Ricardo Hiroyuki Shibata. Um território pautado por uma história local marcante, a cruzar-se com a grande História (pense-se, evidentemente, em Sá de Miranda ou em Gualdim Pais), que cumpre registrar. Isso a compasso com todas as dinâmicas estético-culturais e científicas acolhidas e promovidas pelo município. Eloquentes exemplos disso são o mural de Juan Domingues, localizado na Galeria de Artes e Ofícios da Praça do Comércio, a exposição de pintura da também artista plástica Sílvia Mota Lopes, intitulada “Pintar com Poesia: devaneios, traços e cor”, que passou pela Biblioteca Municipal, o Encontro ou ainda a atribuição do Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda a Ana Luísa Amaral, recentemente galardoada com o Prémio Rainha Sofia de Poesia Ibero-Americana. Isso e muito mais.

Em suma, na esteira dos anteriores, este número do *Boletim Cultural de Amares* responde ao projeto de “memorizar”, nas suas variadas declinações, as manifestações culturais, artísticas, históricas, patrimoniais e científicas adstritas ao Concelho de Amares. Que o leitor, nas próximas páginas, encontre motivos de prazer e interesse, eis seguramente o nosso mais claro desejo.



AMARES,
DA
PRÉ-HISTÓRIA
RECENTE À
ROMANIZAÇÃO

Fernando Cosme
fas.cosme@gmail.com

Não se conhecem indícios concretos de presença humana em Amares no Paleolítico nem no Mesolítico. Assinalam-se, no entanto, achados por G. Zbyzewsky, A. Viana, J. C. França e J. S. P. Vilas Boas, de instrumentos paleolíticos procedentes de níveis de terraços do curso médio do Cávado, particularmente abundantes no vizinho concelho de Barcelos.¹ Do Neolítico já se reconhecem várias construções megalíticas ao longo da Montanha de Bouro², fazendo-nos admitir uma possibilidade de desenvolvimento da neolitização em território de Amares e convidando-nos a começar pelo Neolítico a pré-história deste concelho.

NEOLÍTICO

Etimologicamente o nome assinala a inovação que se verificou no trabalho da pedra. Não obstante a importância desta marca de evolução, caracteriza essencialmente o início deste período a invenção da agricultura e pastorícia, e conseqüente transformação económico-social. Esta invenção provocou a maior revolução económica e social da história da humanidade. É que antes do Neolítico o homem tinha a vida dum comum animal deambulando pela floresta: como os herbívoros recolhia tubérculos, raízes e frutos, como os carnívoros caçava na floresta e pelos rios e litoral pescava e mariscava. No Neolítico aprendeu a semear, plantar e cultivar vegetais, e a domar alguns animais. Com estas duas invenções iniciava uma vida destacada dos restantes animais, substituindo a sua atividade predadora pela de produtor, transformando plantas, animais e a própria terra para satisfação dos seus interesses. E de certo modo podemos dizer que essa revolução ainda não acabou.

Terá começado no “núcleo levantino”, a zona sírio-palestina que engloba o prolongamento das estepes de Jezireh até aos primeiros contrafortes do Taurus Oriental, onde grupos humanos paleolíticos terão vivido períodos de sedentarização por aí terem encontrado plantas selvagens com sementes comestíveis, mormente de trigo, proporcionando-lhes experiências de reprodução por semente e plantação. Seria a memória desta terra que entraria na religião judaica pelo mito do *Éden*, “terra de colheitas sem trabalho, onde não era necessário derramar suor para colher pão”³. E progressivamente foram-se consolidando, do X ao VIII milénio AC, as primeiras comunidades sedentárias agro-pastoris. Na Palestina provocou tal repercussão cultural que muitos milénios depois, no século X AC, os cronistas da corte do rei Salomão, ao iniciarem a escrita da bíblia, colocaram no Neolítico a semana da criação do universo e do homem⁴, narrando que foi o primeiro casal humano criado que, em castigo por ter ingerido o fruto da “árvore do conhecimento”, foi expulso do “éden” (da vida paleolítica) e obrigado a cultivar “com o suor do seu rosto”. Os seus dois filhos assumiram estas duas “fabricações”: Caim a de lavrador, Abel a de pastor; e ao oferecerem a Deus os frutos da sua produção, os do agricultor foram mal recebidos. Na bíblia a criação do homem e seu imediato castigo com o trabalho agrícola, por provar o “fruto da árvore do conhecimento”, é uma nítida alegoria

da revolução neolítica, com condenação do conhecimento, simbolizado na invenção da agricultura.

A consolidação da agricultura no Medio Oriente demorou cerca de 2.000 anos, imensamente mais lenta do que o dia de aprendizagem de Adão e Eva, e a sua propagação até nós ainda demorou mais. Ao Norte de Portugal e Galiza estima-se que chegou cerca da segunda metade do quinto milénio AC e a sua consolidação demorou cerca de outros dois mil anos. No processo de agricultura nesta região, o homem, apesar de não ter sido “expulso da vida selvagem”, pois continuou (e ainda continua!) a recolha e caça, foi aumentando a produção de alimentos e foi-se ligando aos locais de produção, incrementando a sedentarização. E a organização da exploração agrícola levou-o ao reforço das relações de parentesco, consolidação da unidade familiar, desenvolvimento do conceito de antepassado e da sua importância simbólica. E neste quadro surgiu o fenómeno megalítico: construção de túmulos coletivos no espaço circundante ao da residência. O megalitismo foi originado por comunidades já neolitizadas cujo desenvolvimento da exploração agro-pastoril organizada resultou no reforço das relações de parentesco, no quadro duma estrutura social segmentária. O estudo destes túmulos e seus espólios vem definir a era megalítica e esclarecê-la em grande parte.

MEGALITISMO

As sepulturas megalíticas salientam-se na paisagem, assinalando o território do grupo. O *tumulus*, isto é, o conjunto total, o que se vê do exterior, envolve o sepulcro propriamente dito e apresenta planta de contorno circular ou ovalado, variando de 6 a 35m de diâmetro. Encontram-se essencialmente três tipos de monumentos funerários no Neolítico Médio e Final:

- **a)** dólmen simples, de câmara poligonal fechada, com espaço sepulcral muito limitado, envolvido por *tumulus* de terra recoberto superficialmente por “couraça” pétreas;

- **b)** dólmen simples, de câmara poligonal alongada, aberta, com *tumulus* envolvente em terra e pedras e com contraforte de grande envergadura;

- **c)** dólmen de câmara poligonal larga e de corredor, com *tumulus* em terra, protegido superficialmente por “couraça” de pedras⁵.

Na referência de V. Oliveira Jorge aos da serra da Aboboreira, os construtores da maior parte das mamoadas escavadas habitavam nas suas proximidades em frágeis *habitats* de materiais perecíveis, pois em alguns solos encontraram-se buracos de poste, artefactos, designadamente moinhos manuais, e teor elevado de fosfatos.

O início deste extraordinário fenómeno ocorreu cerca de meados do quarto milénio AC, inaugurando o Neolítico Médio, e atingiu o apogeu durante o Neolítico Final, na primeira metade do terceiro milénio AC, vigorando até aos inícios do Calcolítico.⁶ O grupo racial humano mais abundante do período megalítico e calcolítico na Península Ibérica pertenceria ao mediterrâneo grácil,

de estatura média e reduzida - 162,31cm para o sexo masculino e 151,5cm para o feminino - com esperança média de vida de 26,2 anos.⁷

Abundam construções megalíticas em pontos bastante elevados a norte de Amares, nomeadamente no Suajo, na vertente norte da Serra Amarela, no ocidente do Larouco, e algumas no sudoeste da Serra do Gerês, na aldeia do Campo, de Terras de Bouro. Ainda não se encontraram construções megalíticas em território propriamente de Amares.⁸ Porém, na Montanha de Bouro, que sobreleva este concelho, há na freguesia de Monte pelo menos três grupos de mamoaas: um de duas junto da Chã da Nábia, outro de quatro na Arabeça, e outro, também de quatro, no Curduído. Parece-me ter havido outro grupo nesta montanha, no *Alto do Formigueiro*, entre o *Quartoe* o *Cemitério dos Mouros*, cujo derrube quase completo pela abertura de caminhos e outras obras não permite definir convenientemente.

CALCOLÍTICO

Como principais constantes do processo de mudança de habitat do Neolítico final para o do Calcolítico sobressaem, à escala do nosso país, a concentração da área habitacional e aumento da sua utilização. Dum modo geral os *habitats* calcolíticos do Norte são de altura e situam-se junto de importantes cursos de água. Ocupam, frequentemente, plataformas em esporão com boas condições naturais de defesa. Escavações ainda pouco extensas têm revelado estruturas domésticas em geral frágeis, como buracos de poste, fossas, lareiras e pequenos muros. Foram utilizados também abrigos sob rocha. O aspeto que mais distingue as transformações calcolíticas é a intensificação produtiva, na qual assenta a sua complexificação sociocultural. Em jazidas calcolíticas têm sido encontradas, de norte a sul do país, sementes incarbonizadas de trigo e cevada e restos de leguminosas (fava e ervilha). Outros restos florísticos documentam a recolção de frutos silvestres (medronho, murta, bolotas de azinheira, frutos de catapereiro), de fungos para fins alimentares e/ou medicinais, da papoila do ópio (*Papaver somniferum*) destinada, possivelmente, à preparação de “medicamentos” e/ou a rituais mágico-religiosos. Sem se afastar a hipótese de alguma horticultura de regadio nos retalhos aluvionares dos cursos de água que geralmente correm na base dos povoados, ajusta-se aos dados existentes um modelo de agricultura cerealífera de sequeiro, com rotação de culturas e integração da criação de gado.

A intensificação da produção que se verifica nesta sociedade calcolítica tem como principal fator de mudança a criação de gado, nomeadamente a força de tração bovina e correlativas inovações tecnológicas (carro e arado) e, já no final do Calcolítico (horizonte campaniforme), muito possivelmente os equídeos, que incrementando acessibilidades proporcionaram produções superiores. Este gado aproveitaria os restolhos. Nos inventários faunísticos destacam-se o veado (*Cervus elaphus*) e o boi selvagem (*Bos primigenius*).

A análise da organização do espaço intra-habitat mostra comunidades basicamente igualitárias. Esta não-adoção duma organização sociopolítica na

via da centralização do poder terá levado as formações económico-sociais do III milénio AC a guerras generalizadas. No entanto, sobretudo em povoados do Sul, já se nota alguma diferenciação funcional, que se desenvolverá no horizonte campaniforme e na Idade do Bronze.⁹

São características deste período cerâmicas decoradas, vulgarmente designadas como de “Tipo Penha” pela semelhança com as da estação epónima de Guimarães, de fácil identificação devido ao elevado grau de padronização.

POVOAMENTOS CALCOLÍTICOS EM AMARES

Dos três povoados fortificados até agora escavados no concelho de Amares, revelaram testemunhos deste período a *Chã do Castro*, na freguesia da Portela (J. Rigaud de Sousa e S. Oliveira Jorge em 1978 e S. Oliveira Jorge em 1979) e *Alto da Santinha*, freguesia de Amares (Bettencourt, 2001).

Chã do Castro. A Chã do Castro, na freguesia da Portela, é um “habitat” provido de meios de defesa naturais, no alto dum monte. Além de ocupações posteriores, as escavações revelaram uma que se supõe calcolítica, com cerâmicas impressas e incisas, algumas com decorações de “Tipo Penha” e motivos radiados; encontraram-se ainda artefactos líticos de pedra lascada em sílex, lascas residuais, raspadores, raspadeiras, denticulados, furadores, pesos de rede, fragmentos de lâminas, um núcleo, um seixo afeiçãoado e dois moinhos manuais móveis.¹⁰

Santinha. No povoado da Santinha Ana Bettencourt encontrou artefactos de pedra lascada em sílex, cerâmicas com decoração incisa metopada de tipo “Penha”, e triângulos preenchidos com incisões ou impressões, denunciando uma ocupação calcolítica no IV milénio ou inícios do III AC. Embora este espólio tenha sido encontrado algo descontextualizado, a sua posição no terreno faz supor que ocuparia a zona mais elevada da colina, onde abundam afloramentos graníticos que proporcionariam abrigos naturais.¹¹

A sepultura de Porco Morreu. Nos anos 70, segundo Ana Bettencourt, foi encontrada uma sepultura na freguesia de Paranhos, *lugar de Paranhos de Cima*, na bouça de *Porco Morreu* (Alt. 430m, coordenadas M=183, P=523,3 da folha 42 - 1/25.000), a cerca de 1,5m de profundidade. Era de pedra miúda, arredondada, cerca de 1m de diâmetro, sem pedras nem qualquer montículo de terra por cima. No seu interior encontrou-se carvão, o que parecia um pedaço de osso e uma espiral de ouro, de secção circular semelhante a uma mola, extremidades aguçadas, da largura de um dedo de homem e que chegou a servir de anel ao senhor que a encontrou.¹² Ana Bettencourt calcula que indicia uma ocupação entre finais do III e meados do II milénio AC, podendo assim situar-se na transição do Calcolítico para a Idade do Bronze.¹³

IDADE DO BRONZE

A Idade do Bronze é tradicionalmente subdividida em três períodos - Inicial, Médio e Final - e globalmente percorre o II milénio AC e inícios do I.

No Noroeste peninsular são escassos os dados referentes à cultura dos dois primeiros períodos, por isso avançamos para o Bronze Final. Este ainda se subdivide em Bronze Final I (entre 1200 e 1000) e Bronze Final II (entre 1000/900 e 750/700 AC).

No Bronze Final I, com relações culturais predominantemente atlânticas e alguns influxos continentais, merecem relevo os mais antigos machados de talão com anel, que no Noroeste Peninsular contribuem para o início dum artesanato local que nas etapas posteriores será mais caracterizado. Entre 1100 e 1000 verifica-se um significativo aumento dos achados e maior variedade tipológica, reflexo da diversificação dos centros produtores, com plena incorporação no Bronze Atlântico. E aparece como elemento mais característico a espada de folha pisciforme, com típico estrangulamento junto ao punho, de lingueta, que se reconhece como de origem centro-europeia no âmbito do Bronze Final da Cultura dos Campos de Urnas. Nas cerâmicas distinguem-se conjuntos regionais típicos e influências meseténhas, visíveis em formas e técnicas decorativas da cultura de Cogotas I.

PROTO-HISTÓRIA

No Bronze Final II do Ocidente da península verifica-se um incremento de contactos comerciais e culturais mediterrânicos. No Noroeste observa-se uma significativa alteração dos padrões de povoamento, emergindo povoados fortificados que caracterizam a fase de formação da cultura castreja, que durante a Idade do Ferro se afirmará como uma das mais expressivas conformações culturais da proto-história peninsular.

Entre os elementos metálicos mais característicos generaliza-se, sobretudo no Noroeste, a produção de machados de talão em anéis, que se tornarão no tipo predominante do Bronze Final Atlântico Peninsular, com numerosas variantes que evidenciam focos metalúrgicos regionais, de que se destacam os do Minho e Beira Alta. Também caracterizam esta fase a espada com lâminas paralelas e extremidade apontada “em língua de carpa”; punhal de lingueta simples, perfurada; pontas de lança de diversas tipologias, com influência de protótipos atlânticos; de influência predominantemente atlântica também objetos variados de uso doméstico e votivo; surgem as primeiras fíbulas conhecidas no Ocidente, seguindo modelos mediterrânicos de procedência cipriota e siciliana. Verifica-se, assim, uma crescente diversificação de relações. De relevar a difusão duma nova ourivesaria, principalmente torques maciços e pesados de decoração geométrica a buril, influenciados por protótipos atlânticos dos finais do Bronze Médio, e a generalização de formas carenadas e decorações típicas, especialmente de ornatos brunidos, de influência mediterrânica.¹⁴

A CIVILIZAÇÃO CASTREJA

É no Bronze Final II, cerca de 1000 AC, que tem início a denominada Cultura Castreja. Terá expressão mais vincada na Idade do Ferro, seguirá até à invasão romana e em numerosos casos prolongar-se-á para além do início da romanização.

FASES DA CULTURA MATERIAL CASTREJA

Manuela Martins, a partir de elementos observados em escavações no povoado fortificado de *Lago*, Amares, e em *Barbudo* e *S. Julião*, Vila Verde, definiu quatro fases na cronologia deste período e respetivas características:

FASE I: SÉCULOS X/IX AC – VII/VI AC – BRONZE FINAL

Sistema defensivo quase sempre relativamente simples, reduzido a uma só muralha de técnica construtiva rudimentar, com grandes blocos mal-afeiçoados e incorporação de afloramentos graníticos. Soluções mais complexas podem incluir um talude de terra e pedras, fosso escavado na arena granítica (geralmente um fosso e uma muralha), 8 a 10 cabanas, apenas vestígios de cerâmica. Nas cabanas, de planta circular, bases por vezes aproveitando afloramentos rochosos, constituídas por aros de pedra com pavimentos de barro e saibro endurecido. As paredes ainda não são de pedra mas de materiais perecíveis.

Quanto aos achados líticos, numerosas mós de vai-vem, ausência de bolotas carbonizadas e presença de cereais e leguminosas, denunciando uma economia de forte componente cerealífera; pesos de seixo parecendo de aplicação a redes de pesca e principalmente pesos para a tecelagem.

FASE II: SÉCULOS VII/VI – II AC – IDADE DO FERRO

Considerável aumento do número de povoados fortificados, com sobrevivência de alguns de ocupação anterior e emergência dum número significativo de outros; acentuada heterogeneidade na organização dos habitats; os vestígios habitacionais continuam a denunciar construções de materiais perecíveis, mas nos finais desta fase já vão aparecendo as primeiras construções de pedra, quer com grandes blocos toscamente afeiçoados, quer com pedras mais pequenas, simplesmente partidas; todavia, sobretudo nas muralhas, nesta fase generaliza-se a utilização da pedra. Continua dominante a planta circular nas habitações, porém já surgem regionalismos com plantas ovais e retangulares.

Na cerâmica surgem técnicas e tipos morfológicos caraterísticos da Idade do Ferro, mas continua um único tipo de fabrico, bastante grosseiro, com grande abundância de quartzos e partículas de mica.

Os achados líticos, representados em pequena quantidade, registam continuidade relativamente à fase anterior. Os objetos continuam a ser fabricados, na generalidade, sobre seixos rolados graníticos e quartzíticos; pre-

sença de pesos, maioritariamente em granito, percutores, machados polidos, trituradores, raspadores, lascas não retocadas e mós de vai-vem.

Quanto aos metais, foram escassos e pouco significativos os achados, todos de bronze e alguns fragmentos de chumbo, provavelmente denunciando dificuldades de acesso às jazidas deste metal ou a circuitos comerciais abastecedores; a metalurgia do bronze, embora incipiente, parece revelar certa continuidade em relação à fase anterior, talvez favorecida por maior abundância das matérias-primas necessárias na região.

FASE III: SÉCULO I AC – MEADOS DO SÉCULO I – IDADE DO FERRO

Os povoados atingem nesta fase as características bibliograficamente vulgarizadas da “Cultura Castreja”. Grande desenvolvimento. Profundas alterações na organização espacial dos povoados, que aumentam significativamente e muitos são recuperados. Profundas reformas nos sistemas defensivos – florescimento da metalurgia do bronze e do ferro, generalização de robustas muralhas e da utilização de pedras faceadas a pico. Tendência para o alinhamento ortogonal de ruas, tal como nos povoados de Sanfins, Briteiros, Âncora e Santa Luzia, não chegando, porém, à definição de quarteirões integrando unidades de carácter familiar, como nestes grandes povoados. Habitações com paredes de boa qualidade, pedras de faces picadas, formando aparelho poligonal, e justaposição dos blocos, ligados por argamassa, habitualmente maiores na face externa do que no interior. Pavimentos compactados, de terra e argila, alguns revelando vestígios de lareiras. Coberturas de materiais perecíveis, não sendo possível a introdução de *tegulas* e *imbrices* anteriormente a meados do séc. I da nossa era. Também pavimentos lajeados entre as estruturas da habitação. Paralelamente ao crescimento de alguns povoados de altitude e criação de outros, parecendo favorecer a concentração populacional em lugares estratégicos, assiste-se, a partir do séc. II AC, durante o séc. I AC e mesmo ainda durante o séc. I da nossa era, a uma implantação mais significativa de povoados de baixa altitude, revelando uma dispersão populacional ao longo dos vales.

Na cerâmica generaliza-se a utilização do torno, aparecem pastas de melhor qualidade, com desengordurante fino, composto essencialmente por pequeníssimos grãos de quartzo bem calibrados; cozeduras mais regulares implicando melhoria dos ambientes e das temperaturas de cozedura. Encontram-se agora dois tipos de fabrico bem individualizados: o grosseiro anterior, representado em várias formas de recipientes, e peças revelando a evolução no fabrico e maior cuidado no tratamento das superfícies: potinhos, púcaros e tigelas, provavelmente destinadas a serem usadas à mesa.

FASE IV: ALTO IMPÉRIO / ROMANIZAÇÃO

Paulatinamente, talvez sobretudo a partir das invasões de Décimo Júnio Bruto, chega à região de Amares a influência da fundação de Bracara Augusta, o

lançamento da rede viária e o início da exploração mineira no Noroeste. Mas nos povoados fortificados, e concretamente na cerâmica, os sinais duma romanização efetiva só são bem perceptíveis a partir de meados do séc. I da nossa era. A partir desta altura é traço cultural marcante a generalização de louça romana de fabrico comum. As cerâmicas de importação, ânforas Haltern 70 e alguma *sigilata itálica* já vão aparecendo desde finais do séc. I AC, mas são vestígios muito raros, admitindo-se que constituem, ao menos durante um certo período, bens de prestígio, difundidos apenas entre alguns habitantes mais ilustres. Vidros aparecem, mas bastante raros e todos datados do séc. I e II da nossa era. Também são raros os objetos de metal.

OS POVOADOS FORTIFICADOS DE AMARES

Manuela Martins também elaborou um catálogo dos povoados fortificados da zona do curso médio do Cávado.¹⁵ Ana Bettencourt ampliou-o geograficamente até à bacia do Baixo Cávado¹⁶ e Helena Carvalho acrescentou-lhe, na área de Amares, alguns na vertente direita a montante do mesmo rio.¹⁷ Observando-se uma considerável densidade destes povoados no território de Amares, considerei útil apresentar um inventário restrito a este concelho. Acolhi as informações daqueles três catálogos e acrescentei-lhes um povoado fortificado inédito na freguesia de Santa Maria de Bouro. Baseado num levantamento toponímico que efetuei nos concelhos de Amares e Terras de Bouro, corriji alguns topónimos e alguns erros que persistiram na localização dos povoados, geralmente devidos a indicações toponímicas erradas na carta de 1/25.000. Escavações nos povoados da *Chã do Castro*,¹⁸ *Lago*¹⁹ e *Santinha*²⁰ enriqueceram os seus dados, permitindo-me apresentá-los com maior desenvolvimento. Vão nas freguesias em que se encontram e estas por ordem alfabética.

FREGUESIA DE AMARES

Povoado da Santinha. Altitude 195m; Lat. 41º 38' 16" N; Long. 8º 20' 41" W.

Povoado fortificado romanizado. Localiza-se na plataforma superior e vertente sul dum bem visível outeiro frente à vila de Amares. A plataforma superior é aplanada e defendida a leste e oeste por afloramentos. Extremamente desfigurado por uma pedreira que cortou as vertentes oeste e sul que, com cortes de pedra, terraplanagens frequentes na plataforma superior e alargamento de caminhos afetaram profundamente a estação arqueológica.

Além dos indícios do Calcolítico já referidos, Ana Bettencourt encontrou neste povoado dois períodos de ocupação do Bronze Final.²¹

O primeiro, do Séc. X AC, ter-se-á prolongado por um considerável período de tempo. Na acrópole, diversas fossas abertas no saibro, grande número de sementes de cereais, crucíferas e leguminosas, profusão de vasos cerâmi-

cos de grande e média dimensão de fabrico grosseiro e fragmentos de grandes moinhos manuais, permitem admitir que esta zona teria funcionado como área de armazenagem e transformação de produtos agrícolas. Na vertente sul, contida por muros de pedra de construção grosseira, foram detetados pavimentos, um número reduzido de fossas, espólio cerâmico mais diversificado e louça fina, características de organização do espaço para atividades diárias mais diversificadas. Encontrou-se uma sepultura sem *tumulus* em forma de cista, constituída por lajes e pedras graníticas com 50x40cm e 28cm de profundidade, coberta por um pequeno aglomerado de pedras; no seu interior, alguns carvões dispersos e um potinho com vestígios de fuligem no exterior sugerem rituais de enterramento com queima de substâncias aromáticas. Nas imediações do outeiro da Santinha existiam bosques arbóreos (com amieiro, amieiro-negro, buxo, freixo, pinheiro-bravo), matos com vegetação arbustiva (estevas, leguminosas, silvas e urze branca/torga) e campos agrícolas (de trigo, milho miúdo, favas e *brassica*). O registo antracológico revelou abundância de leguminosas e plantas arbustivas, indiciando um coberto vegetal predominantemente aberto e uma paisagem degradada, provavelmente pela ação do fogo, resultante duma forte e continuada atividade agro-silvo-pastoril, também sugerida por dados paleocarpológicos.

Estes indicadores apontam para atividades de âmbito local. No entanto alguns elementos, como vestígios de produção metalúrgica, peças em bronze e uma conta em pasta vítrea implicam circulação de cobre e estanho e indiciam inserção em sistemas de intercâmbio mais alargado.

Esta ocupação parece ter sido interrompida. Porém ainda no Bronze Final há uma segunda, de que se detetaram três fossas abertas na camada mais antiga, consideravelmente maiores do que as anteriores, e uma maior diversidade de sementes de cereais e crucíferas, aparentemente indiciando uma população de maior incremento agrícola.

Após esta fase o povoado foi abandonado durante muitos séculos. Durante a romanização poderá ter existido uma ocupação fruste, de que se encontraram materiais descontextualizados.²²

SANTA MARIA DE BOURO

Cabanas. Alt. 380m; Lat. 41º 40' 25" N; Long. 8º 50' 12" W.

Inédito e ainda não classificado. É na vertente sudeste da Montanha de Bouro, num sítio chamado **Cabanas**, do lugar de *Paradela de Frades*, junto do limite com a freguesia de Santa Marta. Observa-se grande quantidade de cerâmica de construção romana (*tegulas e imbrices*) e de cozinha de fabrico comum.²³

Castelos. Alt. 408m; Lat. 41º 40' 10" N; Long. 8º 50' 15" W.

A sudeste do outeiro de Cidadelhe, numa lomba de solo quase inteiramente recoberto de extensas lajes graníticas, sobre o lugar de Lourido. Exce-lentes condições de defesa e amplas vistas. Apresenta taludes artificiais, ce-

râmica da Idade do Ferro e romana e fragmentos de *tegulae* e *imbrex*. Seguem-se-lhe, a nível inferior, outros promontórios com características semelhantes.

Cidadelhe. Alt. 566m; Lat. 41º 40' 20" N; Long. 8º 50' 23" W.

Povoado fortificado romanizado. Situa-se no topo da íngreme colina que se eleva frente à Senhora da Abadia. Abunda nele cerâmica da Idade do Ferro e romana, com abundância de *tegulas* e *imbrices*. Também é visível ao menos o alinhamento dum talude, sendo natural que parte da sua pedra tenha sido aparelhada e reutilizada na construção da capela de S. Miguel e do pedestal da estátua do Senhor da Paz, que no alto do outeiro foram edificadas. Tem visibilidade extensíssima, até ao mar de Esposende.

SANTA MARTA DE BOURO

Craсто. Alt. 235m; Lat. 41º 39' 45" N; Long. 8º 17' 11" W.

Povoado fortificado. É num pequeno cabeço ao lado ocidental do lugar de Martinga, junto da Fonte da Cela. Já se pode considerar no terraço fluvial que desce para o rio Cávado. Parte deste outeiro está ocupado pela moderna escola do primeiro ciclo, agora desativada.

Possui uma única plataforma, no topo do cabeço, circundada por um talude que parece corresponder a uma estrutura defensiva. Na superfície do solo recolhem-se fragmentos de tijoleira e são visíveis pedras resultantes de derrube de estruturas. Não se encontraram alinhamentos coerentes. Trata-se, aparentemente, dum pequeno povoado de baixa altitude, provavelmente romanizado, semelhante ao de Lago.

CAIRES

Castro. Alt. 320m; Lat. 41º 38' 53" N; Long. 8º 21' 11" W

Povoado fortificado romanizado. Assenta num esporão de vertentes abruptas, praticamente na base da encosta sul do monte de S. Pedro Fins. A norte, um profundo talvegue separa-o dum outro mais pequeno, também com vestígios de ocupação.

Apesar da densa cobertura vegetal, são perceptíveis três linhas de muralhas que definem outros tantos tabuleiros do povoado. São visíveis, também, alguns muros de estruturas habitacionais, quer circulares quer retas. Na superfície do solo encontram-se fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo e de cerâmica comum romana com abundância de louça. Neste sítio foi encontrado um notável baixo-relevo de granito representando um cavaleiro trácio da época romana e uma pedra ornamentada com um motivo geométrico decorativo frequente na arte citaniense de Briteiros e Sabroso.²⁴ Também veio deste castro a ara nº 4, ao Génio, que mostra ter sido utilizada como pedestal duma estátua. Pinho Leal refere o achado, num “lugar de Gróvios”, na vertente leste do povoado, de “canos de metal”, tijolos, ânforas e um possível forno.²⁵

CALDELAS

Castro. Alt. 220-222m; Lat. 41º 40' 10" N; Long. 8º 22' 17" W.

Povoado fortificado no Outeiro de S. Sebastião, densamente arborizado, bem destacado no vale do rio Homem.

Encontrada cerâmica de fabrico manual, de pasta arenosa e cozedura redutora, com acabamento alisado, um dos fragmentos com decoração plástica em forma de cordão. Parece da Idade do Bronze, sem maior precisão. A cobertura vegetal do cabeço não deixa perceber quaisquer estruturas à superfície, mas identifica-se algum material de derrube nos locais onde passariam as muralhas. Desconhece-se se terá sido romanizado. ²⁶

CARRAZEDO

Castelo do Castro. Alt. 96m; Lat. 41º 37' 36" N; Long. 8º 23' 2" W.

Povoado fortificado. Localiza-se numa pequena sobre-elevação dum terraço fluvial do Cávado. O local possui abundantes cursos de água ligados ao ribeiro da Ribeira. O povoado está bastante destruído, pois sobre ele assentou uma torre quatrocentista, mas ainda se podem observar restos duma muralha e dum fosso.

À superfície recolhem-se alguns fragmentos de louça indígena de fabrico micáceo. Aparentemente assentava numa única plataforma. Seria do mesmo género do povoado do Lago. ²⁷

FISCAL

Campo da Igreja. Alt. 90m; Lat. 41º 39' 18" N; Long. 8º 23' 29" W.

Campo conhecido por este nome, a meia encosta, perto do ribeiro de Vilouços, que desagua no rio Homem. Manuela Martins observou nele abundantes restos de tégulas, mós manuais e algumas pedras, mas sem reconhecer quaisquer alinhamentos de muros. Ao menos, será um habitat romano.

LAGO

Povoado do Lago. Alt. 65m; Lat. 41º 37' 36" N; Long. 8º 24' 36" W.

Povoado fortificado. Ocupa um cabeço de baixa altitude junto do rio Cávado, ligeiramente a montante da Ponte do Bico. Apesar de se situar em planície, apresenta boas defesas naturais e destaca-se bem na superfície suavemente ondulada da plataforma fluvial.

Possui uma única plataforma poligonal irregular, circundada, pelo menos no lado oeste, por uma muralha de pedra, a que se associa um fosso escavado na base da vertente. É de reduzidas dimensões, de estrutura defensiva simples e relativamente rudimentar, estruturas habitacionais frustes, com utilização tardia de materiais perecíveis.

Início pouco anterior ao séc. II AC, identificável nas características da cerâmica e particularidades duma muralha de pedra. Apresenta-se, assim, como um povoado da Idade do Ferro. Estaria ainda ocupado nos inícios do séc.

I da nossa era (presença de ânforas e *sigilata itálica*) mas não terá chegado a ser romanizado (ausência de louça romana de fabrico comum).

Pertence ao grupo dos povoados de baixa altitude, também referidos como castros “agrícolas”. Caracteriza este tipo de povoados ocuparem pequenas colinas de baixa altitude, não excedendo em geral 150m, marginadas por terrenos planos, de aluvião, e bem irrigados, perto de importantes cursos de água.²⁸

PORTELA

Chã do Castro. Alt. 308-311; Lat. 41° 38' N; Long. 8° 22' 09" W.

Povoado fortificado da pré-história recente. Localiza-se num pequeno cabeço, hoje densamente arborizado, na vertente SW do monte de S. Pedro Fins. Os trabalhos de escavação permitiram assinalar, além da já citada ocupação no Calcolítico ou Bronze Final, um outro momento de ocupação testemunhado por uma estrutura, aparentemente defensiva, que surge associada a cerâmicas indígenas de fabrico micáceo inseríveis na Idade do Ferro. O aparecimento de raros fragmentos de cerâmica romana sugere uma romanização apenas incipiente.²⁹

Castelo de Espinho. Alt. 480m; Lat. 41° 39' 18" N; Long. 8° 21' 39" W.

Povoado fortificado. Localiza-se na vertente SW do monte de S. Pedro Fins, num esporão bastante largo, definido pela curva de nível de 450m, com uma pequena sobre-elevação que corresponde a uma massa de afloramentos rochosos. É conhecido por *Castelo de Espinho*.

No local existem vestígios duma muralha de pedra miúda, visível sobretudo nos lados leste e nordeste do monte. Por toda a superfície do esporão encontram-se fragmentos de tijoleira e escórias de ferro. Albano Belino refere o aparecimento, neste sítio, de pedras aparelhadas, pequenas mós, cerâmica e *tegulas*.

SEQUEIROS

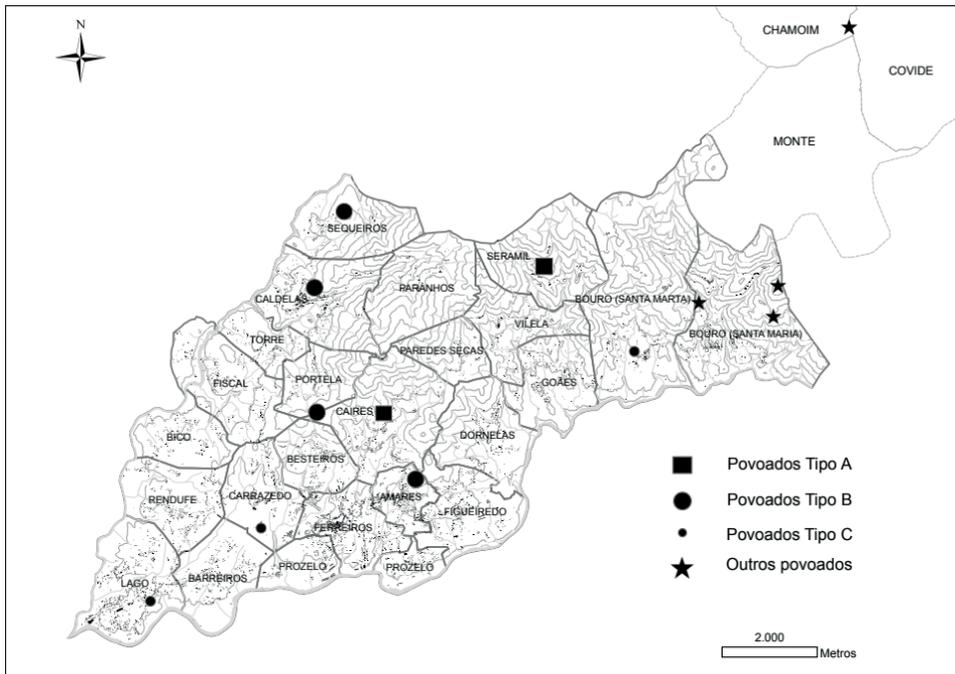
Castelhão. Alt. 228m; Lat. 41° 41' 5" N; Long. 8° 21' 43" W.

Remate de esporão sobranceiro ao rio Homem na vertente NW da montanha de Bouro. Uma densa cobertura vegetal dificulta a observação de quaisquer estruturas ou a deteção de cerâmica. Parece ainda mal definido como povoado fortificado, no entanto a toponímia, a tradição lendária e a notícia do aparecimento, há alguns anos, de vasos, aliados à localização e condições topográficas do sítio, são indicativos da existência dum castro.³⁰

SERAMIL

Outeiro da Vila. Alt. 458m; Lat. 41° 40' 23" N; Long. 8° 18' 42" W.

Povoado fortificado. Pequeno cabeço sobre a freguesia onde, segundo foi referido, se observaram alguns muros e fragmentos de olaria diversa.³¹



MAPA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS POVOADOS FORTIFICADOS EM AMARES

“ORGANIZAÇÃO” ESPACIAL DOS POVOADOS

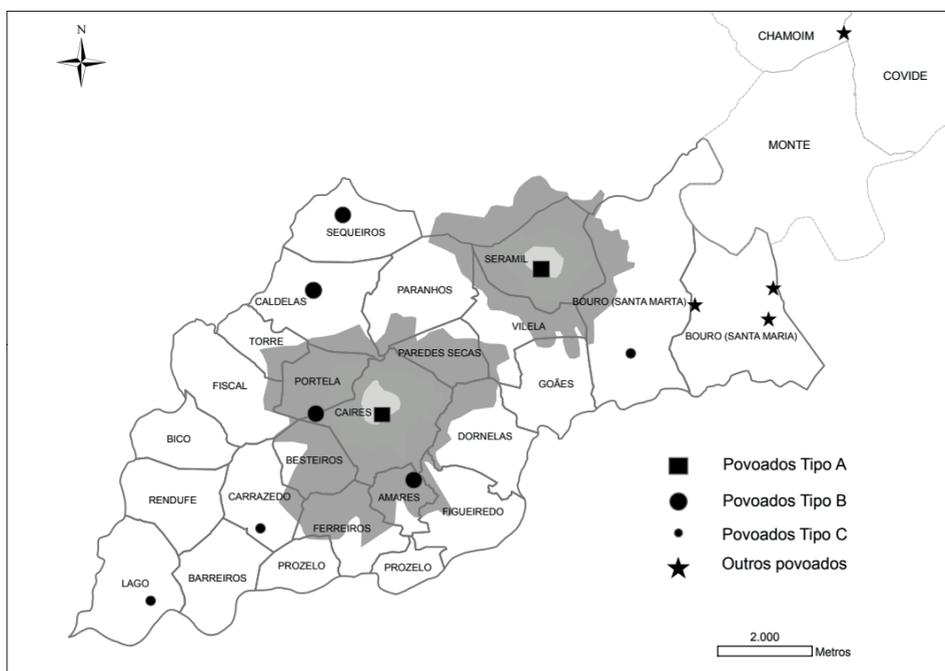
Manuela Martins propôs uma classificação dos povoados fortificados do curso médio do Cávado a partir duma hipotética organização territorial baseada na formação de comunidades ocupantes dum determinado espaço, onde se distinguiriam, em relação hierárquica, três categorias de povoados fortificados: de **tipo A**, **tipo B** e **tipo C** (mapa 1).

Do **tipo A** serão os povoados acima de 200m de altitude. Além de altitude superior têm geralmente maior número de muralhas (em 61% variando entre 3 e 4), e entraram pela romanização adentro (cerca de 80% registaram vestígios seguros de romanização); e apresentam vestígios de ocupação mais antiga, reportada ao Bronze Final. Nestes povoados também se percebe um maior desenvolvimento e uma posição de destaque no vale, o que traduzirá razoável prosperidade económica, crescimento da coesão e estratificação social, e consolidação do poder político, fatores que poderão ter justificado a sua sobrevivência durante o Alto Império. Dos povoados de Amares incluiu nesta categoria o *Castro* de Caires e o de Seramil.

No **tipo B** incluiu os povoados assentes em outeiros de média altitude: entre 250m e 170m. O número de muralhas em geral varia entre 2 e 4, aproximando-se, neste aspeto, dos do grupo A; ter-se-ão desenvolvido sincronicamente a eles, ao menos na reorganização de espaços da Fase III. Pertencerão a este grupo o povoado da *Santinha*, o *Castro* de Caldelas, a *Chã do Castro* da Portela e o *Castelhão* de Sequeiros.

Os povoados do **grupo C** estão implantados em pequenos outeiros de baixa altitude (entre 200m e 50m, geralmente com menos de 150m). Na sua organização estrutural apresentam uma única plataforma de ocupação, geralmente defendida por uma única muralha e por fossos. Localizam-se em zonas de vale, em antigas formações fluviais. Pertencerão a este grupo a *Torre do Castro*, de Carrazedo, o povoado do *Lago* e o *Crasto* de Santa Marta de Bouro.

Incluir-se-ia ainda num *quarto grupo* o *Castelo de Espinho*, situado num esporão com abundante penedia e ténues sinais duma linha defensiva, apenas com tijoleiras de cronologia difícil de estabelecer.



MAPA 2 - DUAS POSSÍVEIS AGREGAÇÕES

AGREGAÇÃO DE POVOADOS

Depois da exposição destas características e respetiva classificação, Manuela Martins expôs a hipótese de se terem efetuado agrupamentos de povoados, com os de tipo A agregando-se numa relação de domínio com os mais próximos povoados de tipo B e C (mapa 2).

ANTERIOR DOMINÂNCIA DO CRASTO DE COVIDE NA MONTANHA DE BOURO

Aceitando esta agregação, parece-me que o *Crasto* de Covide, sinalizado com uma estrela entre Covide e Chamoim, terá assumido dominância geral. É que este *Crasto* reúne superioridade em todos aqueles índices relativamente a todos os povoados descritos por Manuela Martins e acrescenta-lhe os seguintes:

É o maior amontoado granítico da Montanha de Bouro e situa-se no

seu ponto culminante, a 992m de altitude. Tem excepcional posição estratégica, com ótimas vistas para sul e ainda melhores para norte, ficando-lhe em frente a Montanha de Lamas e as alturas cimeiras do Gerês. E sendo o ponto mais elevado da Montanha de Bouro, também é o mais próximo do seu sopé de maior altitude: a portela de Covide, à cota de 540m, permitindo-lhe a mais fácil passagem pedestre desta montanha para aquelas alturas. A poucos metros dele estende-se a *Chã da Nábia*, evocando adoração à deusa celta Nábia, em posição que evidencia ter-se culturalizado na sua esfera de influência, com festas religiosas pelo *Crasto* promovidas em honra desta deusa. Nesta chã nasce um rio, evidenciando a ligação da deusa Nábia à água, e há indícios etnológicos de que nas festas nesta chã se realizavam lutas que podiam chegar à morte de contendores, lutas condizentes com a denominação “*Nábia Corona*”. Junto dela há duas construções megalíticas, uma a escassos 5 metros, tão próxima que não poderia deixar de ser mesmo um adereço daquelas celebrações; e reportam a fundação deste castro a épocas muito antigas, provavelmente mais antigas do que os povoamentos calcolíticos da Chã do Castro e da Santinha. Sobrevivem mitos ligados ao *Crasto* e reminiscências de atividades sociais e religiosas nesta *Chã da Nábia*.³² Estes aspetos sugerem que este *Crasto* terá assumido dominância geral - cultural, religiosa, social, militar e económica sobre a globalidade dos povoados castrejos que se foram estabelecendo ao longo das vertentes desta montanha. Eventualmente esta dominância ter-se-á estendido à *Cidade* (na Idade Média redenominada de *Calcedónia*), na Montanha de Lamas, em frente a ele, à sua vista, a cota inferior. E o atual esbatimento dos indícios da sua estrutura arquitetónica parecem indiciar que com a deslocalização das populações castrejas para sul, afastando-se para níveis menos elevados, mais produtivos, gradualmente a sua posição ter-se-á tornado obsoleta como centro de controlo económico. E terá perdurado essencialmente o seu prestígio social, cultural e religioso, que chegou até nós intensamente vivo, mais do que o de qualquer outro. Os cultos a Nábia, a Bouro e a outras divindade celtas, nomeadamente as expressas em aras na planície de Amares e a Júpiter nesta montanha, terão levado na Alta Idade Média à sua ocupação por um grupo de eremitas que antecederam os monges do mosteiro de Bouro, de que resultou a devoção à Senhora da Abadia, e também se encontram focos de adoração a Nábia em Covide e Rio Caldo, que estarão na origem das atuais celebrações a Santa Eufémia em Covide e no Gerês e das romarias a São Bento da Porta Aberta em Rio Caldo.



CRASTO E CHÃ DA NÁBIA. EM PRIMEIRO PLANO UMA CONSTRUÇÃO MEGALÍTICA; VETUSTOS SALGUEIROS ESCONDEM A NASCENTE DUM RIO E A MAIOR PARTE DA CHÃ; AO FUNDO, O CRASTO.

ROMANIZAÇÃO

A cultura romana já se fez sentir, como se referiu, em vários povoados fortificados, onde veio influenciar a cultura indígena. Neste sentido destaca-se o Castro de Caires que, pelas características do espólio nele recolhido, terá evoluído para um habitat genuinamente romano.

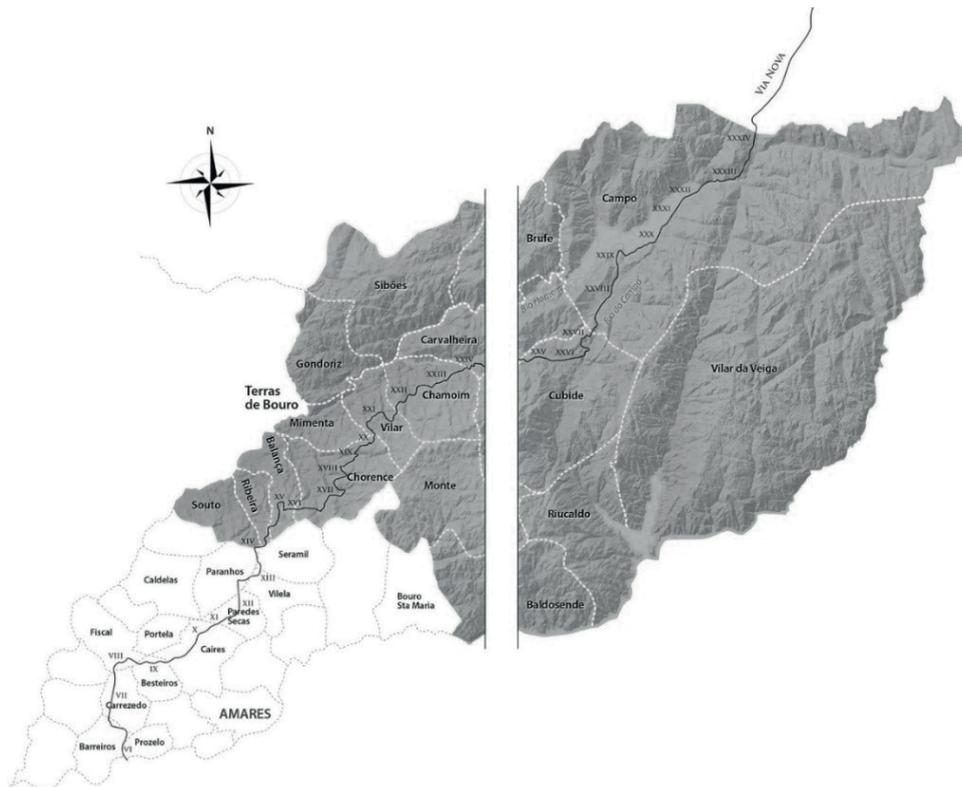
Também na atual vila de Caldelas apareceram vestígios dispersos dum estabelecimento termal romano. Além do achado de duas ámulas dedicadas às Ninfas aquando da construção das atuais termas, aí se encontraram duas colunas de arquitetura romana em granito e um punhal de ferro com empunhadura em bronze. E devem ter vindo destas nascentes termais três bases de colunas, também em granito.³³ Embora nestas nascentes não se tenham encontrado construções de termas, estes elementos fazem supor que de algum modo as águas de Caldelas terão sido frequentadas em época romana.³⁴

No lugar de Via Cova, freguesia de Paredes Secas, existe um campo com casa e bouça, cujo estranho nome provoca imensas hesitações na articulação: no registo das propriedades de Amares está Majoge e Manuela Martins adota este nome mas acrescenta-lhe Mojege, a família proprietária do sítio chamou-lhe *Meinjainge*, um informador de Paredes Secas disse-me que antigamente era Majãege mas agora é Majõege, outro disse Ameijõge, para pessoas da vizinha aldeia de Vilela foi *Mainjões*, talvez a mais genuína (existe um Mainjões nos Arcos de Valdevez). Deve ser confusão resultante de interferência erudita. Este habitat romano margina pelo lado superior a Via Nova, no sítio onde esta inicia a subida da montanha de Bouro. Aí encontram-se em grande número

tegulas várias, particularmente bem conservadas, *imbrices*, *dolios*, mós manuais, pedras aparelhadas. Ribeiro da Cunha refere o aparecimento de restos de alicerces duma estrutura e de elementos de arquitetura, nomeadamente uma base de coluna, um capitel dórico e uma moeda de bronze do século III, do Imperador Constâncio. Manuela Martins supõe, perante os achados, que ali terá existido uma vila e uma necrópole romanas.

A VIA NOVA

A Via Nova ou Via XVIII é uma estrada romana ligando Braga a Astorga, construída em 79-81 da nossa era. No troço desde Amares até ao início da Galiza é popularmente apelidada *Jeira*³⁵ e veio influenciar decisivamente a entrada da cultura romana neste concelho, observando-se em Amares numerosos indícios da sua presença, mais acentuadamente nas imediações do seu percurso. Atravessando o Cávado a jusante da Ponte do Porto, seguia pela planície de aluvião até ao lugar de Via Cova da freguesia de Paredes Secas. Ainda é toda visível a partir de Caires: vai até Via Cova, aqui sobe, a direito, ao longo da encosta sul da montanha de Bouro, até à portela de Santa Cruz, onde sai do concelho, entrando na bacia do Homem.



MAPA 3 - FREGUESIAS DO CONCELHO DE AMARES ATRAVESSADAS PELA VIA NOVA. OS NÚMEROS ROMANOS NO SEU PERCURSO SÃO AS MILHAS NELA MARCADAS DESDE BRAGA.

Sande Lemos, a seguir a Ancede, onde pensa que vadeava o Cávado,³⁶ traça-lhe um percurso surpreendente, fazendo-a derivar para oeste, até à freguesia de Fiscal. Teria a milha VI no lugar de *Além* da freguesia de Barreiros; a VII no da *Feira Velha*, freguesia de Carrazedo; a VIII no lugar do *Pilar*, freguesia de Fiscal; a IX no de *Santo António*, freguesia de Besteiros; a X no *Tornadouro*, freguesia de Caires; a XI, em *Paredes Secas*; a XII na *Pala*, também em Paredes Secas; e a XIII no termo da freguesia de *Vilela*. Justifica a derivação por indícios arqueológicos e explica-a considerando que, quando a estrada foi lançada, a organização do espaço nesse sítio estaria já consolidada, pelo que se terá procurado servir a fértil área comum às bacias do Homem e do Cávado e proporcionar aos habitantes de Bracara Augusta melhor acessibilidade às termas de Caldelas .³⁷ De facto, além de alguns indícios no solo e maior presença de miliários, outros sinais de romanização – aras e outros achados arqueológicos e topónimos - são quase exclusivos desta zona de Amares. Se traçássemos uma linha direta de Ancede a Via Cova, estes indícios de romanização ficariam quase todos à sua esquerda. Observemo-los:

ARAS ENCONTRADAS EM AMARES

1. Em Prozelo, no lugar e capela de S. Miguel, está uma ara anepígrafa.

2. Na mesma capela esteve também outra. Não tem nome de dedicante, apenas o do deus, indígena, ocupa o campo epigráfico.

Texto: CANDEBERONIO / CAEDURADIO³⁸

*A Candeberonio Caeduradio.*³⁹

3. Na freguesia de Carrazedo, enterrada num campo em frente à igreja matriz, dedicada aos *Lares Buricos*:

Texto: LARIBUS / BURICIS / VOTUM / SOLVIT / BLOIINA.⁴⁰

*Bloena dedicou aos Lares de Bouro, em cumprimento de um voto.*⁴¹

Considero estes *Lares Buricos* relacionados com o deus celta *Borvo* e que este é étimo do topónimo Bouro.⁴²

Em Caldelas, em 1803, nos trabalhos de construção das atuais termas, duas ámulas dedicadas às *Ninfas*:

4. Uma com o texto: CAEN(i) / CIEN(us) / NYM / PHIS / EX VO /:

Ceniceno dedicou às Ninfas em cumprimento de um voto.

5. Outra, sem dedicante expreso:

Texto: (...) / D(e)AB(us) / NYM / PHIS EX VOTO⁴³

Às deusas Ninfas, em cumprimento de um voto.

6. Num terreno inculto da freguesia de S. Vicente do Bico, dedicada a *Júpiter Agathós* por uma mulher grega, provavelmente liberta.⁴⁴

Texto: IOVI / AGATHI / M(A)TER / FENI / V(otum) L(ibens) S(olvit).

A mãe de Feno cumpriu, de livre vontade, um voto ao Bom Júpiter. ⁴⁵

A dedicante identifica-se como grega, pelo adjetivo grego que qualifica o deus romano Júpiter e pelo nome do filho.

7. Em Vilela, no cemitério da freguesia, ara que fora um pedestal e depois, com a base cavada, serviu como pia de água benta, em posição invertida:

LUCRETIUS / SABINUS / GENIO VI / RI HELENI / S(acrum) M(eritum) / V(otum) S(olvit) L(ibens) M(erito). ⁴⁶

Ao Génio do Homem Helénico, com Sagrado Mérito, Lucrécio Sabino de livre vontade cumpriu promessa por benefício recebido. ⁴⁷

Esta leitura interpreta o *H* de Heleni (bem visível a ligação entre as duas hastes verticais) como um desenho em estilo de iluminura, com a seguinte configuração: a primeira haste prolonga-se para trás formando um círculo com seta ao alto (símbolo da masculinidade e de Marte, expressa também no termo VIRI); e a segunda haste prolonga-se para a frente em forma de G (letra inicial de Génio, divindade a quem é feita a dedicatória). Não obstante recentemente ter aparecido a ara nº 6 indicando presença de gregos em Amares em tempo romano, parece mais provável que este HELENI, com sentido coletivo, seja a etnia dos *Ellenes* citada por Estrabão (III, 4, 3) e por Plínio localizada a norte de Braga: “*A Cilenis conuentus Bracarum, Helleni, Groui, Castellum Tyde, Graecorum sobolis omnia*” (4, 112). Esta etnia talvez esteja no nome *Elaneobrigensis* duma estela do Museu da Sé de Braga. ⁴⁸ O *H* inicial, além das razões para a sua utilização por Plínio, ⁴⁹ pode explicar-se pelo convívio com a língua grega em Amares evidenciado na ara nº 6.

Fiz esta leitura na convicção de a ara ser inédita (assim me foi apresentada). Posteriormente descobri leitura anterior, bem diferente, de Helena Carvalho:

LUCRETIUS / SABINUS / GENIO VI / RIOCELEN / SI / V(otum) S(olvit) L(ibens) M(erito)

Ao Génio Viriocielense Lucrécio Sabino de livre vontade cumpriu voto prometido ⁵⁰.

8. Em Caires, na quinta de S. Vicente, um pedestal duma estátua ao Génio:

Q(uintus) SAB / INUS. FLO / RUS. GEN / IO. V(otum). S(olvit). L(ibens). M(erito). ⁵¹

Quinto Sabinio Floro cumpriu de bom grado o voto ao Génio, digno de merecimento. ⁵²

9. Em Santa Marta de Bouro, no lugar de Chã Grande, em ponto bem elevado da montanha de Bouro, ara dedicada a *Júpiter Ótimo Máximo*:

Texto: MATE(RN) / US POSVI(T) / ARUDA(M) / IOVIOPTI / MOMA / XIMO. ⁵³

Materno mandou colocar esta árvula a Júpiter Óptimo Máximo. ⁵⁴

10. Numa capela de Bouro (Santa Maria), ara votiva com volutas. Ainda mostra restos de frontão e *foculus* circular.

Texto lido: PRO SALVTE / ..VM / ... / ... ⁵⁵

Pela saúde de ... ⁵⁶

11. Na freguesia de Lago, lugar do Ribeiro, ara funerária em granito. Servia de suporte a um forno de pão:

Lemos: *MATERNUS / LADRONI / AN(N)US VI* ⁵⁷

e traduzimos: Maternus, filho de Ladrono, de seis anos. ⁵⁸

12. Também em Lago, no lugar do Paço, um monumento indeterminado de epigrafia romana, de que Helena Carvalho apresentou a seguinte leitura, mas considerando-a duvidosa:

FASN(i)V(s) NOVOV(i) M(erito) B(ona) V(oluntate). ⁵⁹

Nota sobre este conjunto de aras:

É impressionante a quantidade de aras encontradas em Amares, principalmente na planície do percurso da Jeira entre o Rio Cávado e o início da subida para a montanha de Bouro. Mostra que a monumentalidade desta estrada romana não se resume à profusão de padrões que nela se encontram, principalmente ao longo de Terras de Bouro.

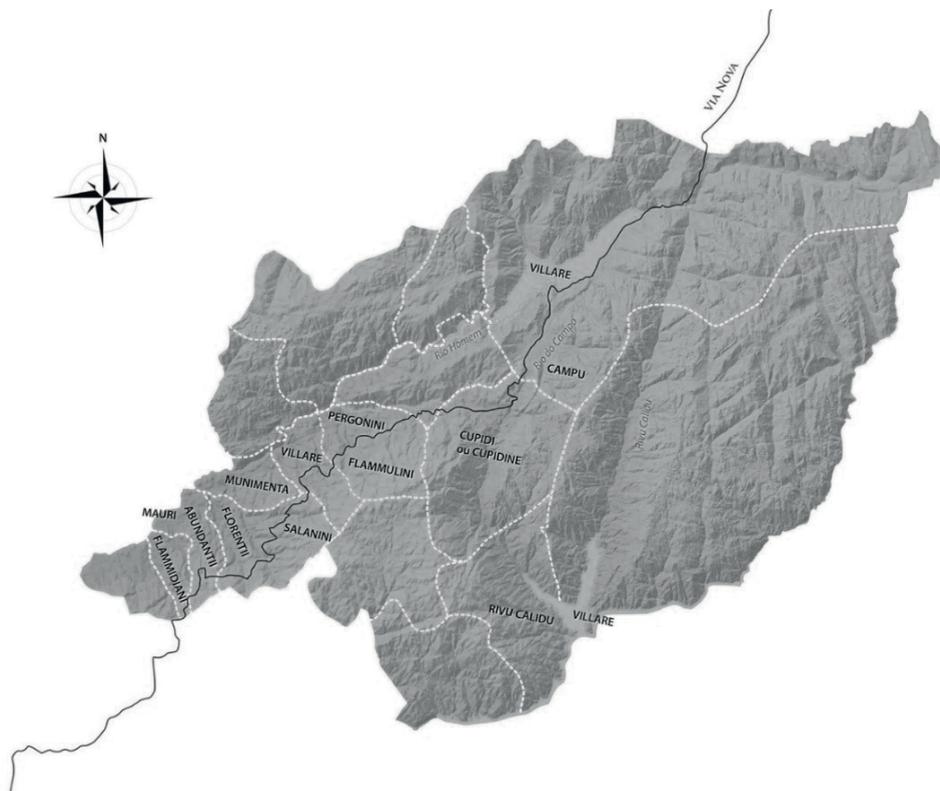
TOPONÍMIA

Na mesma zona aluvionar, além daquelas aras e outras esculturas, numerosos topónimos são resquícios de atividade romana, principalmente da sua agricultura. Recolhi os seguintes:

O microtopónimo da freguesia da *Torre*, **Moimenta**, que poderá ter origem em *MUNIMENTA* “defesas, fortificações”, ou em *MONIMENTA*, plural neutro de *MONIMENTUM* “túmulos” (era habitual os romanos construírem os cemitérios junto das estradas). E nomes derivados de antropónimos tipicamente romanos, no genitivo, portanto de possesores agrícolas: em Carrazedo, um campo chama-se **Gemião** (< *GEMINIANI* “propriedade de *Geminianu*”) e um conjunto de campos e bouças denominam-se **Vila Moure** (< *VILLA MAURI* “vila de *Mauru*”), aqui expressa como villa romana; na freguesia da Portela o nome de lugar **Aguião** (< *AQUILANI* “propriedade de *Aquilanu*”) e as bouças e leiras chamadas **Chorence** (< *FLORENTII* “propriedade de *florentiu*”); na freguesia de Besteiros, o lugar **Romão** (< *ROMANI* “propriedade de *Romanu*”); Romão também designa um campo na freguesia da *Torre*; chama-se **Vilela** uma freguesia onde passa a *Via Nova*. O recente achado da ara nº 6 junto da igreja matriz da freguesia do **Bico** diz-nos que o nome desta freguesia ribeirinha do Homem terá origem num romano *VICU* “pequeno povoado”, devendo

por isso escrever-se **Vico** e não *Bico*, como se tem grafado; e que será de atribuir o mesmo significado e grafia ao lugar **Vico** da freguesia de Lago, que se terá estendido à ponte sobre o Cávado construída ao lado, a **Ponte do Vico** (não *Ponte do Bico*). E sugere-nos terem existido mais villas romanas nesta zona de Amares a frequência do topónimo vila: os lugares **Vila** e **Cimo de Vila** na freguesia de Caldelas; **Vila Meã** (de *Cima* e de *Baixo*) na freguesia do Vico; os lugares **Vila Nova** e **Vilouços** na freguesia de Fiscal; lugares **Cimo de Vila**, **Cabo de Vila** e **Vila Pouca** na freguesia da Portela; as leiras **Vila Pouca** na freguesia de Sequeiros; **Campo da Vila** na freguesia de Besteiros.

Todos estes topónimos são tipicamente romanos e na toponímia do percurso da Via Nova em Terras de Bouro vamos encontrar a razão da sua presença. Aí, praticamente todas as freguesias e vários lugares atravessados pela Jeira ainda têm nomes tipicamente romanos, a maior parte também de possesores de *villas*, por isso antropónimos no genitivo, mas porque depois das presúrias medievais ficaram como terras reguengas, permaneceram intactas, não divididas. Ao contrário, as *Villas* desta planície de Amares, de melhor qualidade, foram apropriadas por nobres ou altos clérigos e acabaram por sofrer fragmentações em heranças e vendas e os seus nomes espalharam-se em propriedades mais pequenas. Refletem bem, no entanto, o início da agri-



MAPA 4 - VILLAS EM TERRAS DE BOURO. SIMULAÇÃO DE MAPA DAS POVOAÇÕES DE TERRAS DE BOURO NO INÍCIO DO SÉCULO II DA NOSSA ERA.

cultura romana nas imediações da Via Nova. E outros indícios toponímicos em Terras de Bouro mostram como ela foi bem programada pelo exército, dividindo o espaço em propriedades e entregando-as a cidadãos romanos de sua inteira confiança, com quem colaborariam na conservação da estrada e eficiência da mobilidade sobre ela.

A toponímia também aparece a marcar insofismavelmente o trajeto da Via Nova pelo nome com que o povo a partir de certa altura passou a designá-la, **Jeira** (um pouco tardiamente, aparentemente a partir do fim da Idade Média). E mostra mesmo muito bem os dois trajetos que ela teve em Amares, desde o rio Cávado até ao lugar de Via Cova, de Paredes Secas: o inicial, a jusante da Ponte do Porto, a vau, e o desvio por esta ponte a partir da data em que foi construída,⁶⁰ passando então sobre ela. O primeiro percurso, de construção romana, todo mais ocidental, está expresso nos nomes **Torre-jeira**, bouças na veiga da Moura, da freguesia de Ferreiros; no lugar **Padrão** (*padrão* é a denominação popular de miliário ao longo de toda a Jeira) sob a igreja matriz da freguesia de Caires; mais à frente, ainda nesta freguesia, os lugares **Jeira de Baixo** e **Jeira de Cima**, respetivamente sob e sobre a Jeira, imediatamente antes de esta chegar ao lugar de Via Cova, da freguesia de Paredes Secas. O segundo percurso, mais oriental, traçando, praticamente, uma linha reta entre a Ponte do Porto e Via Cova, está expresso, também antes de chegar a este lugar, nas várias **Bouça da Jeira** da freguesia de Dornelas por marginares o lado direito da estrada. Depois de Via Cova, onde este trajeto se uniu ao antigo, a estrada também é assinalada em sítios com nome **Jeira** ao passar, sucessivamente, em território das freguesias de Vilela, Paranhos, Sequeiros e Seramil, por muito pouco terreno que nela tenham, como se todas viessem fazer-lhe saudação.

NOTAS

- 1 - Martins, 1990, p. 54.
- 2 - Ainda não se consolidou designação para a montanha que se eleva entre os concelhos de Amares e Terras de Bouro. Adotamos a denominação “Montanha de Bouro”, que se apresenta como a mais adequada do ponto de vista histórico e geográfico (Cosme, 2015, pp. 313-358).
- 3 - Antigo Testamento, Génesis, 3, 19.
- 4 - Cientificamente, hoje sabemos que o universo existe há cerca de 13,7 milhares de milhões de anos. Este monstruoso desfasamento cronológico dos redatores bíblicos deve-se à sua falta de conhecimentos cosmológicos, geológicos, paleontológicos, arqueológicos, históricos, etc., e privação de testemunhos escritos, pois no século X AC os registos escritos ainda estavam em fase inicial (sobre a importância da escrita na História, Merlin, 1993) e basearam-se apenas na tradição oral. Em tempos de pré-escrita a tradição oral era muito viva e prolongada, porém esta vinha de tempos demasiadamente afastados: 9.000-7.000 anos. E os redatores da bíblia, não conseguindo imaginar e preencher tantos milhares de anos, reduziram-nos, colocando a semana da criação do mundo e do homem em tempo ainda muito mais recente do que o do Neolítico. Efetivamente, a religião judaica considera que neste ano de 2021 passa o ano 5.782 depois da criação do mundo (Carreira, 1993, p. 222). Isto mesmo depois de os posteriores editores bíblicos, apercebendo-se do erro, terem alargado o período, aumentando mais de 30 vezes os anos de vida dos patriarcas.
- 5 - Tavares da Silva, 1993, p. 179.
- 6 - Jorge, V. O., 1982.
- 7 - Garralda, 1973, p. 115-132, e Hubner, 1979, pp. 87-105.
- 8 - Em meu entender não são construções megalíticas as assinaladas nesta montanha, em território de Amares, por Bettencourt, 1999, vol. 2A, pp. 300-302.
- 9 - Tavares da Silva, 1993, pp. 210-212.
- 10 - Jorge, S. O. et al, 1979 e Bettencourt, 1999, pp. 220-221.
- 11 - Bettencourt, 2001, pp. 38-39, 43 e 59.
- 12 - Foi vendida a um ourives de Braga.
- 13 - Bettencourt, 2001b, pp. 219-220.
- 14 - Silva, 1993, pp. 241-247.
- 15 - Martins, 1990, pp. 60-103.
- 16 - Bettencourt, 1999, pp. 215-299.
- 17 - Carvalho, 2008, Vol. II.
- 18 - Jorge, S., 1979.
- 19 - Martins, 1988.
- 20 - Bettencourt, 2001.
- 21 - Idem, *ibid.*, pp. 30-60.
- 22 - O espólio destas escavações encontra-se no Museu D. Diogo de Sousa, Braga.
- 23 - Amostras recolhidas foram entregues na Unidade de Arqueologia da U. M.
- 24 - Cardozo, 1985, pp. 156 e 174.
- 25 - No museu Martins Sarmento encontram-se o cavaleiro trácio e a pedra ornamentada, respetivamente com nº 96 e 105 do catálogo. Na Quinta de Rios de Cima está a ara nº4, dedicada ao Génio. Também em Caires, na Quinta do lugar do Paço, foram recolhidos vários elementos de mós, pedras com trísceles e um pequeno fragmento de umbral de porta.
- 26 - Martins, 1990, p. 66, Bettencourt, 1999, pp. 217-218.
- 27 - Depósito na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- 28 - Depósito do material das escavações na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- 29 - O espólio recolhido por S. O. Jorge encontra-se no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto. Outros materiais estão nos museus Pio XII e Martins Sarmento.
- 30 - Martins, 1990, p. 71; Bettencourt, 1999, pp. 221-222.
- 31 - Martins, 1990, p. 71.
- 32 - Cosme, 2021.
- 33 - Freitas, 1971, pp. 133-38; Martins, 1990, p. 66.
- 34 - As colunas, em granito, encontram-se no Museu Pio XII, números 329 e 326 do seu inventário, tal como as três bases de colunas, números 333, 334 e 339.
- 35 - Jeira é nome popular, aqui com o sentido de “obra ou terreno onde trabalhadores iam prestar dias de trabalho à diária, isto é, “à jeira”, “*ao jornal*”; iam lá ganhar e dar em trabalho a sua diária. Neste caso iam reparar a estrada romana que sem obras de conservação, sobretudo a seguir às chuvadas de inverno, não teria resistido a 2.000 anos de erosão, estaria completamente desfeita, impercetível, como efetivamente está nos sítios onde sofreu desvios. Por isso só encontramos o topónimo *Jeira* fora de povoados, onde era mais necessário contratar trabalhadores para a repararem. Tem, assim, origem no latim *DIARIA* e exige a grafia *Jeira*, assim estipulada oficialmente pela Academia das Ciências de Lisboa: “**Estando a origem no latim diária-, não pode ser admitida, apesar de antiqüíssima, a escrita com g, porque o grupo di + vogal dá j, como vemos em hodie>hoje, invidia->inveja, etc.**”, *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, 1940, p. LXXX*.
- 36 - Lemos et alii, 2008, pp. 128 e 143.
- 37 - Lemos et alii, 2008, p.145.
- 38 - Está no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga.
- 39 - Tranoy, 1981, p. 271.
- 40 - Encontra-se, na casa da família Eusébios, em Carrazedo.
- 41 - Sousa, 1971-1972, pp. 179-187.
- 42 - Cosme, 1915, pp. 313-357
- 43 - Encontra-se no Grande Hotel Bela Vista, Caldelas.
- 44 - Encontra-se em Carrazedo, lugar de Rio Mau, “Casa Lata”, de turismo rural, proprietária da adega “Terras de Amares”.
- 45 - Cosme, 2015, pp. 561-70 e 2021.
- 46 - Encontrava-se, e penso que ainda se encontra, no rés-do-chão da residência paroquial da freguesia de Vilela, em muito más condições, já rachada, em riscos de partir.
- 47 - Cosme, 2014, pp. 1 e 13.
- 48 - Guerra, 1998, pp. 153-154.
- 49 - Leite de Vasconcelos, 1905, p. 75, nota 9, e Tranoy, 1981, pp. 68-69.
- 50 - Carvalho, 2008, Vol. I, p. 348.
- 51 - Encontra-se em Caires na Quinta de Rios de Cima.
- 52 - Encarnação, 1985.
- 53 - Encontra-se no Museu Pio XII, Braga.
- 54 - Tranoy et alii, 1983.
- 55 - Encontra-se no Museu Pio XII, Braga.
- 56 - Tranoy et alii, 1983.
- 57 - Encontra-se na Biblioteca Municipal de Amares.
- 58 - Manuela Martins, 1990, p. 68, apresentou-o com a epígrafe: *MARIU(S) / ADRONI (filius) / NA(norum) VI (sextium)*, e tradução: “*Aquí jaz Mário, filho de Adrono, de seis anos*” e diz que A. C. Ferreira da Silva leu, nas duas primeiras linhas, *MATERN(e) / LADRONI*. Rodriguez Colmenero deixou junto da ara o texto

MA[^]TÉRN[^](S) / LADRONI / NA[^]US V(OTUM) L.
(IBENS) (S(OLVIT)), sem tradução.

59 -Carvalho, 2008, Vol. II, p. 11.

60 -Abandonado o mito de esta ponte ser de construção romana, será de corrigir também o de ser medieval. Deduzo isto da biografia de Manuel Machado de Azevedo, senhor das casas de Castro e Vasconcelos, escrita pelo seu bisneto, Marquês de Montebelo, em 1600. Conta, vaidoso, que o cardeal D. Henrique, quando era arcebispo de Braga (1537-1540) foi a Amares batizar o filho primogénito daquele seu bisavô. Programaram uma grande festa e de Lisboa vieram também os infantes D. Luís e D. Fernando, filhos de D. Manuel I. Foram recebidos com enorme pompa numa muito engalanada, festiva, estrelajante e vagarosa travessia do Cávado num barco, em frente ao solar de Castro. Sendo o solar pertinho da Ponte do Porto, é evidente que não a utilizaram porque ainda não existia.

Quando, então, terá sido construída a Ponte do Porto, da qual ainda não se encontrou qualquer registo de construção? O Marquês de Montebelo narra que “estava o desembarcadouro entre árvores e penhas, como hoje está”. Esta afirmação e o facto de nunca mencionar a ponte sugerem que em 1600 o “desembarcadouro” ainda se utilizava, a ponte ainda não existia. Assim, a sua construção será, seguramente, posterior a 1537, muito provavelmente a 1600. Como a *Ponte de Prado* (que também teve fama de ser romana) é de 1616, sob Filipe I de Portugal, a do *Porto*, menos necessária, terá vindo um pouco depois, talvez de Filipe II por ser de estilo semelhante.

E a antiga estrada romana, quando a ponte foi construída, desviou-se para ela num novo percurso desde antes da travessia do Rio Cávado até Via Cova de Paredes Secas.

BIBLIOGRAFIA

Bettencourt, Ana Maria dos Santos (1999). *A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénio AC*. Dissertação de doutoramento, 5 vols, datil., Braga.

Bettencourt, Ana Maria dos Santos (2001). *O povoado da Santinha, Amares, Norte de Portugal, nos finais da idade do Bronze*. Cadernos de Arqueologia, Universidade do Minho, Braga.

Bettencourt, Ana Maria dos Santos (2001). *Religiones, ritos y creencias funerarias de la Hispania prerromana*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Cardozo, Mário (1985). *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento: secção de epigrafia latina e a escultura antiga, 3ª ed. ilustr.* Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

Carreira, José Nunes (1993). *História antes de Heródoto: Historiografia e ideia de história na antiguidade oriental*. Lisboa: Edições Cosmos.

Carvalho, Helena Paula Abreu (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Dissertação de Doutoramento da Universidade do Minho.

Cosme, Fernando António da Silva (2012). «Ara inédita dedicada a Júpiter», *Bracara Augusta*, Vol. LVII, pp. 561-570, Braga.

Cosme, Fernando António da Silva (2014). «Um Génio num altar em Amares», *Jornal Geresão*, fev. 2014.

Cosme, Fernando António da Silva (2015). *Pela Serra do Jurês e ao longo da Jeira - História na toponímia*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.

Cosme, Fernando António da Silva (2021). *A região do Jurês e a Estrada da Jeira - dialetologia, história, arqueologia e etnologia na toponímia*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro (no prelo).

Encarnação, José d' (1985). «Culto ao Génio no Noroeste Peninsular», *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 41-49.

Freitas, João de (1971). «Citânia de S. Julião de Caldelas», *Arqueólogo Português*, 3ª Série, pp. 133-138. Direção Geral do Património Cultural.

Garralda, M. D. (1973). «La población del Neolítico y Calcolítico de Portugal en relación con las del resto de la Península Ibérica», *Actas das II jornadas arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. I, pp. 115-132, Lisboa.

Jorge, S. O. (1979). «Escavações arqueológicas da Chã do Castro (Amares, Braga)», *Revista de Guimarães*, vol. LXXXIX, pp. 281-292.

Jorge, V. O. (1982). *Megalitismo do Norte de Portugal, o distrito do Porto – os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Porto. (Dissertação de Doutoramento, Dactilografada).

Lemos, Francisco Sande, et al. (2008). *A Via Nova (Geira) na Serra do Gerês. Trajecto entre as milhas XII E XXXVIII (Bracara Augusta – Aquis Originis)*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro; Ourense: Concelho de Lólbios.

Martins, Manuela (1988). *O povoado fortificado do Lago, Amares*. Cadernos de Arqueologia. Braga: Universidade do Minho.

Martins, Manuela (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Cadernos de Arqueologia. Braga: Universidade do Minho.

Merlin, Donald (1993). *Origins of the modern mind – three stages of culture and cognition*. Harvard University Press, Massachusetts.

Silva, Armando Coelho Ferreira da (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal : Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

Silva, Armando Coelho Ferreira da (1993). *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

Sousa, José João Rigaud (1971-1972). «Nova ara dedicada aos lares no Convento Bracaraugustano», *Bracara Augusta*, XXV-XXVI.

Tavares da Silva, Carlos (1993). «Neolítico Médio e Final. O Megalitismo», *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 167-225.

Tranoy, Alain (1981). *La Galice Romaine: recherches sur le nord-ouest de la péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard.

Tranoy, Alain, Le Roux, Patrick, Santos, L. (1983). «Inscrições romanas do Museu Pio XII», *Bracara Augusta*, Vol. XXXVII, pp. 184-90, Braga.



CONTRIBUTOS
DA TOPONÍMIA
PARA A
FIXAÇÃO DOS
LIMITES DO
COUTO VELHO
DO MOSTEIRO
DE SANTA
MARIA
DE BOURO

António Afonso
ant.j.afonso@gmail.com

0. INTRODUÇÃO ¹

[Os topónimos] fan parte importante do
património cultural dun país.

GONÇALO NAVAZA

Após a conversão dos suevos, instalados no espaço geográfico do *Conventus Bracharaugustanus*, por influência do bispo de Dume, S. Martinho (PÉREZ, 1998: 39), proliferaram os mosteiros por toda a região da Galiza, grandemente por intermédio de S. Frutuoso que dá continuidade ao trabalho iniciado por aquele santo (PÉREZ, 1998: 40), muitos dos quais viriam a ser destruídos aquando das invasões muçulmanas.

Séculos mais tarde, quando os beneditinos, após a reconquista, chegaram a este território, instalaram-se em zonas desabitadas do interior, como refere Sá Bravo exemplificando com os mosteiros galegos, mas que se aplica, igualmente, aos portugueses: «La regla de San Benito dio al Monacato una unidad y estabilidad que hasta entonces no tenía, favoreciendo la acción colonizadora de los monjes, pues los Monasterios benedictinos fueron para Galicia focos orientadores del cultivo de la tierra, centros expansivos de cultura e núcleos en torno de los cuales surgieron nuevos pueblos» (BRAVO, 1972, I: 71). Foi o que aconteceu no monte de Bouro, situado entre os rios Homem e Cávado (Minho), onde os Beneditinos se instalaram sob a invocação de S. Miguel,

santo perpetuado no monte com o seu nome. Por isso é que, inicialmente, este mosteiro foi denominado «Monasterio uidelicet Sancti Michaelis de Burio» (REUTER, 1938: 214).

Mais tarde, por influência do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, também citado como D. Afonso I (1140-1185), o Mosteiro de Bouro passou a ser dedicado a Santa Maria, cuja entronização aparece pela primeira vez em 1153, embora em conjunto com S. Miguel: «in ipso monasterio uidelicet Sancte Marie et Sancti Michaelis» (REUTER, 1938: 237). A partir de 1168, data da renovação da Carta de Doação do couto ao Mosteiro de Bouro, a invocação é sempre de Santa Maria, tendo, inclusive, dado origem à paróquia de «Santa



FIG.1 - LACTAÇÃO DE S. BERNARDO. (FONTE: IGREJA DO ANTIGO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BOURO).

Maria de Bouro». Embora, em 1174, ainda estivesse submetido à regra beneditina «*eclesie sancte marie de burio et eiusdem loci abbati iohanni ceterisque fratribus ibidem sub regula beati benedicti*» (REUTER, 1938: 350-351)², após a renovação da Ordem de Cister levada a cabo por S. Bernardo de Claraval, grande devoto de Nossa Senhora em virtude do milagre da sua cura - representado nas telas denominadas «Lactação de S. Bernardo»³ -, o Mosteiro de Bouro aderiu à ordem de Cister, o que terá acontecido no ano de 1195: «o mosteiro deixa a regra beneditina e passa a reger-se pela de Cister, de São Bernardo de Claraval, com a invocação de Nossa Senhora da Assunção»⁴.

Neste desprezioso artigo, procurámos, através do recurso à toponímia, fixar os limites do couto velho (com uma área de cerca de 30 Km²) doado por D. Afonso Henriques ao mosteiro de Santa Maria de Bouro. Nas deslocções ao terreno, contámos com a colaboração de várias pessoas idosas e de ex-presidentes das juntas de freguesia por onde constam os limites.

Embora este campo de investigação não fosse, para nós, totalmente novo - por causa de investigação relacionada com os privilégios reais dos povos das terras de Bouro -, foi a primeira vez que realizámos uma análise sob a perspetiva toponímica.

1. DESENVOLVIMENTO

O vocábulo «couto», como escreve Salvador Mota (2006, I: 189), designa um território delimitado que os monarcas atribuíam a «entidades eclesiásticas, seculares e regulares, mediante a outorga de um documento onde conferem determinados privilégios e imunidades de natureza jurisdicional, fiscal económica e militar», isentando-as do pagamento dos tributos reais. Mota acrescenta: «Para Vitorino Magalhães Godinho o couto, em sentido genérico, é a isenção de uma terra e sua população dos deveres e encargos em relação ao rei. Caracteriza-se por não poderem lá entrar os oficiais régios, sejam de justiça, sejam do fisco, nem os alcaides. Antes de mais é a isenção de todo o serviço militar ofensivo, não está em causa o defensivo» (MOTA, 2006, I: 190). Por esta razão, o Dom Abade do Mosteiro de Bouro ostentava os títulos de «donatário» e de «capitão-mor» da

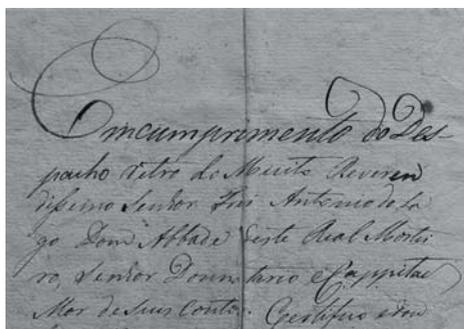


FIG.2 - FAC-SIMILE DE DOCUMENTO COM OS TÍTULOS DO DOM ABADE DO MOSTEIRO.

Portela do Homem e os homens do Couto não integravam o exército real. Em contrapartida, tinham de defender, à sua custa, esta zona raiana.

D. Afonso Henriques que, como é sabido, tinha uma particular afeição pelos cistercienses – foi o responsável pela passagem dos «monges negros», beneditinos, a «monges brancos», cistercienses, em Bouro – concedeu uma primeira Carta de Doação de couto ao mosteiro de Santa Maria de Bouro em 1148 e renovou-o em 1162. D. Sancho II (1223-1247), influenciado pela mulher, procurou tirar o couto aos frades, pelo que estes tiveram de o comprar por «mil cruzados de ouro velho». Por isso, costumavam dizer que tinham dois títulos válidos do mesmo bem: uma carta real de doação (de D. Afonso I) e um título de compra (de D. Sancho II). Este litígio com a coroa seria continuado por D. Afonso III (1248-1279) e sanado por D. Dinis (1279-1325) que, por provisão de 9 de março de 1279, restituiu o couto aos frades de Bouro. Estas querelas estão patentes nas fraturas de parte das rochas onde se encontram as cruces de delimitação do Couto, local onde estaria inscrita a letra «B» de que falaremos a seguir.

Embora vários autores refiram que a Carta de Doação de D. Afonso I «delimita com muita precisão o couto doado» (COSME, 2015: 102) e «estão aí marcados com bastante minúcia os limites do Couto» (CUNHA, 1951: 84), a verdade é que, quando vamos para o terreno, apesar da «precisão», as dificuldades na localização dos marcos ou cruces são grandes, como reconhecem alguns investigadores: «seguem-se topónimos que desconhecemos - porto da Bouça de Maria, Cavalhão, Fornelo, Arnadelo, uma estrada e Pedroso - pelo que não sabemos se algum ou alguns deles já indicam a chegada à cumeada da montanha» (COSME, 2014:103). Na republicação deste artigo em 2015, Fernando Cosme altera ligeiramente o texto: « - *porto da Bouça de Maria, Cavalhão, Fornelo, Arnadelo*, chega à **“própria estrada”**, que deverá ser a romana *Via Nova*, e *Pedroso* que desconhecemos, pois ainda não é o lugar de Padrós da Freguesia de Chamoim. Parece indicar-nos que iria tomar a estrada romana no sítio onde ela entra no monte de Seramil. O Capelo do Frade ainda existe e situa-se na cumeada, no limite das freguesias de Seramil e Santa Marta. Parece, assim, dar-nos a informação de que já englobaria quase todo o atual monte de Santa Marta e de Seramil».

As dificuldades na delimitação exata do couto velho do Mosteiro compreendem-se devido às alterações introduzidas na paisagem e às modificações linguísticas e toponímicas que ocorreram durante quase 900 anos. Todavia, em função dos dados recolhidos, aquando do nosso trabalho de campo, discordamos de várias das afirmações do investigador suprarreferido como demonstraremos ao longo deste artigo.

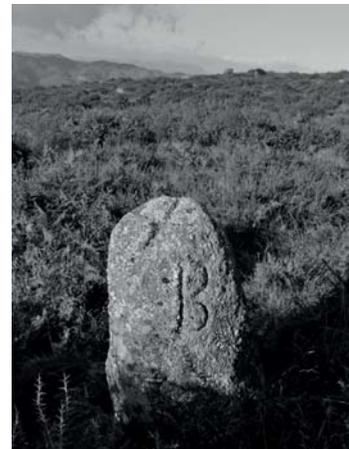


FIG. 3 - MARCO DO COUTO NOVO DO MOSTEIRO DE BOURO NA CHÁ DE TABOADO, SANTA MARTA DE BOURO.

Convém esclarecer que os limites de que vamos tratar referem-se ao couto velho, também chamado «Couto de Santa Maria de Bouro», uma vez que o couto novo, resultado de doação e venda por D. Sancho II, influenciado pela sua mulher, D. Mecia Lopo de Haro, que o pretendeu retirar aos frades de Bouro, é maior, pois, além de integrar o couto velho, alarga-se para sul e poente, sendo denominado «Couto de Santa Marta de Bouro» (*Livro do Mostrador*, CI - 16: 3).

Cabe, aqui, uma referência ao padrão chamado «Cruzeiro do Couto» que estava no extremo sul do couto novo.

Atualmente, encontra-se no largo do Arieiro, freguesia de Goães do concelho de Amares, tendo sido descrito pelo monografista Domingos Maria da Silva da seguinte forma: «no fuste, abaixo da cruz, tem as armas da Família Cisterciense; numa face do plinto, a já citada inscrição AQUI SE COMEÇA... (tinha-se omitido o SE); noutra simplesmente A DÕ SANCHO... o resto foi picado» (SILVA, 1958, II: 288). Segundo o autor citado, este cruzeiro esteve, até ao ano de 1957, no limite da freguesia de Goães com a de Dornelas, altura em que um grupo «de indivíduos desta última freguesia [Goães] arrancaram e transferiram para o respetivo cemitério, com receio de que levasse descaminho» (SILVA, 1958, II, 257).

Pelo seu interesse, transcrevemos, na íntegra, a inscrição que se encontra na face principal do plinto:

«AQVISE CO/ MEÇA O COVTO/ DO MOSTEIRO/ DE SANTA MARIA/ DE BOVRO HO/ QVAL DOOU/ DOM AFONSO AN/RIQVES I REI/ DE PORTVGAL».

A parte da inscrição relativa ao rei D. Sancho foi apagada, como vimos, em retaliação por este monarca ter obrigado os frades do mosteiro de Bouro a comprar o que já lhes pertencia: o couto de Bouro.



FIG.6 - CRUZEIRO DA IGREJA PAROQUIAL DE S. TIAGO DE GOÃES.



FIG.7 - PLINTO DO CRUZEIRO DA IGREJA PAROQUIAL DE S. TIAGO DE GOÃES.

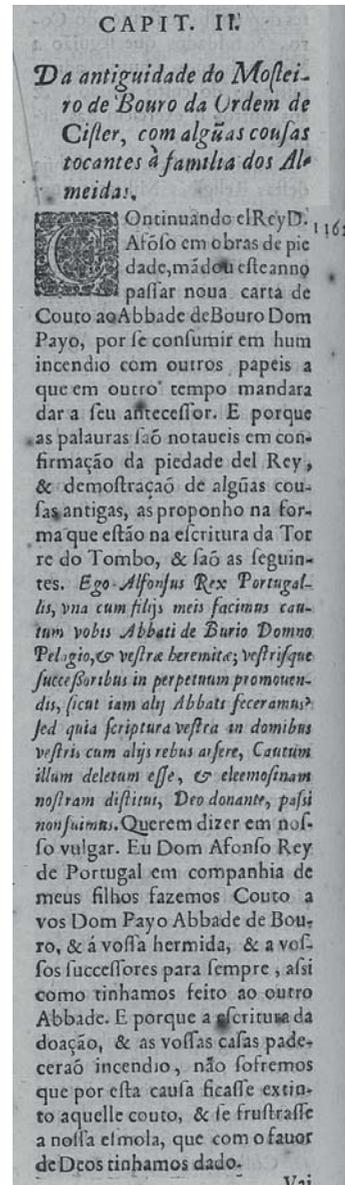
1.1. CARTA DE DOAÇÃO DO COUTO (1162)

Apesar dos incêndios que, pelo menos, por duas vezes consumiram os arquivos do mosteiro, existem documentos que comprovam que a doação do Couto de Bouro aos monges do convento de Bouro data do início da nacionalidade (1153).

No *Livro do Mostrador* (CI-16,1), proveniente do cartório do mosteiro de Bouro, juntamente com a descrição dos bens e rendimentos do Mosteiro, podemos ler que se trata de um convento «tão antigo, quasi como a fundação do Reyno; (...) E tendo este Mostr.^o, não so dentro nos coutos suas rendas e jurisdiçoens, mas também fora delles m.^{tas} fazendas e rendas, não se acha no cartório delle nenhuma doação original porque todas se queimaraõ em dous incendios õ aconteceraõ». Esta referência encontra-se, igualmente, no livro XI da Monarchia Lusitana, capítulo II: «Da antiguidade do Mosteiro de Bouro da Ordem de Cister, com algũas cousas tocantes à familia dos Almeidas», cuja cópia se anexa (BRANDÃO, 1632: 206 v.).

Antes de avançarmos, vejamos parte do conteúdo da Carta de Doação, datada de 1162, na sequência de um pedido efetuado por Dom Paio, Abade do Mosteiro, dizendo que a primeira tinha ardido e necessitavam de uma nova: (...)*ego Alfonsus rex Portugalensium, una cum filiis meis facimus cautum uobis abbati de burio domno Pelagio et uestre heremite uestrisque successoribus uestris in perpetuum promovendis sicut iam alii abbati feceramus. (...) incipit a flumine cadauo, deinde uadit per trandearas et inde per refoiolos et inde per illam petram dos lodeiros et inde per leigoa et inde per petram redondam que stat super sanctum bartolomeum et inde per spicam ipsius montis et descendit ad ipsum portum de bausa de maria et inde per illum caualionem et inde per fornelum et inde per arnadelum et inde per ipsam stratam et inde per petrosum et inde per ubi uocatur capelum de frade et inde per ipsam portelam damnedelum et inde per castrum malum et inde per aural deguas et inde per antelinam et inde per escuriscadas et inde per forinigerium et inde per molam de burio et inde per uarzenelam et inde per pradozelos et inde per portelam de paradela et inde per taurum de laureiro et inde per spicam montis usque ad flumen cadaui et inde uadit per mediam uenam fluminis usque inde primam fecimus incoationem.*⁵

FIG.8 - BRANDÃO (1632):
MONARCHIA LUSITANA, 3.^a
PARTE, FL. 206 V.



Em 1174, D. Afonso Henriques renovou a doação ao «Abbade e Monges de S.^a Maria de Bouro da Ordem de S. Bento, do seu Regengo [sic] de Goens e de metade do seu Regengo de S.^a Marta no termo de Bouro». A Carta de Doação viria a ser confirmada pelo seu neto, D. Afonso II.

1.2. TOPÓNIMOS DA CARTA DE DOAÇÃO DE 1162

No texto supratranscrito, encontramos os topónimos seguintes: *trandeiras*, *refoiolos*, *lodeiros*, *leigoa*, *petram redondam*, *sanctum bartolomeum*, *portum de bausa de maria*, *caualionem*, *fornelum*, *arnadelum*, *petrosum*, *portelam damnedelum*, *castrum malum*, *aural deguas*, *antelinam*, *escuriscadas*, *forinigerium*, *molam de burio*, *uarzenelam*, *pradozelos*, *portelam de paradela*, *taurum de laureiro*.



FIG. 9 - «MONTE DE TRANDEIRAS», LIMITE DAS FREGUESIAS DE SANTA MARTA E DE SANTA MARIA DE BOURO.

No nosso trabalho de campo, começámos por procurar, no limite das freguesias de Santa Marta e de Santa Maria de Bouro, margem direita do rio Cávado, *incipit a flumine cadauo*, algum local chamado «Trandeiras», um topónimo algo frequente no Norte de Portugal e Galiza cuja origem se desconhece (MACHADO, 1993:1427). Logo nos indicaram um monte cujo alinhamento (sul/norte) do cume, *spicam montis*, com o rio fazia um ângulo de noventa graus. No local definido – que presumimos ser o início da demarcação do Couto –, devido à vegetação densa de mimosas (*acaciae dealbatae*) que inunda a margem, não foi possível identificar qualquer marca. Encontrámos, no entanto, um pouco a montante do referido alinhamento, uma grande pesqueira e uma azenha em ruínas pertencentes, até 1834 (data da sua extinção), ao mosteiro de Bouro (MOTA, 2006, I: 330).

Deslocámo-nos ao cume do monte de Trandeiras e constatámos, não só a existência de caminhos medievais mas também a construção de um muro antigo que percorria todo o cume e que se alinhava com uma referência topográfica já conhecida: o «Rebolão», *petram redondam*.



FIG. 10 - MOINHO E PESQUEIRA NO RIO CÁVADO.



FIG. 11 - HIPOTÉTICA «PEDRA DOS LODEIROS».

Continuámos a busca de outras referências toponímicas, nomeadamente «refoiols», Refolhos, e «Lodeiros». Em relação à primeira, foi impossível localizá-la. Quanto à segunda, depois de algumas pesquisas, uma senhora, com cerca de oitenta anos, disse estarmos diante da «quinta de Lodeiros». Na verdade, perante nós estendia-se um terreno agrícola que confinava com uma linha de água, justificando a sua origem a partir da forma latina *lutuaria*, de lutu, «lama, lodo» (QUILES, 1992: 245). Procurámos, em seguida, *illam petram* dos Lodeiros, referida na Carta de Doação. Encontrámos um penedo muito grande e arredondado, com um edifício acoplado, situado em plena na linha de água, que pode ser o referido na Carta de Doação, todavia, o acesso é impossível e não conseguimos encontrar qualquer marca. Por outro lado, não nos pareceu verosímil por contrariar a filosofia cenobita de colocar as marcas em locais com visibilidade à distância e devidamente alinhados. Acabámos por descobrir uma outra rocha, alinhada com o «Rebolão». Infelizmente, a parte superior tinha sido objeto de corte, ainda recente, para construção de muros ou por causa do cabo de eletricidade que passa por cima e não pudemos confirmar a existência das marcas que tanto buscávamos, como cruces ou a letra «B».

Seguindo a orientação sul / norte, prosseguimos em direção ao «Rebolão», passando por um local cujo topónimo não conseguimos confirmar (Lijós? Leigoa?), mas onde encontrámos alinhamentos de muros antigos, uma cruz incisa numa rocha objeto de tentativa de corte cuja direção aponta para o «Rebolão».

Rumámos à capelinha de São Bartolomeu, uma construção que testemunha as alterações sofridas ao logo de vários séculos, como se pode comprovar por uma simples análise à fachada, e demandámos o famoso «Rebolão», *petram redondam*, perto do qual foi, nos últimos anos, construído um parque de merendas. Trata-se de um penedo enorme, com forma arredondada e sobre o qual foi colocada uma cruz em cimento. A meia altura (+/- quatro metros), inscreveram as datas das **Comemorações dos Centenários**: 1140, 1640, 1940.

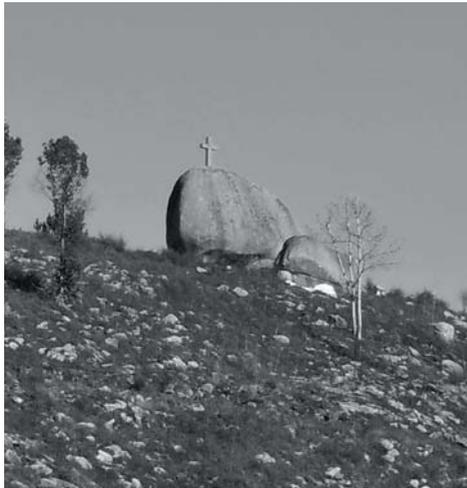


FIG. 12 - O PENEDO DENOMINADO «REBOLÃO».



FIG. 13 - CAPELA DE S. BARTOLOMEU, SANTA MARTA DE BOURO.

A partir daqui as dificuldades aumentaram na identificação dos limites, pois escassearam as pessoas com conhecimento de causa. Além disso, acresce o facto de, na direção norte, irmos de encontro a marcas não do couto velho, mas do couto novo cuja medição se iniciava no chamado «couto do perçorio» (*Livro do Mostrador*, CI - 16: 2 v.):

El Rey D. Sancho segundo, na era de 1294 [1256], fez outra doação e couto por modo de venda pelas demarcaçoens seguintes: começando no lugar onde está o Mosteiro, couto de perçorio, e dahi como vay correndo pelo cume a portella de Sta. Cruz, e pello mesmo cume a portella de Paranhos (...).

Embora não tendo conseguido localizar, *in situ*, as referências que vêm a seguir, pela boa visibilidade (em dias de céu limpo), pudemos seguir as indicações da Carta de Doação: a espiga do monte sobranceira ao Rebolão (*petram redondam*), inpletimos para leste, descendo em direção à linha de água, *per spicam ipsius montis et descendit ad ipsum portum de bausa de maria*. Trata-se de um local onde é possível atravessar o ribeiro, um «porto», situado a jusante da confluência de dois ribeiros, por onde passa a demarcação, em direção ao chamado «camalhão», *illum caualionem*.

Abiah Reuter, na obra *Chancelarias Medievais Portuguesas* (1938), transcreve «caualionem», [cavalhão], e, a partir dessa data, quase todos os investigadores citam o topónimo *Cavalhão*. Quando estivemos no terreno a seguir *pari passu* as demarcações da Carta de Doação, deparámos com o topónimo «Camalhão», em vez de «Cavalhão». Comparando as duas palavras em latim, «caualionem» e «camalionem», colocámos a hipótese de ter existido um erro na transcrição realizada por Abiah, uma vez que se trata de manuscritos, grafando «caualionem» em vez de «camalionem». A nossa teoria esmoreceu quando lemos os textos de Fernando Cosme, especialista em linguística e toponímia.

Volvidos seis anos, tivemos a sorte de encontrar um manuscrito, datado de 20 de junho de 1814, com uma transcrição das várias cartas de doação e de forais ao Mosteiro de Bouro e ao concelho de Santa Marta de Bouro, onde o tabelião, quando se refere a este topónimo, escreve «Camalionem», tal como aparece no *Livro do Mostrador* (CI – 16) do extinto mosteiro de Bouro existente no fundo monástico-conventual do Arquivo Distrital de Braga: «e dahi pelo Camalião e dahi por Fornelos (...)». Não restam dúvidas que o nosso raciocínio estava correto e que a raiz do topónimo «Camalhão» é «camalionem», tal como constará da Carta de Doação de D. Afonso Henriques datada de 1162.

A partir daqui, devido à nossa origem e pesquisas para outros trabalhos, o terreno já nos era mais familiar, pelo que foi relativamente fácil seguir os limites, a começar pelo lugar de Fornelos, onde existem «pequenas furnas» e «covas naturais» (QUILES, 1992: 207). Aqui encontrámos um penedo com a cruz do limite e duas marcas de terem partido a rocha. Situação a que não será alheio o facto de, pelo menos, por duas vezes as marcas dos limites (padrões) terem sido apagadas e de novo repostas, como consta da provisão do rei D. Dinis, datada de 9 de março de 1317: «mandou ao Juiz de Bouro, e ao Juiz de Entre Homem e Cávado, e ao Juiz de Braga, que fossem ao dito Mosteiro e alevantassem padrões do mesmo Couto pelos lugares acima nomeados, por onde antes os ditos padrões haviam sido levantados, e de tal maneira o fizessem que daí em diante para todo o sempre ficassem firmes e valiosos, como se contém na dita Carta»⁶.

Seguimos pelo campo de «Arnadelo», *et inde per arnadelum*, que tem o nome consigo, como refere QUILES (1992: 38): «esta raiz *ara, “val, auga”, tamén parece estar relacionada dalgunha maneira coas de *arn e *art, “concavidade, val, valgada”, causantes dos topónimos que vemos noutros artigos, **Arnados** (...)». Na realidade, o campo de Arnadelo é uma agra propícia à exploração do feno, com a configuração de uma depressão na base da encosta do monte do Candal, por onde corre um riacho. A laje com a marca do Couto, uma cruz e um “B”, encontra-se ao lado do muro de vedação do campo, já na estrada, *illam stradam*, que nos leva para o lado norte do monte de Bouro. Trata-se de uma estrada em terra, um caminho antigo, plano e praticamente em linha reta que tanto nos pode levar ao Castelo de Bouro como à Portela do Homem.

Depois de algumas tentativas falhadas, foi possível, com a colaboração dos ex-presidentes de Juntas de freguesia de Choreense e de Monte, identificarmos os lugares correspondentes aos topónimos seguintes, todos perfeitamente enquadráveis do ponto de vista geológico e linguístico: «Pedroso», «Capelo do Frade» e «Portela de Midelo».



FIG. 14 - O «CAMALHÃO», À ESQUERDA, E O MONTE ONDE SE ENCONTRA O PENEDO «REBOLÃO», À DIREITA.

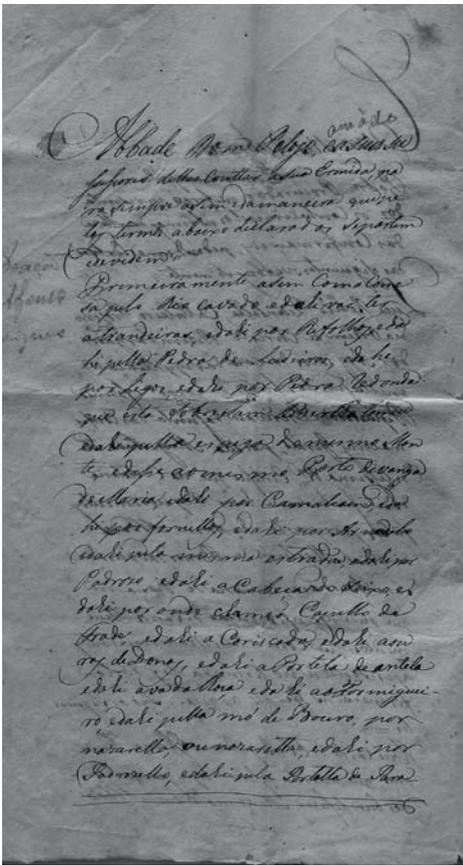


FIG. 15 - TRESLADO DA CARTA DE DOAÇÃO DE 1162. (FONTE: ACSA).

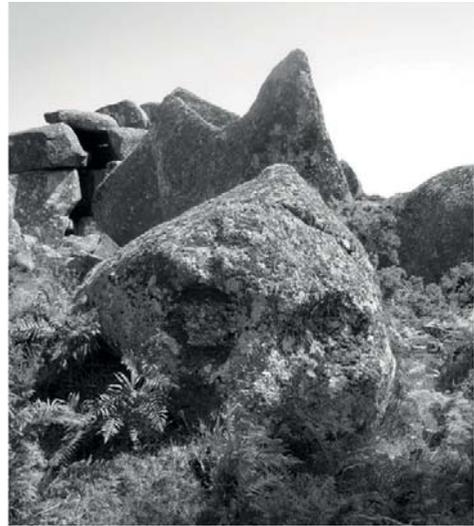


FIG. 16 - LIMITES DO COUTO VELHO: «FORNELOS».



FIG. 17 - PORMENOR DA ROCHA COM A MARCA «B».

O primeiro, «Pedroso», *inde per petrosum*, é um local onde existem pedras ou rochedos em estado natural, de *petram*. A Carta de Doação do couto novo refere-se, segundo Magalhães Mota, a «Pedroso ou Cabeça de Seixo» (MOTA, 2009: 191). Trata-se de um erro do copista pois existem os dois locais: «Pedroso» a que se segue «Cabeço do Seixo», como referiram os nossos informadores. Na vertente noroeste, encontra-se o «Capelo do Frade», *et inde per ubi uocatur capelum de frade*, fraga que faz *jus* ao nome.

Em relação ao «Capelo do Frade», não houve dificuldade, pois era conhecido, situando-se na vertente norte do monte de Bouro, não na cumeada, e divisão das freguesias de Choreense e de Santa Isabel do Monte.

Sobre este topónimo, convém esclarecer, para evitar confusões, que existem dois locais com a mesma designação. O que acabámos de referir, que se enquadra na ordem dos topónimos que permitem identificar a delimitação do couto velho, e outro nos limites das freguesias de S. Paio de Seramil (Amares) e S. João da Balança (Terras de Bouro), como refere uma ata de 1853:

(...) demarcações antigas que dividem os montados entre os de Çaramil e S. João da Balança, por onde se acha demarcado por hum marco denominado o marco das Chans que tem a letra «B». E dali em direitura ao Capello do Frade, e dali em direitura ao marco novo que agora se plantou no sitio aonde apareceo outro enterrado em direitura ao Cabeço da Saxeira, que fica demarcado com hum marco novo e huma Cruz em outra pedra (...) e passando avibar as demarcações dali agoas vertentes para hum e outro conforme se acha demarcado com Cruzes que se fizeraõ nos penedos até a marca do Pessorero, e dali o campo de Arnadelo o penedo que tem hum «B».

Deste local, «Capelo do Frade», sai um muro antiquíssimo que vai rodeando os cumes pelo lado norte, não coincidindo com os atuais limites administrativos que são as águas vertentes, até à «Portela de Midelo», *et inde per ipsam portelam damenedelum*, terceiro topónimo deste grupo. A localização deste local revelou algumas dificuldades por causa das alterações fonéticas que o vocábulo sofreu. Quando perguntávamos pela «Portela de Amenedelo», ninguém nos sabia responder, embora tivéssemos partido de uma consulta ao *Magnum Lexicon* onde constatámos a sua origem ligada à água. Finalmente, falaram-nos de uma «Portela de Midelo», tendo imaginado uma origem antroponímica, forma simplificada de «Mindelo».

Quando chegámos ao local, não tivemos qualquer dúvida. No vértice da portela encontrámos o marco com a cruz costumeira dos frades de Bouro e o início de uma linha de água. Quanto ao topónimo moderno «Mindelo», segundo Leite de Vasconcelos (1931: 383), podemos associá-lo à existência de amieiros, árvores vulgares naquelas paragens, citando, entre outras, as formas medievais *Aminitello* e *Aminidelo*. Poderíamos, igualmente, citar a nossa *portelam damnedelum* > *Amenedelu* > *Medelu* > *Mendelo* > *Medelo* > *Midelo*. Esta associação ao amieiro é corroborada por Juan Moralejo que não descarta uma origem pré-indoeuropeia (MORALEJO, 2008: 347). No linguajar popu-

lar, em especial nesta aldeia de Santa Isabel do Monte, é normal a pronúncia «Midelo» em vez de «Mendelo» ou de «Mindelo».

A referência toponímica seguinte encontra-se largamente documentada, «Castro Mau», *et inde per castrum malum*, sendo referida pela população como o «Monte Crasto».



FIG. 18 -LIMITES DO COUTO VELHO: «CAMPO DE ARNADELO».



FIG. 19 -LIMITES DO COUTO VELHO: «PEDROSO».



FIG. 20 - LIMITES DO COUTO VELHO: «CAPELO DO FRADE».



FIG. 21 - LIMITES DO COUTO VELHO: «PORTELA DE MIDELO» E RESPECTIVO MARCO.

O «Castro Mau», ponto mais elevado do monte de Bouro, situa-se a norte do lugar de Seara na freguesia de Santa Isabel do Monte do concelho de Terras de Bouro, a 992 metros de altitude. Do seu cume, desfruta-se de uma vista a toda a volta e constitui o epicentro das terras de entre os rios Homem e Cávado. Este castro foi descrito pela primeira vez em 1758, nas *Memórias Paroquiais* (SILVA, 1985: 187-189): «com muita abundância de penedos, sem ordem, porque huns atravessados, outros em pé, muito próximos uns dos outros, e diversos todos, ou quasi todos na forma».

Sobre este castro, tivemos oportunidade de apresentar um estudo no **VIII Congresso Transfronteiriço de Estudos Celtas Portugal – Espanha**, realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2014, em Ponte da Barca, Portugal, com o título seguinte: «Marcas célticas e pré-célticas no monte de Santa Isabel», onde exibimos provas que atestam a sua ocupação humana desde há cerca de 6.000 anos, nomeadamente mós (dormente e movente) e cerâmica (tipo «Penha») com decoração incisa atribuída ao período do calcolítico.

A partir do «Castro Mau», o alinhamento dos limites do couto velho dirige-se para sudeste, descendo à «Portela de Antela», *et inde per antelinam*, no caminho que vai do lugar de Seara (Monte) para o lugar de Freitas (Covide), depois de passar *per aural deguas*. Por dificuldade na localização dos topónimos referidos na Carta de Doação de 1162, recorreremos à transcrição exarada no *Livro do Mostrador* (CI - 16: 2) do mosteiro de Santa Maria de Bouro. Assim, *aural deguas* é transcrito como «ouras de Dornas». Considerando que *aura*, -*ae*, significa sopro, brisa, ares, e que *dorna*, segundo Quiles (1992: 184), nos remete para «vales» ou «depressões fluviais», não é difícil encontrarmos esse planalto com forma de casco de barco onde a brisa é constante, embora, atualmente, não seja reconhecido por este topónimo. No entanto, julgamos não ser despiciendo interpretar *aural deguas* como um local onde costumavam encontrar gado equino em estado selvagem. Como sabemos, nestes montes, ainda hoje, pastam muitos cavalos da raça *equus caballus*, conhecidos entre nós como «garranos» e já representados na arte rupestre do Vale do Côa. Na serra do Gerês, existe o «curral das éguas». Daí que *aural deguasse* enquadre neste local de alta montanha onde o vento é uma constante bem como a presença de garranos, embora não tenha sido possível localizar nenhuma marca dos limites do Couto.

No âmbito de um outro trabalho de investigação para a nossa tese de doutoramento, encontrámos duas referências ao topónimo *Chã de Oural* na freguesia de Rio Caldo, limites de Santa Isabel do Monte. A primeira, em documentação de 1885: «em direção ao caminho da Abadia no sítio do Samor, e dali em direção à fonte do Samor, e dali ao penedo de homem morto, digo, Penedo Grande de Água Culhão, e dali à pála de Rocaterças de riba, e ali à esquina de Rocaterças, e dali aos carvalhos da Quebrada, e dali aos penedos da Chã de Oural»; a segunda, passados 40 anos:

Os indivíduos adiante assinados, todos moradores nesta freguesia [S. João Batista de Rio Caldo] e nela residentes há mais de cinco anos, pretendem dividir entre si e pela maneira mais prática e legal, o logradouro público compreendido dentro de uma linha que abrange a costa de Lagarinhos, costa de Água de Guimbra, chã de Oural, Touros, costa da Revoltinha, costa de Roca Terças, vale da Fonte Nova, costa Samor, costa do Seixo, costa de Combarração e costa do Curral Velho, que em toda a sua área confronta, de nascente, com o lugar de Matavacas; poente, com os montados de Santa Isabel; norte, com os montados do lugar de Sá; e do sul com o monte da Vila⁷.

Facilmente percebemos que este local coincidia com a linha de delimitação do couto velho que íamos seguindo. A transcrição de *Oural* em vez de *Aural* é facilmente justificável pelo fenómeno da assimilação vocálica que ocorre em vários vocábulos tais como *aurus* (ouro) e *taurus* (touro).



FIG. 22 -LIMITES DO COUTO VELHO: «CASTRO MAU» E CHÃ DA NÁVIA.



FIG. 23 -MÓS DORMENTE E MOVENTE ENCONTRADAS NO «CASTRO MAU».



FIG. 24 -LIMITES DO COUTO VELHO: «FORMIGUEIRO».

Quanto a «escoriscadas», topónimo que caiu em desuso, mas que denuncia um local que atraía os raios das tempestades, podemos adivinhá-lo antes do Formigueiro. Dada a inexistência de vestígios de exploração mineira nas redondezas, não parece referir-se ao depósito de escórias (QUILES 1992: 187), mas relacionar-se com «corisco», pedra de raio. Daí a expressão popular de «raios e coriscos». Como sabemos, aquando das tempestades, os cabeços dos montes atraem as descargas elétricas. Num manuscrito de 1604 escrito pelo abade de Chorense (Terras de Bouro) que tivemos a oportunidade de transcrever e analisar, encontrámos a expressão «fogo de corisco»:

E posto q̄ temos em grande admiração o grande Arroio e Ruina q̄ aconteceu no mesmo mez, seg.^{do} fama, no Rio da Trianna, por m.^{to} mais espantoso tenho este de Cabaninhas, por q̄ ho de Trianna foi força de Agoas, o de Cabaninhas foi força de chuva e alguns querem dizer q̄ foi fogo de Corisco, como se ve m.^{to} claram.^{te} no sitio e Riffes da terra q̄ esta tao lavrado q̄ nem ao Pico se podera tao fortem.^{te} lavrar. ⁸.

Em relação ao topónimo «Formigueiro», esse encontra-se bem identificado nas cartas militares e topográficas, *inde per escuriscadas et inde per forinigerium*, uma vez que aí, tal como no alto do «Castro Mau», se situa um marco geodésico.

A partir do Formigueiro, os limites dirigem-se para sul em direção ao rio Cávado, passando pelo local onde se encontra o «Penedo da Mó», *et inde per molam de burio*, uma rocha enorme que se assemelha à mó de um moinho gigantesco, também ela, estranhamente, partida do lado que se encontra voltado para o Mosteiro. Neste local, de onde se domina uma grande parte do vale do rio Cávado, existiu um castro. Aqui encontramos um número significativo de covinhas ou fossetes. Também foi fácil identificar as cruces do limite do Couto, embora não tenhamos visto a letra “B” que poderia estar na parte lascada da “mó”. Daqui se alinham os limites do Couto de Bouro. Para norte, orientamo-nos pelo cabeço do Formigueiro; para sul, direcionando a vista para o Cávado, hoje, barragem da Caniçada. Também observámos uma pequena porção de terra mais plana no sopé da encosta, ou seja, uma pequena várzea, *et inde per uarzenelam*, e o extremo de um terreno de floresta conhecido como «monte do Couto», onde, provavelmente, foram colocados uns marcos (padrões) do limite do Couto, a «Chão de Padrozelos», *et inde per pradozelos*, no dizer do cónego Arlindo Ribeiro da Cunha (1951: 85). A origem deste topónimo radicamo-la em «Padrozel» < *patrone*, padrão + *olus*, -a, -um, sufixo diminutivo, pequeno padrão (MORALEJO, 2008: 245). Não localizámos, porém, quaisquer marcas de delimitação.

O penúltimo topónimo deu-nos algum trabalho a descobrir. A princípio, todas as pessoas com quem falámos, incluindo ex-presidentes de Junta de Freguesia, diziam desconhecer qualquer lugar chamado «Portela» no lugar de Paradela. Finalmente, por indicação do senhor Adelino Pereira (74 anos,

2014), agricultor, morador no lugar de Paradela, localizámos o lugar chamado «Portela», situado no extremo do Couto, num local de passagem, uma “portela”, que pertence ao lugar de Paradela da freguesia de Valdosende, *et inde per portelam de paradela*. Neste local, no limite entre os lugares de Paradela e de Vilar-a-Monte, encontrámos, ainda, umas ruínas, totalmente cobertas de heras, de um moinho/azinha que terá pertencido ao Mosteiro de Bouro (MOTA, 2006: I, 386), além de uns muros antigos pela espiga do monte e orientados para o local onde se encontra o «Penedo da Mó». A construção recente de uma moradia dificulta o trabalho de investigação, embora seja visível, na crista do monte sobranceiro, um muro antigo com orientação norte/sul que entronca com o referido moinho.

A partir daqui, não foi possível localizar o último topónimo, *taurum de laureiro*, provavelmente estará submerso pelas águas da barragem, embora tenhamos identificado uma família com esta nomeada: «Loureiro».



FIG. 25 -LIMITES DO COUTO VELHO: «PENEDO DA MÓ»



FIG.26 -LIMITES DO COUTO VELHO: «PORTELA DE PARADELA» VENDO-SE, AO CENTRO, UM ANTIGO MOINHO PERTENÇA DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BOURO.

2. CONCLUSÃO

A pesar das dificuldades cada vez maiores de investigação no campo toponímico em virtude do falecimento das pessoas idosas e da diminuição da pastorícia – os pastores são uma fonte de informação muito importante –, das péssimas condições atmosféricas que encontramos em algumas deslocações ao terreno e de rarearem as pessoas conhecedoras do terreno e com condições físicas e disponibilidade para nos acompanhar aos locais, pensámos ter realizado um trabalho de interesse científico. Apesar das várias deslocações ao terreno para esclarecimento de algumas dúvidas, temos consciência de não estarmos isentos de erro.

Este trabalho sobre os «Contributos da toponímia para a fixação dos limites do couto velho do Mosteiro de Bouro (Amares)», além do gosto que nos deu na sua elaboração, avivou a nossa consciência de que a paisagem deve ser tratada como parte do património histórico e situar-se a montante de qualquer intervenção que a possa destruir ou danificar de forma irreparável.

Constatámos que, após o decurso de quase 900 anos, muitos topónimos permanecem quase inalterados, tendo sofrido, apenas, a evolução fonética normal.

Permitiu-nos, ainda, esclarecer algumas dúvidas no âmbito desta temática, nomeadamente no que respeita à origem de alguns topónimos, como aquele que o povo denomina «Possoiro». Os principais linguistas, como José Pedro Machado, não o referem. Quando indagámos sobre a razão deste vocábulo, mostraram-nos um poço, fruto de uma antiga exploração de água. A ser assim, deveria escrever-se «Poçoiro» e não Possoiro». As pessoas, para evitar esta questão, e uma vez que se trata de um cruzamento de vias, chamam-lhe «Os Quatro Caminhos». Todavia, aquando da delimitação do couto novo no tempo de D. Sancho II, encontramos a referência seguinte: «começando no lugar aonde está o Mosteiro, couto de Prezorio, e dahi como vai correndo pelo cume do Monte à Portella de Santa Cruz» (*Livro do Mostrador*, CI – 102: doc. n.º 31). Esta nomenclatura deve-se ao facto de os frades do Mosteiro de Bouro terem sido obrigados a comprar o couto que já possuíam, sendo, então, alargado. No início do século XIX, o cartório do mosteiro de Bouro regista as formas «Perçorio» e «Prozorio», transcrito por Magalhães Mota como «Porçorio» (MOTA, 2006, I: 191). A partir daqui, é possível nova origem etimológica, graças a uma assimilação regressiva, *Porçorio* > *Possorio* e a uma metátese, *Possorio* > *Possoiro*.

Se, por um lado, este trabalho nos permitiu clarificar algumas dúvidas, por outro ajudou-nos a tomar consciência de que se trata de um trabalho que carece de ser aprofundado de modo a esclarecer algumas questões que continuam em aberto. Desde logo, os topónimos que não conseguimos localizar, bem como identificar as marcas de delimitação que pensamos ainda existirem.

O nosso desafio passa pela criação de um trilho pedestre, complementar do já existente do «Penedo do Rebolão», que siga pelos limites do couto velho do Mosteiro de Bouro.

Por último, gostaríamos de manifestar a nossa total concordância com Gonçalo Navaza quando afirma que os topónimos «fan parte importante do património cultural dun país» e que os cidadãos devem ter uma consciência «de ecoloxía toponímica» e obrigar as autoridades locais a respeitarem este legado ancestral que constitui uma importante fonte documental (QUILES, 1992: 9 e 15).



FIG.27 - REPRESA NO LOCAL DENOMINADO «POSSOIRO».

NOTAS

1 - O presente artigo teve por base um trabalho elaborado no âmbito do Seminário Metodológico de Investigación - Programa de Doutoramento em Estudos Culturais: Memória, Identidade, Território e Paisaxe da Universidade de Santiago de Compostela - sob a orientação do Prof. Doutor Carlos Baliñas Pérez (Introducción á Análise da Paisaxe).

2 - Ver, também, o *Livro do Mostrador* (CI - 16, fl. 2 v.).

3 - No «Núcleo Museológico» do santuário de Nossa Senhora da Abadia, também existe uma reprodução de uma tela a óleo do pintor Alonso Cano (séc. XVII) representando a cena da *Lactação de S. Bernardo*, em que a Virgem cura o santo com leite do seu peito. Esta aparição ocorreu quando o servo de S. Bernardo se tinha deslocado à igreja do mosteiro.

4 - http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1123.

5 - REUTER, 1938: 288.

6 - A.D.B., *Livro do Mostrador*, CI - 102, doc. n.º 31.

7 - AJFRC, *Livro de Atas (1920 a 1923)*, fl. II v.

8 - AFONSO, 2000: 16.

FONTES:

A - MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho (A.D.B.)

CI - 16, *Livro do Mostrador* - Fundo do Mosteiro de Santa Maria de Bouro.

CI - 102, *Livro do Mostrador*, doc. n.º 31 - Fundo do Mosteiro de Santa Maria de Bouro.

B - BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, António (2000). «A quebrada de Cabaninhas», in *Cadernos de Cultura* n.º 3. Terras de Bouro: Câmara Municipal.

Brandão, Frei António (1632). *Monarchia Lusitana*, 3.ª parte. Lisboa: Mosteiro de S. Bernardo.

Bravo, H. de Sá (1972). *El monacato en Galicia* (2 vols.). Coruña: Editorial Librigal.

Cosme, Fernando (2015). *Pela Serra do Jurés e ao longo da Jeira - História na Toponímia*. Terras de Bouro: Município.

Cosme, Fernando (2014). «A comunidade monástica de Bouro e entronização da Senhora da Abadia», in *Para a História de Amares* (coord. Viriato Capela e Agostinho Domingues). Amares: Município, pp. 99-107.

Costa, Pe. Avelino de Jesus (1965, 1978 E 1985). *Liber Fidei*, 3 vols. Braga: Junta Distrital.

Costa, Pe. Avelino de Jesus (1997 e 2000). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, 2 vols. Braga: Ed. Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

Cunha, Arlindo Ribeiro da (1951). *Senhora da Abadia*. Amares: Confraria de Nossa Senhora da Abadia.

Cunha, Arlindo Ribeiro da (2000). «Santa Isabel do Monte», in *Cadernos de Cultura* n.º 3. Terras de Bouro: Câmara Municipal.

Leite de Vasconcelos, J. de (1931). *Opúsculos*, vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Machado, José Pedro (1993). *Dicionário Onomástico Etimológico*, 3 vols. Lisboa: Editorial Confluência e Livros Horizonte.

(1867). *Magnum Lexicon Latinum - Et Lusitanum*. Paris: Guillard.

Moralejo, Juan J. (2008). *Callaica Nomina: Estudios de Onomástica Gallega*. Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Mota, Salvador Magalhães (2006). *Cistercienses, camponeses e economia rural no Minho na época do antigo regime*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM).

Pérez, Carlos Baliñas (1998). *Gallegos del Año Mil. Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza*.

Quiles, Fernando Cabeza (1992). *Os nomes de lugar - Topónimos de Galicia: a súa orixe e o seu significado*. Madrid: Edicións Xerais de Galicia.

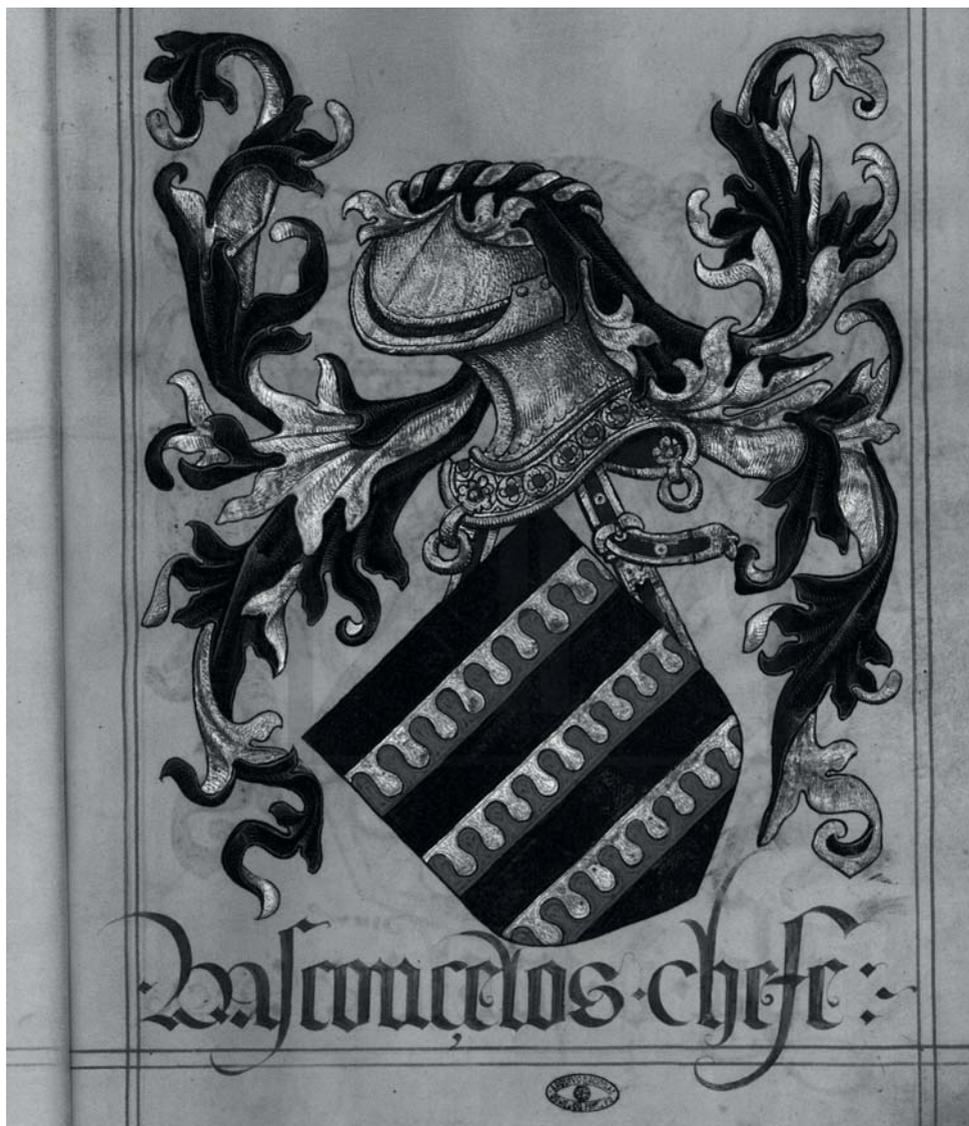
Reuter, Abiah Elisabete (1938). *Chancelarias Medievais Portuguesas*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.

Romero, Fernando Alonso (2014). San Mamede: *origem pre cristiano y significado del culto*. Santiago de Compostela: Andavira Editora.

Silva, Domingos Maria da (1958). *Entre Homem e Cávado* (3 vols.). Amares: Oficinas Gráficas «A Modelar».

Silva, Domingos Maria da (1985). *Entre Homem e Cávado em meados do séc. XVIII - Memórias Paroquiais*. Braga: Gráfica Cruz.

Viterbo, Joaquim de Santa Rosa (1798). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Porto: Livraria Civilização (edição crítica de Mário Fiúza - 2 vols., 1965 e 1966).



BRASÃO DE ARMAS DOS DE VASCONCELOS

EM HONRA DE VASCONCELOS

Fernando Fernandes
fernando.fernandes@municipioamares.pt

(EM) HONRA DE VASCONCELOS

“...à volta da Honra de Vasconcelos girou uma boa parte da política do seu tempo, para se suceder depois, e desde os primórdios da Nacionalidade, em verdadeiras dinastias de servidores da pátria, autores e protagonistas das mais heroicas façanhas nos períodos áureos ou notavelmente críticos da vida nacional. Realmente, dessas pedras em ruínas em que se enclavinham agora as raízes das heras e dos silvados, de mistura com arbustos bravos, levanta-se frondosíssima árvore genealógica multiseccular que, estendendo os seus ramos por terras de Portugal e do Império, cobriu-as da mais benéfica e protectora sombra. Raríssimos exemplos podem encontrar-se na história de que uma mesma família tenha prestado, no decurso de tantos séculos, tão ininterruptos serviços à sua pátria, como a linhagem de Vasconcelos.”

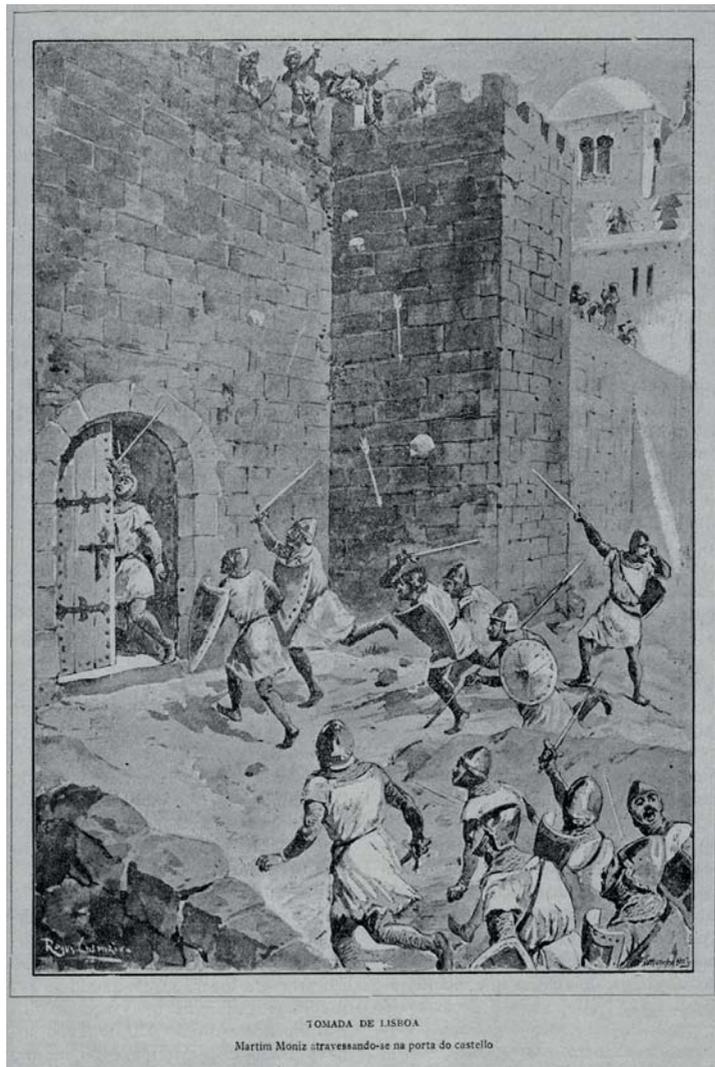
Silva, Domingos M. da (1958), pág. 46/47 ¹

A família de Vasconcelos (ver Genealogia dos de Vasconcelos figura 1) surge no séc. XIII e, na segunda metade desse século, encontra-se em franca ascensão social. Segundo Mário Barroca, «pode ser considerada como um bom exemplo do processo de ascensão social que várias linhagens secundárias encetam nessa centúria»². Com o objetivo de aumentar o seu património, durante o séc. XIII, esta família irá pôr em prática diferentes estratégias, nomeadamente, servir o monarca, estabelecer alianças matrimoniais, utilizar a amádgio³ e certos abusos de autoridade, como veremos ao longo deste texto. Os Vasconcelos, no espaço de duas gerações, conseguiram alcançar esses propósitos, sendo, assim, um bom exemplo de uma família da Nobreza de segundo plano em busca de nova projeção e novo posicionamento na sociedade portuguesa de duzentos.

Voltando um pouco atrás, importa apresentar a origem dos de Vasconcelos:

Segundo Domingos M. da Silva (1958), o Infante D. Ordonho, filho de D. Fruela II, rei de Oviedo (910) e de Leão, e da Rainha D. Ximena, filha do rei D. Sancho de Navarra, casou com a sua prima Infanta D. Cristina, filha de Bermudo II, e tiveram o Conde D. Garcia Ordonhes de Cabreira e Ribeira. Este casou com a Infanta-rainha D. Elvira, filha de Fernando Magno e irmã de Afonso VI de Leão e Castela, e tiveram o D. Osório Garcia de Cabreira e Ribeira. O Conde Osório, que era primo da rainha D. Teresa de Portugal, casou com D. Sancha de Moniz e, deste casamento, nasceu D. Mónio Osores de Cabreira e Ribeira. O Conde Mónio casa com D. Maria Nunes de Grijó, filha de D. Nuno Soares, padroeiro do mosteiro de Grijó, e tiveram três filhos: Paio Moniz; Maria Moniz e Martim Moniz.

Paio Moniz foi Senhor de Lanhoso e Alferes Mor entre 1199 e 1202, esteve na origem dos da Ribeira e destacam-se os seus filhos Martim Pais da Ribeira e Maria Pais da Ribeira, conhecida por *Ribeirinha*⁴. Estes detinham a Honra de Berredo. A irmã, Maria Moniz, esteve na origem dos Machados. O terceiro irmão, o célebre Martim Moniz, foi Rico-Homem no tempo de D. Afonso Henriques, tendo comandado a ala direita na batalha de Ourique (25 de julho de 1139) e esteve presente na conquista de Lisboa⁵. Terá casado com D. Teresa Afonso, filha bastarda do rei D. Afonso VII de Leão, de quem teve Pero Martins da Torre⁶, que se considera o primeiro habitante do solar e fundador da linhagem dos Vasconcelos.

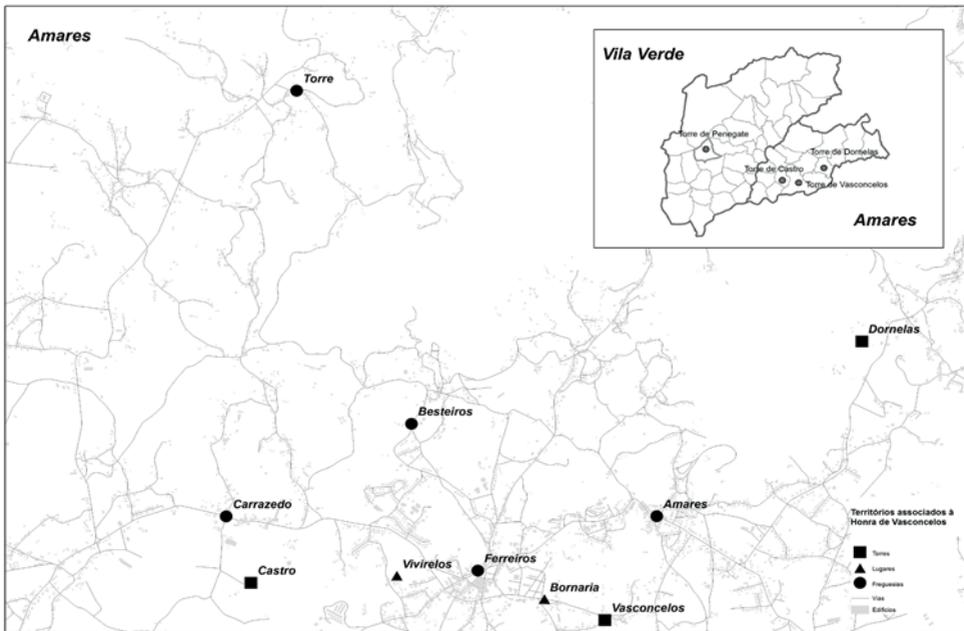


TOMADA DE LISBOA, MARTIM MONIZ ATRAVESSANDO-SE NA PORTA DO CASTELO

Pero Martins da Torre casou com Teresa Soares da Silva ⁷, irmã do célebre Arcebispo de Braga, Estêvão Soares da Silva e Estevaínha Soares. Estes eram filhos de Soeiro Pires Escacha e Froilhe (ou Sancha) Viegas, netos de Egas Fafes de Lanhoso (fundador da Honra ⁸ de Vasconcelos, segundo as Inquirições de 1288), bisnetos de Dória Viegas de Penegate e de Fafes Luz (senhor de Lanhoso e Alferes do conde D. Henrique, entre 1110 e 1115) e trinetos de Egas Pais de Penegate (fundador do Mosteiro de Rendufe). Do casamento e união destes dois grandes ramos familiares nasceu João Pires de Vasconcelos, o primeiro a usar o nome de linhagem do topónimo da sua Honra principal, lugar onde se situava o solar, a casa-mãe ⁹.

Para M. J. Barroca, “a criação da Honra de Vasconcelos pode ser balizada entre os anos 1220 e 1258 já que ela é ignorada pelas Inquirições de Afonso II e surge referida nas de Afonso III, naquela que é a sua primeira referência documental. Por essa altura não cremos que aí existisse qualquer residência fortificada. A posse do terreno honrado encontrava-se ainda dispersa por vários parentes e o processo de concentração dessas várias parcelas nas mãos da família Vasconcelos apenas se concretizaria em 1265. Curiosamente, a posse desta Honra parece ter chegado aos Vasconcelos não pelo lado paterno (de Pero Martins da Torre ou seus descendentes) mas antes pelo lado materno”¹⁰ (de Teresa Soares e sua sobrinha Mor Martins II, filha da irmã Estevaíinha Soares).

A Honra de Vasconcelos incluía os lugares de Vasconcellos (Vasconcelos), Ryo bõ (Rio Bom) e Barnarya (Bornaria), situados em Santa Maria de Ferreiros, pertencendo, hoje, à União de Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros. As Inquirições de D. Dinis de 1288 revela-nos que a família de Vasconcelos, para além de aparecer como detentora da vila de Amares, procurava ampliar, através da prática do amádigo, os limites da sua Honra, nomeadamente Santa Maria de Ferreiros e Beberelos (Vivirelos).



HONRA DE VASCONCELOS (1288)

“Em 1290 as suas pretensões tinham-se alargado também ao casal de Barro e ao lugar de Cimo de Villa.”¹¹ “O mesmo documento acrescentava que se tratava de uma honra «muy de velho» e que teria sido instituída no tempo de D. Egas Fafes.”¹² Segundo M. J. Barroca, esta necessidade de referir que a honra era velha, pode ser compreendida “se atendermos aos propósitos com que D. Dinis lançara as Inquirições de 1288: destrinçar as Honras Velhas, legítimas, das Honras Novas, abusivas, a fim de se mandar devassar as terras que haviam sido indevidamente honradas.”¹³

Segundo Pizarro (1997), a densa e prestigiada rede de parentesco não pode ter deixado, por um lado, de acentuar a influência da linhagem na região, ultrapassando, assim, a sua condição de ramo “secundário”, e, por outro, de manter o contacto com elementos da corte (no caso dos de Vasconcelos, este objetivo será observável, principalmente, através das alianças das gerações seguintes).

Assim, João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro¹⁴, casou com Maria Soares Coelho de quem teve cinco filhos, três homens e duas mulheres. Segundo António Machado de Faria (1961), João Pires de Vasconcelos “foi um dos maiores fidalgos do seu tempo, esteve na conquista de Sevilha e casou com sua prima terceira D. Maria Soares, filha de Soeiro Viegas Coelho e de sua mulher, D. Mor Mendes, por cujo casamento teve o morgado de Penagate.” Pela segunda metade do século XIII, ou inícios do seguinte, momento em que a família Vasconcelos detinha poder suficiente para desafiar a autoridade real, o “Tenreiro” recusou-se a comparecer perante o monarca para responder perante a acusação de assassinato de Aires Anes de Freitas, sendo julgado e acusado à revelia.¹⁵ Desta feita a família dos Vasconcelos toma para si o poder da região, entre o Rio Cávado e o Rio Homem. Possuidores de grande parte das terras, sendo estas fortificadas, impediam a entrada das gentes reais como os juizes, tabeliães, mordomos e porteiros. Dos seus cinco filhos destacamos Teresa, Pero e Rodrigo.

Teresa Anes de Vasconcelos, criada, tal como o seu irmão Rodrigo, na Honra de Vasconcelos¹⁶, casou com João Fernandes, o Franco. Como dote de casamento, o Franco herda a Honra de Dornelas e manda construir, na segunda metade do séc. XIII, a Torre de Outeiro ou de Dornelas. O seu filho Pedro Anes de Ornelas foi o primeiro a apelidar-se com o nome da sua Honra.

Pero Anes de Vasconcelos, documentado a partir de 1265, juntamente com o seu irmão Rodrigo, como veremos adiante, são “ambos referidos pelas Inquirições de 1288, a propósito dos bens que detinham no julgado de Entre Homem e Cávado. As inquirições posteriores (1301) continuam a referi-lo nesse julgado, ao qual se acrescentam os de Lanhoso e de Neiva”¹⁷. Em 1272, já se encontra casado com Margarida Pires de Portocarreiro, de quem terá dois filhos: João Pires de Vasconcelos e Estevão Pires de Vasconcelos. Mais tarde terá feito sua prima coirmã, Teresa Gil Feijó, por barregã.

Rodrigo Anes de Vasconcelos foi cavaleiro e trovador. As Inquirições de 1288 e as Sentenças de 1290 referem os bens que teve nos julgados de Entre Homem e Cávado (Honra de Vasconcelos, o herdamento em Besteiros e dois casais na freguesia de Carrazedo), Lanhoso (quinta de Requião), Penela (um foreiro da freguesia de Duas Igrejas), Felgueiras (dois casais na freguesia de Revinhade) e Neiva (uma quintã na freguesia de S. Pedro do Couto de Fragoso). Casou com Mécia Rodrigues de Penela, de quem teve dez filhos. Como D. Mecia está documentada como sendo já viúva em março de 1297, Rodrigo Anes terá morrido um pouco antes desta data.

São os irmãos Pedro e Rodrigo Anes de Vasconcelos e uma vez que, como já foi referido, a posse dos terrenos da Honra de Vasconcelos se encontrava dispersa por vários parentes, que encetam o progresso de aquisição das parcelas que depois dariam origem ao solar de família. Receberam uma procuração de sua tia Sancha Pires de Vasconcelos que os autorizou a procederem a um escambo (troca) de bens seus com as terras que sua prima D. Mor Martins II, Abadessa de Arouca, detinha no lugar de Vasconcelos. Deste modo, a Honra de Vasconcelos ficaria na posse da família homónima que conseguia, agora, reunir a herança das duas irmãs, Estevaíinha e Teresa Soares da Silva. Em 1265, concluiu-se o processo de concentração dessas várias parcelas nas mãos da família dos de Vasconcelos.

Dos numerosos descendentes (10) de Rodrigo Anes de Vasconcelos destacamos Maria Rodrigues de Vasconcelos e Mem Rodrigues de Vasconcelos.

As três filhas de Rodrigo Anes de Vasconcelos - Constança, Maria e Guiomar Rodrigues de Vasconcelos - “casaram-se com três Azevedos - Gomes, Vasco e Estevão Pais de Azevedo - numa inequívoca demonstração de como as alianças matrimoniais podiam ser importantes para as famílias da nobreza de Duzentos. Do casamento de Maria Rodrigues de Vasconcelos com Vasco Pais de Azevedo nasceram quatro filhos, sendo o primogénito Gonçalo Vasques de Azevedo que, juntamente com seu pai, esteve na batalha do Salado. Gonçalo Vasques de Azevedo casou com Berengária Vasques da Cunha, tendo tido um filho, Diogo Gonçalves de Castro.”¹⁸ Foi este senhor que, tendo herdado a Quinta de Castro¹⁹, em meados do séc. XIV, aí mandou erguer uma residência fortificada.

Mem Rodrigues de Vasconcelos foi um dos mais destacados da sua linhagem, foi cavaleiro, alcaide de Guimarães e meirinho-mor de Entre Douro e Minho ou de Além Douro. “Documentado a partir de 1297, a sua figura sobressai, sobretudo, pela participação activa nos sucessos que marcaram os últimos e conturbados anos do reinado de D. Dinis. (...) O qual, para além de o nomear para um cargo de grande confiança, mais a demonstrou colocando-o também à frente do castelo de Guimarães numa das fases mais acesas da guerra que o opunha ao Infante D. Afonso.”²⁰ Por temer represálias do Infante e seus aliados e para defender a sua família, pediu autorização ao rei para construir uma casa fortaleza. A 5 de outubro de 1322, o rei concedeu-lhe esse pedido, construindo, assim, a torre de Penegate²¹. Mem Rodrigues de Vasconcelos casou com Maria Martins Zote, da qual teve três filhos, e, tendo enviuvado, voltou a casar agora com Constança Afonso de Brito. Faleceu entre 1330 e 1339.



MEM RODRIGUES DE VASCONCELOS

“Esta densa e prestigiada rede de parentescos não pode ter deixado de, por um lado, acentuar a influência da linhagem na região, e, por outro, de contribuir para o nível das alianças nas gerações seguintes.”²² Adoptando a estratégia matrimonial, os de Vasconcelos vão-se enraizar noutras regiões, para além daquela que o ramo principal controlava, e permitiu-lhes manter o contacto com os meios próximos da corte, ultrapassando, assim, a sua condição de “ramo” secundário.

“Certo é que, da primeira para a segunda metade do séc. XIII, os de Vasconcelos, inicialmente confinados às terras de Lanhoso e do Entre-Homem-e-Cávado, passam também a deter bens patrimoniais nos julgados de Penela, Braga, Guimarães, Freitas e Felgueiras, e até mais litorais (julgado de Neiva), numa clara demonstração de expansão territorial e senhorial.”²³

Com Mem Rodrigues de Vasconcelos, acompanhado pelos irmãos Fernão²⁴, João e Nuno²⁵, precedidos pelo seu tio Estevão Anes de Vasconcelos²⁶, a linhagem subiu o último “degrau” e penetrou directamente na corte régia. “Sendo assim, não causará surpresa verificar que, depois de os sabermos próximos da corte, no séc. XIV, os de Vasconcelos já possuem bens em Coimbra, Torres Novas ou Santarém.”²⁷



RAINHA D. LEONOR TELES DE MENEZES

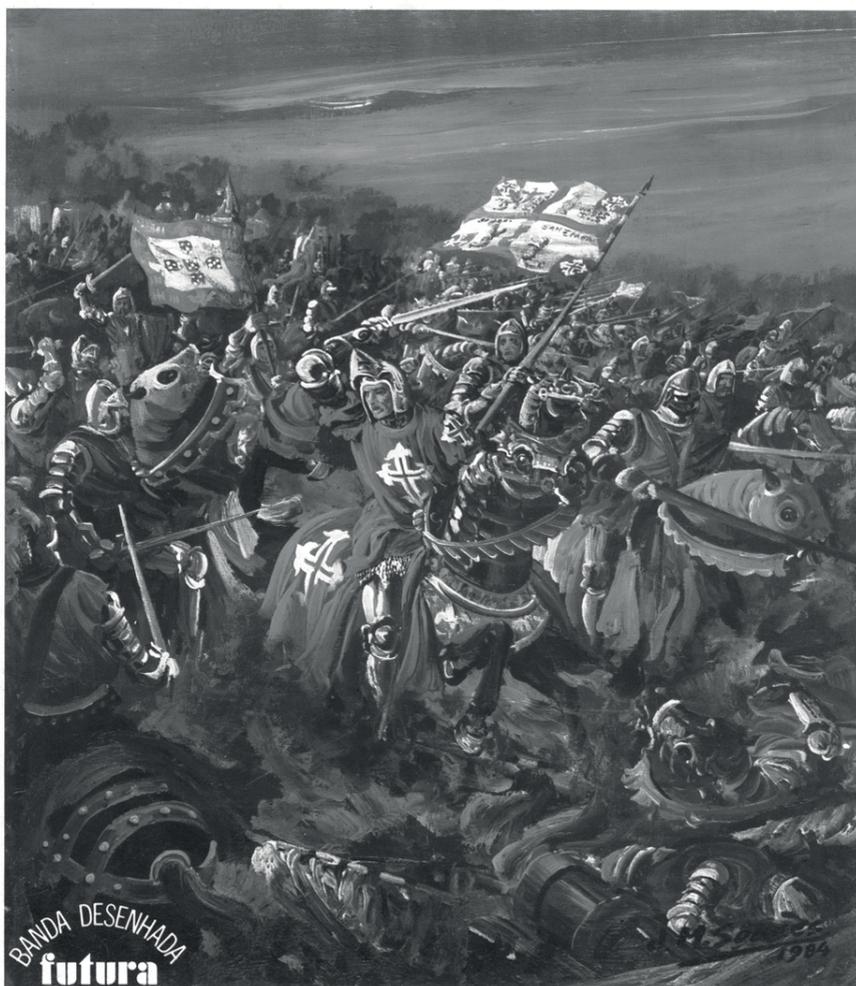
Os Vasconcelos alcançam o trono com Leonor Teles de Menezes, cognominada a Aleivosa, que foi rainha de Portugal entre 1372 e 1383, pelo seu casamento com Fernando I de Portugal. Foi regente de Portugal de 1383 a 1384. Leonor é filha de Aldonça Anes de Vasconcelos, neta de Joane Mendes de Vasconcelos (alcaide-mor de Miranda do Corvo e de Estremoz) e bisneta do já referido meirinho-mor de Entre Douro e Minho, Mem Rodrigues de Vasconcelos.

13 ANTOLOGIA DA BD PORTUGUESA

A Ala dos Namorados

Texto de **ARTUR VARATOJO** • Desenhos de **JOSÉ MANUEL SOARES**

BOLETIM CULTURAL DE AMARES Nº 3



BATALHA DE ALJUBARROTA - ALA DOS NAMORADOS

Subindo, de forma fugaz, esta escadaria, os de Vasconcelos concretizam, assim, o seu grande objetivo: chegar ao poder. Pelo caminho, muitos foram os ilustres descendentes desta linhagem, alguns dos quais já referidos neste texto, mas muitos outros, que pelos seus enormes feitos e virtudes, seriam dignos de ser mencionados. Relembramos Gonçalo Mendes de Vasconcelos (alcaide-mor de Coimbra, senhor da Lousã e da terra de Soalhães, Meirinho-mor de Além Douro) e seus filhos Mem Rodrigues de Vasconcelos e Rui Mendes de Vasconcelos, valorosos e leais cavaleiros que se destacaram no combate contra os mouros e, sobretudo, na Batalha de Aljubarrota (14 agosto de 1385), comandando a lendária Ala dos Namorados. É este Mem Rodrigues de Vasconcelos (mestre da Ordem de Santiago) que Luís Vaz de Camões immortaliza nos *Lusíadas*:

“Dom Nuno Álvares digo: verdadeiro
Açoute de soberbos Castelhanos,
Como já o fero Huno o foi primeiro
Pera Franceses, pera Italianos.
Outro também, famoso cavaleiro,
Que a ala direita tem dos Lusitanos,
Apto pera mandá-los e regê-los,
Mem Rodrigues se diz de Vasconcelos.”²⁸

Como diz Domingos M. da Silva (1958): “nascendo onde chegou a hora feliz do nascimento de cada um; morrendo onde foi preciso morrer, os de Vasconcelos foram sempre iguais – no passado e no presente.”²⁹

“As que mil temores fazem
a quem ha de navegar
vermelhas ondas de mar
os de Vasconcelos trazem
Sobrazul mui singular.
Vasconcelos da Gasconha
que nunca passou vergonha
em esforço e valentia
no tempo que florescia
Nem agora há quem lha ponha.”³⁰

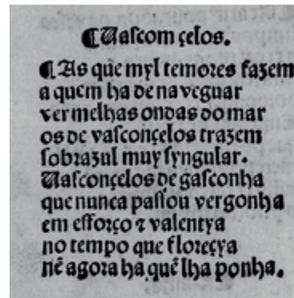
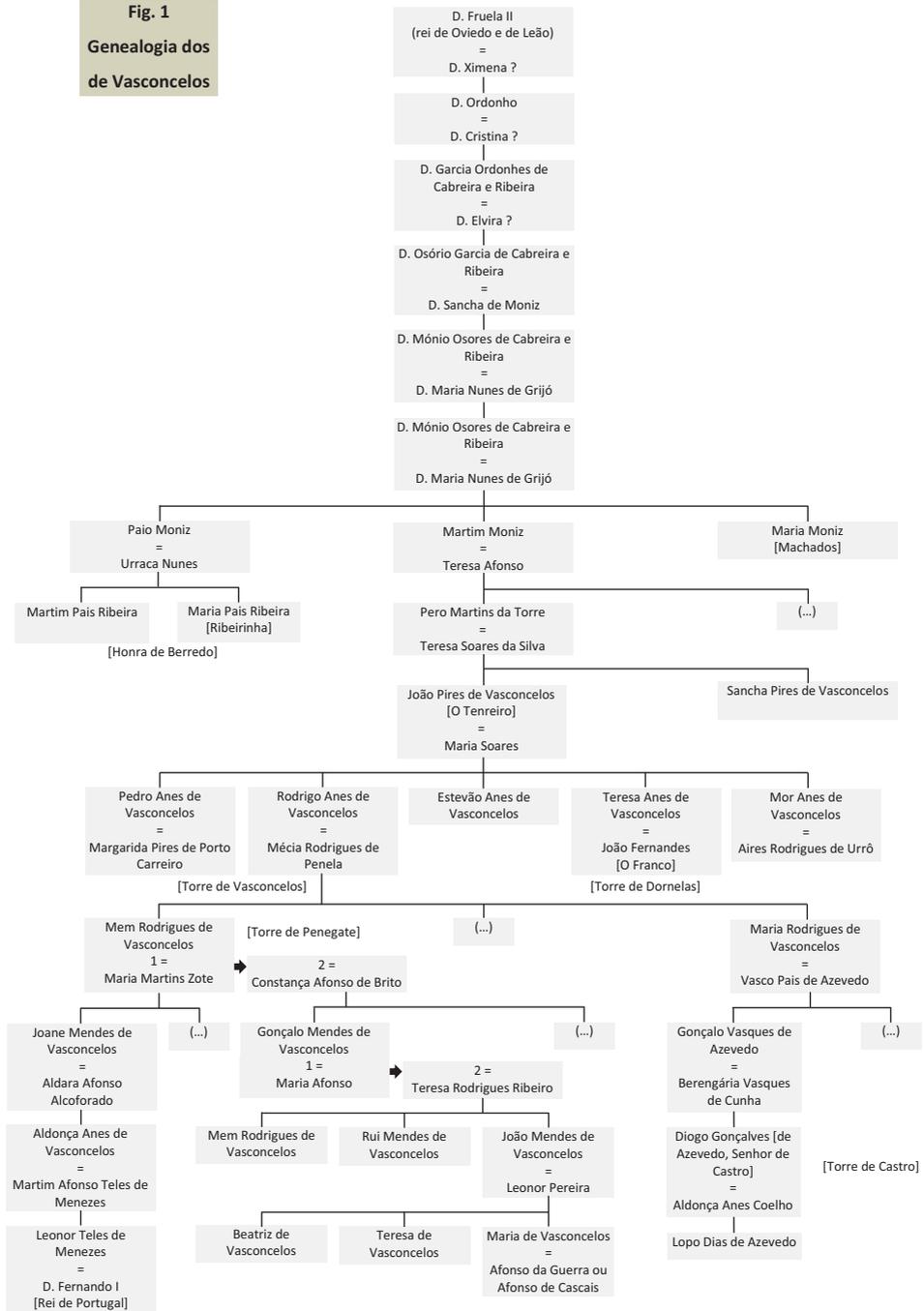


Fig. 1
Genealogia dos
de Vasconcelos



RESIDÊNCIAS SENHORIAIS FORTIFICADAS - *Domus Fortis*

Nos séculos X a XII, as famílias nobres tinham como residência os solares, que se deveriam implantar junto dos domínios fundiários, e os castelos, estruturas fortificadas onde a componente militar se sobre põe às características civis. Embora não muito usual, alguns elementos da alta nobreza, a quem o monarca confiava a tenência de um território, residiam, mesmo que temporariamente, nos castelos. Os solares eram concebidos com materiais perecíveis, usando-se principalmente a madeira.

Nos finais do século XII e, sobretudo, o século XIII, um pouco por toda a Europa, este paradigma sofreu importantes transformações com o aparecimento e a difusão das residências senhoriais fortificadas, a *domus fortis*³¹. Ao contrário dos solares, estas eram construídas sobretudo em pedra, revelando, assim, uma maior preocupação de perenidade.

Em Portugal, este processo transformativo deu-se no reinado de D. Sancho II, sobretudo durante a década anárquica de 1238-1248, período marcado “pelos desmandos dos membros da Nobreza, que aproveitaram uma conjuntura que lhes era favorável, não só com um poder régio enfraquecido mas também com a progressiva sedentarização da sociedade peninsular, para expandir de maneira irregular os seus bens, o seu poderio”³² (e privilégios)³³. Associados a linhagens secundárias e em plena fase de ascensão e afirmação na sociedade medieval portuguesa, estes nobres viram “nessa nova estrutura arquitectónica uma forma de se afirmarem, não só perante as populações rurais mas, sobretudo, perante as antigas linhagens, detentoras de castelos e cientes dos seus poderes. Como sublinhou José Mattoso, ao contrário da quintã, “a torre é o símbolo e a materialização dos poderes senhoriais”. De resto, não foi de uma forma gratuita que a Torre foi eleita como o “novo” símbolo desses poderes. A semelhança das novas torres senhoriais com as antigas torres de menagem dos castelos é bem sintomática dessa busca de poder e de autoridade. E, também, de prestígio.”³⁴

Esta situação torna-se bastante incómoda para o poder real e para as velhas linhagens, como é exemplo disso as medidas de demolição das casas fortificadas, indevidamente construídas no passado recente, tomadas por D. Afonso III (foram precisamente uma das primeiras medidas tomadas por este monarca). D. Dinis, seu sucessor, seria um dos mais ativos monarcas portugueses no controle da proliferação da *Domus Fortis*. Em 1311, o monarca teria em uso a interdição de se erguer casa nobre ou fortificada sem a sua autorização, sob pena de terem de se “desfazer”³⁵. Em 1314, o próprio proibiu mesmo a sua construção, sob pena de morte. Em casos excepcionais, como foi o caso da construção da Torre de Penegate, por Mem Rodrigues de Vasconcelos, e, com a devida autorização régia, seria possível a sua construção.

Proliferando, assim, pela paisagem portuguesa, as torres senhoriais foram “um dos mais extraordinários exemplos de adequação entre modelo ar-

quitectónico, função e poder simbólico. Continuando a ser preservadas pelas famílias que as possuíam, ou a ser copiadas por aquelas que não tinham essa ventura e pretendiam ostentar sinais de nobilidade e de ancestralidade.”³⁶

Porque o perfil da propriedade das famílias da pequena e média Nobreza é muito mais coeso do que os amplos e dispersos bens das velhas linhagens, verifica-se uma ligação muito mais estreita entre a linhagem e o solar de origem, o que se irá traduzir na incorporação dos topónimos das honras no nome de família, como é o caso da Honra de Vasconcelos, e numa acrescida importância afetiva dada à residência senhorial. Esta transforma-se, cada vez mais, num bem de fortuna, que importa transmitir de geração em geração, era sentida como a origem umbilical da família. De realçar que nem todas as construções senhoriais adotaram o perfil fortificado, mantendo-se simples Paços.

“Se tivéssemos de definir um modelo típico para a *Domus Fortis* em Portugal diríamos que ela foi uma casa que adoptou o perfil turriforme, importado das Torres de Menagem românicas, com planta quadrangular (como a esmagadora maioria das Torres de Menagem dos castelos portugueses), andar térreo maciço (destinado a celeiro ou a arrecadação) e acesso garantido pelo 1º andar. Apresentaria, ainda, três ou quatro andares sobradados, iluminados com frestas estreitas, de perfil militar, sendo o conjunto coroado com merlões.”³⁷(cada piso soalhado corresponderia a uma única divisão). Estas torres senhoriais, localizadas em zonas de vale, com condições topográficas favoráveis à defesa (pequenas colinas), implantaram-se predominantemente no seio das honras, junto de terrenos agrícolas de aluvião, muito férteis, e aproximaram-se, sempre que possível, de pequenos cursos de água.

Como as dimensões das torres se revelam exíguas, para a vida quotidiana destas linhagens, e sem privacidade, a larga maioria delas possuíam anexos, embora algumas residências senhoriais mais modestas se resumissem à própria torre.

Os anexos residenciais, detetados em Portugal a partir da segunda metade ou dos fins do séc. XIII, são espaços retangulares bastante mais amplos que as torres, que se erguiam adossados a estas ou isolados mas nas suas imediações. Estes apresentavam geralmente dois andares (rés-do-chão e 1º andar) e tinham acesso garantido a partir do rés-do-chão, privilegiando, assim, ao contrário da torre, a dimensão civil. “Nestes anexos — que a documentação coeva designa por casas — a família nobre dispunha de dois grandes compartimentos: a aula ou sala no rés-do-chão, sala nobre, onde o senhor recebia amigos e onde a família tomava as suas refeições, um compartimento muitas vezes aquecido com lareira; e a câmara, no 1º andar, zona privada da residência, onde a família nobre dormia. Em alguns casos, de maior requinte, podia ainda haver a trascâmara, um compartimento ainda mais privado, que, como nos esclareceu D. Duarte, se desenvolvia para além da câmara e ao qual só se tinha acesso a partir desta.”³⁸

Outras construções poderiam existir nestas residências senhoriais: a cozinha e a capela. A cozinha era um edifício autónomo nas imediações das restantes construções, por motivos de segurança (risco de incêndios), e junto às fontes de água ou do curso de pequenos ribeiros. Relativamente à capela, que só existia nas habitações de maior prestígio, estava implantada nas imediações do paço.

Com o tempo, os anexos residenciais, por serem os locais onde se passou a desenrolar a maior parte da vida quotidiana, ficaram mais sujeitos a reformas e as torres passaram a meros elementos simbólicos.

Raras são as residências senhoriais fortificadas, erguidas nos séculos XIII e XIV, que sobreviveram inalteradas até aos nossos dias³⁹ já que, em muitos casos, foram sofrendo reformas profundas no período manuelino (séc. XVI) e mais tarde nos séculos XVII e sobretudo XVIII. A sua sobrevivência ficou a dever-se ao facto das famílias se terem deslocado para Sul, indo residir para outras zonas⁴⁰.

TORRE DE VASCONCELOS

A Torre de Vasconcelos, popularmente conhecida como “Casa dos Mouros”, é uma residência senhorial fortificada (*domus fortis*) erguida na segunda metade do século XIII e localiza-se na União de Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros, concelho de Amares, distrito de Braga.



RUINAS DO SOLAR DE VASCONCELOS

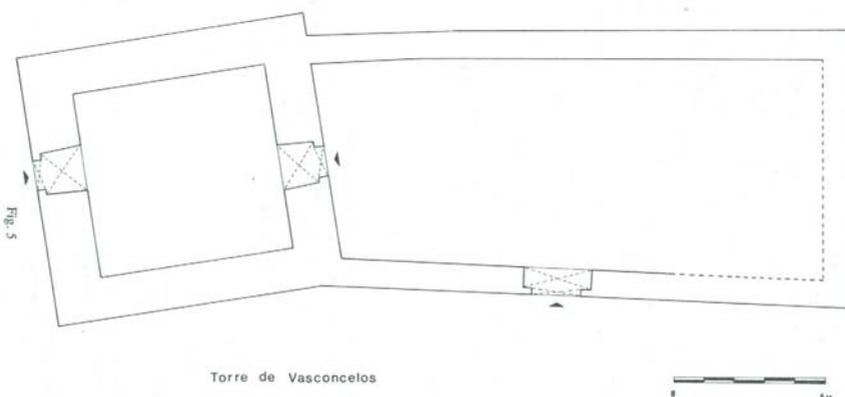
“Apesar de se encontrar parcialmente em ruínas, a Torre de Vasconcelos, quer pelo seu estado de conservação quer pelos diversos elementos arquitectónicos que a integravam, pode ser justamente considerada como um dos melhores documentos para o estudo da residência senhorial mediévia.”⁴¹

Vasconcelos é, assim, um dos mais completos exemplos que possuímos em Portugal, e mesmo em termos europeus, de uma residência senhorial fortificada do séc. XIII- XIV, já que se conservam três dos seus componentes fundamentais: a torre, o anexo residencial e a capela. “Ela pode ser, com toda a justiça, considerada como o modelo dessa solução arquitectónica que alcançou tanto sucesso no Entre-Douro-e-Minho.”⁴²

Erguida pouco depois de 1265, por Pedro e Rodrigo Anes de Vasconcelos, filhos de João Pires de Vasconcelos, o “Tenreiro”, a Torre de Vasconcelos, foi construída num pequeno promontório, no alto de um afloramento rochoso, sobranceira à ribeira de Bárrio, a uma cota absoluta de 55 metros, bem no centro dos terrenos que integravam a Honra de Vasconcelos.

As obras deste conjunto exemplar da arquitetura militar da época prolongaram-se por diversas fases, das quais podemos distinguir dois importantes momentos:

- Um primeiro, que deve ser imediatamente posterior a 1265, quando a família dos Vasconcelos entra na posse da totalidade dos bens imobiliários que integravam a Honra de Vasconcelos, que se tinham dispersado pela ascendência materna, e ao qual deve ser atribuída a construção da torre quadrangular;
- Um segundo momento, que se poderá situar nos últimos anos do século XIII, onde se procede à substituição de anexos residenciais, certamente erguidos em materiais perecíveis, por um anexo residencial de planta sumariamente retangular, que é adossado à torre quadrangular já existente, na sua fachada voltada a Oeste.



PLANTA DO SOLAR DE VASCONCELOS. LEVANTAMENTO M. J. BARROCA

A torre quadrangular, construída em pedra, está implantada num pequeno esporão que a sul e leste apresenta desníveis abruptos, provavelmente efetuados artificialmente, para favorecer as condições de defesa. A oeste corre a ribeira de Bárrio, que garantia o abastecimento da água àquela estrutura e que, ao definir um pequeno valado, reforçava as condições de defesa do local.

A torre, com um espaço útil de 6,15m x 6,30m, tinha originalmente, na parede leste, uma única porta de acesso e possuía um andar térreo e dois andares sobradados. O atual estado de ruína revela somente a estrutura do andar térreo. A porta, com arco de volta perfeita composto por quatro aduelas que, na face voltada para o interior, apresenta a configuração de um arco abatido, estava soerguida pelo menos 1,5 a 1,8 metros em relação ao solo medieval.



TORRE DO SOLAR DE VASCONCELOS

No segundo momento, adossou-se um anexo à face oeste, que desempenhou as funções de residência. Este, com um espaço útil de 7m x 14,2m, apresenta eixo longitudinal ligeiramente desviado em relação à torre, desenvolvendo-se em planta retangular e tinha apenas um andar sobradado, para além do piso de entrada. O anexo residencial, que hoje se encontra muito destruído, era servido por uma porta ampla (esta sobrevive em bom estado de conservação). Esta, que pelas suas características era a “porta nobre” da habitação, ostenta um arco apontado composto por sete aduelas e, na sua face interna, também apontado, integra onze aduelas. Provavelmente o rés-do-chão, “que

não ostenta qualquer janela, tenha albergado as estruturas de apoio da casa e no 1º andar estivesse localizada a camara ou a aula dos Vasconcelos.”⁴³



PORTA NOBRE DO SOLAR DE VASCONCELOS

Para garantir o acesso direto entre a torre e o anexo abriu-se uma porta interior. Segundo as escavações arqueológicas na Torre de Vasconcelos, campanha de 1989, dirigida por Mário Jorge Barroca, existe uma acentuada diferença de cotas entre estes dois edifícios, o que faz pressupor que para o acesso à porta interior deveria existir uma escada.



PORTA INTERIOR DO SOLAR DE VASCONCELOS

A Residência Senhorial de Vasconcelos integra ainda a capela, de que ainda sobrevivem testemunhos na atual Capela de Santa Luzia, a pouco mais de 30 metros da residência. Esta sofreu remodelações modernas, que lhe desvirtuaram a traça medieval, mas ainda se podem observar seis cruzes de sagração esculpidas em silhares. Segundo Mário Jorge Barroca (1997) “no seu interior encontra-se uma imagem policromada de Sta. Luzia, do séc. XV ou inícios da centúria seguinte, obra esculpida em calcário e retocada em época mais recente” ⁴⁴. O Padre João Salgado de Araújo registava, em 1638, que a Torre de Vasconcelos ainda tinha, então, 40 palmos de altura “... estando no demais arruinada...” e que “...junto a ela construiu-se uma capela de invocação de Santa Luzia e que estava sagrada, sinal da sua antiguidade” ⁴⁵

“Nas Memórias Paroquiais de 1758 regista-se que “(...) no lugar de Vascomçellos aonde se achão as ruínas situadas de hum grande castello ou torre onde foi o solar da illustrissima familia dos Vascomcellos deste reyno está huma capella (...) que em outro tempo fora da predicta caza de Vasconcellos”. Uma inscrição do séc. XVII ou XVIII, gravada em lápide colocada sobre a porta de entrada ⁴⁶, revela, ainda, que a capela tinha sido “sagrada e segunda vez reedificada” fazendo eco da grande reforma moderna que sofreu e que lhe alterou a fisionomia medieval.” ⁴⁷



CAPELA DE SANTA LUZIA

Relativamente à cozinha, no caso de Vasconcelos, não sabemos onde ficava, no entanto pressupõem-se que fosse erguida nas imediações da ribeira que passa junto da residência. A cozinha deveria ser uma construção em materiais perecíveis, erguida em espaço totalmente autónomo do do solar, por razões de segurança. Hoje a zona encontra-se ocupada por construções habitadas.

Este monumento manteve-se como residência senhorial da Honra de Vasconcelos, tendo sido paulatinamente abandonado, visto que esta família se terá deslocado para sul, e, segundo as escavações arqueológicas ⁴⁸ aqui realizadas, os edifícios terão sofrido um grande incêndio no primeiro quartel do século XVI.

Abandonada por séculos, as “Ruínas da Torre e Honra de Vasconcelos” encontram-se classificadas como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 37.077, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 228, de 29 de setembro de 1948.

Em 1977, o imóvel pertencia a Ernesto José Fernandes. Naquele mesmo ano teria sido oferecido pela proprietária, Leopoldina Ernesto da Costa Fernandes, à Câmara Municipal de Amares. No ano seguinte (1978) foi adquirido à anterior proprietária por João Barbosa de Macedo, sendo, posteriormente, dividido por seis proprietários. Atualmente a Câmara Municipal de Amares tem vindo a encetar esforços para adquirir a totalidade do imóvel, estando já na posse de um terço do mesmo.

Já Mário Jorge Barroca, no relatório efetuado das escavações realizadas no local em 1989, alerta que, devido ao seu estado de conservação, “só uma intervenção de fundo poderá evitar que num futuro muito breve a Torre de Vasconcelos se arruíne totalmente. Seria necessário fotografar e numerar todas as pedras que integram essas duas paredes, proceder ao seu apeamento e reconstruir todos os muros de forma fiel, procedendo de seguida ao remate superior de todas as paredes.”⁴⁹

Tratando-se de um dos exemplos mais completos do modelo medieval de residência senhorial fortificada composto por torre, anexo e capela, uma das poucas sobrevivências de paço medieval românico, urge ser acautelado e preservado para o futuro.

NOTAS

- 1- Silva, Domingos M. da. *Entre Homem e Cávado*, vol. I, *Monografia do Concelho de Amares*, Amares, 1958.
- 2 - Barroca, M. J. (1989), p. 30
- 3 - Amádigo é um privilégio que os nobres concediam a quem lhes criava os filhos e aos lugares onde era feita a criação.
- 4- Maria Pais da Ribeira terá nascido por volta de 1189 e falecido depois de 1245. A Ribeirinha fazia parte de duas das famílias mais antigas e influentes na área de Entre Douro e Minho. Dona de uma inigualável beleza, “branca de pele, de fulvos cabelos, bonita, sedutora”, assim como um espírito audaz e inteligente, El Rei D. Sancho I tinha na Ribeirinha uma “amiga” e por ela se enamorou. Sabe-se que foi a favorita de D. Sancho I e que teve deste seis filhos, sendo também a ela associada a expressão: “a senhora que o Rei trazia consigo”. O rei faz-lhe, e aos seus filhos, várias doações, entre as quais destaca Parada (Parada de Bouro, Vieira do Minho) e Vila do Conde, dando-lhe, assim, o título de Senhora de Vila do Conde. Dona Teresa Martins, depois de viúva de Afonso Sanches, filho predileto do Rei D. Dinis, doou algumas herdades ao Mosteiro de Santa Maria de Bouro e, no texto de doação, diz: “D. Maria Pais Ribeira, a minha avó, a quem Deus perdoe, que jaz no dito Mosteiro”.
- 5 - “o que lhe alcançou os louros da imortalidade e fez dele um símbolo de heroísmo, que a tradição consagrou, foi o conhecidíssimo episódio da porta do Castelo de S. Jorge, durante o cerco e tomada de Lisboa aos mouros, em 21 de outubro de 1147.” (Silva, Domingos M. da. *Entre Homem e Cávado*, vol. I, *Monografia do Concelho de Amares*, Amares, 1958)
- Segundo António Machado Faria (1961) Na muralha de Lisboa existe uma porta chamada de Martim Moniz. Pode ler-se num quadro de mármore entre o alto da porta e o nicho com um busto: “EL-REI DÓ AFONSO HENRIQUES MANDOU AQUI COLOCAR ESTA STATUA E CABEÇA DE PEDRA EM MEMÓRIA DA GLORIOSA MORTE QUE DÓ MARTI MUNIZ PROGENITOR DA FAMÍLIA DOS VASCONCELOS RECEBEU NESTA PORTA QUANDO ATRAVESSANDO-SE NELA FRANQUEOU AOS SEUS A ENTRADA COM QUE SE GANHOU AOS MOUROS ESTA CIDADE NO ANO DE 1147. JOÃO ROIZ DE VASCONCELOS E SOUSA CONDE DE CASTEL MELHOR SEU DÉCIMO QUARTO NETO POR BARONIA FES AQUI POR ESTA INSCRIÇÃO NO ANO DE 1646.”
- 6 - Pero Martins era “da Torre” não por ser senhor da Torre de Vasconcelos, visto que esta ainda não se encontrava construída, mas por ser natural da freguesia da Torre, no atual concelho de Amares.
- 7 - Aliança auspiciosa que trouxe, a um dos ramos dos de Cabreira, vários bens situados no Entre Homem e Cávado.
- 8 - As Honras são terras imunes mantidas sob a alçada de nobres. No séc. XIII, por causa das medidas tomadas pelos monarcas, a aquisição de novas honras ou o alargamento das existentes torna-se cada vez mais escassa.
- 9 - Ao contrário das linhagens antigas, que iam buscar o seu nome a territórios mais ou menos vastos e desarticulados, as linhagens secundárias, visto que as suas propriedades eram mais concentradas, iam buscar o seu nome ao topónimo da sua honra principal, havendo, assim, uma maior identificação com a terra.

- 10 - Barroca, M. J. (1989), p. 33
- 11 - Barroca, M. J. (1989), p. 35
- 12 - Idem
- 13 - Idem
- 14 - Proveniente da palavra do baixo-latim *tenrariu*, *tenreiro* significa novilho ou bezerro, terneiro, vitelo tenro, com menos de um ano. João Pires de Vasconcelos é apelidado de *tenreiro*, numa cantiga satírica de Afonso Mendes de Besteiros. “O poeta escarnece do fidalgo português, homiziado em Castela, que na guerra de Granada” cobardemente “fugiu do campo de batalha.” (In Corrêa de Oliveira & Saavedra Machado. 1964).
- 15 - O Conde D. Pedro, no seu nobiliário, refere que João Pires de Vasconcelos, juntamente com o seu primo Pero Anes Alvelo, que ele arditosamente envolveu, terá assassinado Aires Anes de Freitas. Isto para se vingarem do assassino do, também, seu primo Gil Martins de Berredo. Para fugir ao repto dos parentes de Aires Anes de Freitas e ao jugamento régio, ter-se-á refugiado no reino vizinho.
- 16 - Segundo as Inquirições de 1258.
- 17 - Pizarro, José A. S. M. (1997), p. 828
- 18 - Barroca, M. J. (1989), p. 48
- 19 - A Quinta de Castro foi pertença de Rui Vicente de Penela, passando para Rodrigo Anes de Vasconcelos, por via do casamento com a sua filha. Com o casamento da filha do *Trovador*, a quinta passa para a família dos Azevedo.
- 20 - Pizarro, José A. S. M. (1997), p. 837
- 21 - “Dom Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que Mem Rodriguiz de Vasconcelos meu vassalo e meu Meyrynho Moor Alem Doyro me envyou dizer que el se temya d’alguuns que vivem Antre Doyro e Minho que lhy mostravam maa vontade polo serviço que mi el fez e que por esto lhy compria huua casa forte en na sa herdade do Couto de Penagati pera teer hy o corpo em salvo quando lhy comprisse e outrossy pera teer hy a el mal querem polo meu serviço e que nom podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento porque eu ei deffeso que nem huum homem nom possa fazer casa forte no meu senhoryo sem meu mandado (...) outorgo que el possa fazer a dita casa na dita sa herdade (...)” A.N./T.T., Chanc. de D. Dinis, Livro 3o, fl. 146 vo. Quando afirma “quando lhy comprisse”, leva a quer que o solar habitual de Mem Rodrigues de Vasconcelos deveria ser a Torre de Vasconcelos.
- 22 - Pizarro, José A. S. M. (1997), p. 826
- 23 - Idem
- 24 - Fernão Rodrigues de Vasconcelos foi vassalo de D. Dinis.
- 25 - João e Nuno Rodrigues de Vasconcelos foram cavaleiros vassalos do rei D. Dinis e mordomos do Infante D. Afonso.
- 26 - Estevão Anes de Vasconcelos foi arcediogo e vigário de Braga (1268-1273), clérigo de D. Afonso III (1268-1273) e, no tempo de D. Dinis, foi bispo de Lisboa (1286-1287)
- 27 - Pizarro, José A. S. M. (1997), p. 826
- 28 - Camões, Luís Vaz de. *Lusíadas*. Canto IV, estância 24.
- 29 - Silva, Domingos M. da. *Entre Homem e Cávado*, vol. I, *Monografia do Concelho de Amares*, Amares, 1958, p. 73
- 30 - João Rodrigues de Sá in *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende
- 31 - Para além de *Domus Fortis*, estas construções

- aparecem, também, denominadas por *Fortalicium*, *Repayrium* ou, no caso de documentos portugueses, *Turrem*, *Casa Torre* ou *Casa Forte*.
- 32 - Barroca, Mário Jorge (1997), p. 85
- 33 - Como veremos no caso da família de Vasconcelos, no Entre-Douro-e-Minho, o estudo das residências senhoriais não pode ser isolado da análise das honras (terras imunes mantidas sob a alçada de nobres).
- 34 - Barroca, Mário Jorge (1993), p. 14
- 35 - Como foi o caso da Torre de Cunha.
- 36 - Barroca, Mário Jorge (1997), p. 99
- 37 - Barroca, Mário Jorge (1997), p. 66
- 38 - Barroca, Mário Jorge (1997), p. 75
- 39 - São exemplo disso a Torre de Vasconcelos e o “Castelo de Paranhos” (estrutura mediévia situada na União das Freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso, concelho da Póvoa de Varzim).
- 40 - Os Vasconcelos deslocaram-se para a Beira e para Santarém.
- 41 - Barroca, Mário Jorge (1993), p. 27
- 42 - Barroca, Mário Jorge (1993), p. 41
- 43 - Barroca, Mário Jorge (1993), p. 40
- 44 - Barroca, Mário Jorge (1997), p. 83
- 45 - Barroca, Mário Jorge (1993), p. 40, citando Domingos M. da Silva, 1958, I, pp. 49/50
- 46 - Inscrição: ESTA CAPELA HE SAG / RADA E SEGUNDA VEZ RE / EDIFICADA TEM RELIQUI / AS NO ALTAR & INDULG(ências)
- 47 - Barroca, Mário Jorge (1997), p. 83
- 48 - Foram realizadas duas campanhas dirigidas por Mário Jorge Barroca, em 1988 e 1989.
- 49 - Barroca, Mário Jorge. Relatório das escavações (1990).

BIBLIOGRAFIA

- Barroca, Mário Jorge (1989). Relatório das escavações arqueológicas na Torre de Vasconcelos. Campanha de 1988. Porto.
- Barroca, Mário Jorge (1990). Relatório das escavações arqueológicas na Torre de Vasconcelos, Campanha de 1989. Porto.
- Barroca, Mário Jorge (1993). *Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais da região de Amares*. Lucerna, Porto, 2ª série, vol. 3, pp. 281-335
- Barroca, Mário Jorge (1997). «Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)». *Revista de História das Ideias. A Cultura da Nobreza*. Vol. 19. Coimbra: Instituto de História das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 39-103
- Camões, Luís Vaz de. *Lusíadas*. Canto IV, estância 24. Capela, José Viriato et al (2014). *Para a história de Amares: 1514-2014 - 500 anos dos forais de Entre Homem e Cávado e do Couto do Mosteiro de Bouro*. Amares: Município de Amares.
- Faria, António Machado de (1961). *Famílias Nobres - suas origens e suas armas*. Lisboa.
- Oliveira, António Correia de (1964). *Textos Portugueses Medievais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pizarro, José Augusto de Soutto Mayor (1997). *Linhagens Medievais Portuguesas*. Vol. II. Porto. Tese de Doutoramento em História da Idade Média, Universidade do Porto.
- Resende, Garcia de (1913). *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Tomo III. Nova Edição de Dr. A. J. Gonçálvez Guimarães. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Silva, Domingos M. da (1958). *Entre Homem e Cávado: Monografia do Concelho de Amares*. Vol. I. Amares: impressor A Modelar.
- <http://www.monumentos.gov.pt>
- <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>
- FOTOGRAFIAS:**
- <https://ogatoalfarrabista.files.wordpress.com/2013/08/ant-bd-portuguesa8201.jpg>
- <https://photos.geni.com>
- Chagas, Manuel Pinheiro. *História de Portugal, popular e ilustrada*. Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1899-1905, Vol. I
- <https://www.pinterest.de/pin/316096467580780890>
- [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ruinas_do_Solar_de_Vasconcelos_\(3\).jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ruinas_do_Solar_de_Vasconcelos_(3).jpg)



PALAVRAS
DE
HOMENAGEM
A ISIDRO
ARAÚJO

Município de Amares
geral@municipioamares.pt

Isidro Gomes de Araújo nasceu em maio de 1956 na freguesia de Remelhe, concelho de Barcelos. Licenciado em Humanidades pela Universidade Católica Portuguesa, instituição onde também defendeu tese de Mestrado em 1985, na área das Literaturas Clássicas e onde trabalhou alguns anos como orientador de estágios na formação inicial de professores. Exerceu a carreira de professor ao longo de 40 anos, 38 dos quais no Concelho de Amares. Foi Presidente do Conselho Diretivo e Diretor Executivo da Escola Secundária de Amares durante 10 anos. Foi ainda Diretor do Centro de Formação de Professores de Entre Homem e Cávado e Diretor do Centro de Formação de Professores do Alto Cávado. No plano político, a carreira do Dr. Isidro salda-se por diversos e relevantes cargos: Deputado na Assembleia da Republica entre 2013 e 2015, Presidente da Assembleia Municipal de Amares entre 1990 e 1997, Vereador da Câmara Municipal de Amares, sem pelouros, durante 3 mandatos autárquicos e ainda membro da Junta de Freguesia de Carrazedo, onde vive. Exerceu também funções de Vice-presidente e Vereador da Cultura, Turismo e Património na Câmara Municipal de Amares entre novembro de 2015 e outubro de 2021.

Sérgio Guimarães de Sousa — Diretor do Centro de Estudos Mirandinos

Tenho um enorme apreço pelo Dr. Isidro. Político experiente, com provas dadas no desempenho de diversos cargos de relevo, inteligentíssimo, desde logo porque intuitivo, na forma como analisa situações e perspetiva desafios, a raiar mesmo a clarividência, homem de cultura, dado a poesia; enfim, seria difícil não ver no Dr. Isidro uma personalidade de exceção. Mas, em boa verdade, o que nele mais me toca é de outra ordem. O Dr. Isidro é, antes de mais, um homem bom. Um homem extremamente sensível. Se as lutas partidárias, nas quais largamente participou, suscitaram por vezes, como não podia deixar de ser, o seu lado mais combativo, o certo é que isso nunca lhe afetou aquilo que mais importa: a generosidade de quem é capaz numa fração de segundos

de se colocar no lugar do outro e perceber, com sensibilidade, a alteridade. E isso confere-lhe uma natural bondade. Orgulha-me saber que posso contar com a amizade do Dr. Isidro; porque sei que é uma amizade – com o Dr. Isidro não poderia ser de outro modo – que se situa para lá das aparências e se aloja em efetivos sentimentos.

Luís Montenegro — Deputado no Parlamento

Conheci bem o Isidro Araújo, aquando da sua passagem pelo parlamento.

Foi um deputado empenhado e competente, servindo o país com a sua experiência no setor da Educação.

Mas o Isidro foi também um colega que espalhou simpatia, solidariedade e lealdade. Nunca esquecerei o apoio e o alento sereno que me dispensou e o sentido humanista e respeitador da sua conduta.

Quando decidiu abraçar as funções autárquicas a tempo inteiro, período que também acompanhei, foi sem surpresa que, embora um pouco mais longe, vi reconhecido por todos o seu carácter, o sentido conciliador e a dedicação centrada em servir os outros, sobretudo os que mais precisam.

É um grande social-democrata, credor da minha (nossa) maior gratidão e admiração.

Obrigado também àqueles que me dão a oportunidade de perpetuar de forma genuína e justa este testemunho sobre o meu amigo Isidro.

Equipa da Biblioteca da Escola Secundária de Amares

Para o Isidro

Do Coração

são estas singelas palavras, variações ritmadas das nossas vozes de gratidão, bombeadas pelas muitas horas partilhadas de amizade antiga e dedicação a um sonho que foi missão, num espaço que habitamos juntos muito tempo, ultimamente não, mas sempre em sintonia em matéria de cardiologia dos afetos e das artes de fazer da escola um lugar de criação.

Do Coração

largo e multiforme (fragmentado) que te sai do peito e vem até à boca, saem as palavras certas que escrevem a poesia e a prosa da tua bonomia serena, também da tua frontalidade segura e verdadeira, do teu saber dizer e reconhecer, da tua entrega incondicional como quem dá o coração às balas. E as páginas de História que escreveste nesta escola (a tua escola), ao som da música do coração, pulsante e aberto, jamais se apagarão e ficam sobretudo inscritas

no álbum das memórias em que se acende o legado maior, que é o da cultura em várias expressões, sobretudo a dos livros, que são o teu sangue arterial, e ganha forma na mentoria das publicações escolares (que iniciaste e depois instigaste), e que espelham o pulsar de uma escola, o seu coração em múltiplos sentires, a sua vida feita palavra e imagem a fazerem a história do passado, a registarem o presente e a projetarem o futuro. Quisemos assegurar esse legado que nos deixaste e honrá-lo, muitas vezes com o coração nas mãos e aos saltos, às vezes quase em paragem cardiorrespiratória, mas sempre movidos pelo sentido do dever de não deixar morrer o que é voz, razão e alma da educação...

Hoje marcamos encontro contigo neste lugar especial, a casa dos livros e das palavras (que tanto amas e trataas tão bem), para te dizermos que o nosso coração transborda de gratidão e amizade, e que são

Do Coração

estes *Fragmentos* que te oferecemos (singela homenagem!), com o intacta certeza de que respiram o teu modo de entender a escola e o seu projeto de formação. E no plasma do teu rosto corre essa paixão, também nos teus olhos cintila esta chama que iluminou a tua vida de professor, de diretor, outrossim de político, mas agora é um lume novo que se reacende no teu coração mais livre para estes amores singulares (a escrita, a leitura, as artes, a cultura...) que debes continuar a cultivar.

Do Coração

é também este objeto artístico que o representa, segundo a visão criativa da ceramista Liliana Velho, e que escolhemos para assinalar simbolicamente este momento, um singelo tributo na tua despedida oficial desta diletta profissão. Contra o “Oblívio”, “A Pura Inscrição do Amor”.

Até já, caro colega e amigo do coração!

Biblioteca da Escola Secundária de Amares, 13 de outubro de 2021

Jorge Brandão — Professor Bibliotecário

Os amigos não se medem em anos

Conheci o Isidro há cerca de... Este apontamento poderia começar assim, revelando os muitos anos que levamos de amizade, mas achei que um registo muito formal não corresponderia àquilo que nos liga: os afetos, o coração e

uma boa gargalhada.

Conheci-o, no início dos anos noventa quando me apresentei na Escola Secundária de Amares onde ficara colocado e o encontrei Presidente do Conselho Diretivo. Naquele momento impressionou-me uma certa “autoridade” que emanava, parecia, do farto bigode que sobressaía no seu rosto. Naquela altura já ninguém usava aqueles bigodes que tinham feito moda nos idos anos setenta e eram característicos dos agitadores revolucionários, mas que parecia indissociável da sua fisionomia.

Um par de anos depois, quando, de facto, assentei arraiais na ESA ele já não a dirigia. Naqueles anos, coincidimos em ser professores das mesmas turmas, tivemos oportunidade de nos conhecermos melhor e de criar laços. Percebi, então, a sua visão da educação que me impressionou e, reconheço, fez mudar a minha. O Isidro tinha (tem) uma perspetiva profundamente humanista da Escola pautada por um princípio que muitas vezes afirmava: a escola só existe por causa dos alunos. Sempre que se colocava um problema com algum, cada vez que um professor proclamava do alto da sua imensa sabedoria o valor do seu conhecimento ou o rigor da sua classificação, quando as contas da avaliação (ainda não havia as famigeradas grelhas!) condenavam um aluno a ficar para trás, era ele quem, convictamente, destacava a individualidade daquele jovem, quem captava algo especial em que valia a pena acreditar para além do formalismo que o sistema impunha e propunha, na dúvida, o benefício de uma oportunidade. O mesmo sentido de justiça que norteou o seu regresso à direção da Escola, a mesma convicção que dita o seu envolvimento cívico, a mesma generosidade que coloca na vida pessoal.

Ao longo destes anos fomos forjando uma amizade forte sustentada não só nessa proximidade no trabalho, mas também noutras afinidades que fomos descobrindo: no humor, na poesia, na política, às vezes, no coração que nos traiu com uns meses de diferença, mas, particularmente, nas viagens que fizemos. Fomos várias vezes a Marrocos, andamos pelas montanhas, exploramos as cidades, regateamos preços nas lojas de artesanato, comemos sardinhas em cima de jornais, em Essaouira, partilhamos tagines em casa do Mouhassin, saboreamos chá de menta, durante horas, na praça de Chefchaouen a observar os velhos a caminho da Mesquita.

Uma vez em Arzila, numa dessas viagens esperávamos à mesa do pequeno-almoço pelo Isidro, que tardava em chegar. Valia o sumo de laranja, o pão, as azeitonas, o queijo fresco, o mel e os doces de amêndoa. O Isidro não descia. O pequeno hotel num edifício de arquitetura colonial estava um bocadinho envelhecido, mas não perdera o encanto de outros tempos, o que nos levou a efabular sobre uma aristocrata francesa que, por amor, fugira para ali e ali acabara os seus dias, languidamente, a ouvir as batidas do mar e o azan do muezim no alto do minarete. Eis que, sorrateiramente, chega o Isidro. Estava diferente. Mais jovem até! A cara tinha uma marca clareada por cima do lábio. O bigode desaparecera. Ficou em Arzila.

Havemos de lá voltar. Insha'Allah!

Flora Monteiro - Diretora do Agrupamento de Escolas de Amares

Isidro...

Um Mestre com uma visão especial sobre a Escola, com quem tive a honra de privar, durante vários anos, no espaço comum, onde essa paixão pela Educação nos uniu. Devo-lhe o convite para iniciar a minha aventura nos meandros da gestão escolar, tendo aprendido muito a seu lado.

É, até hoje, uma referência na minha vida, na forma humana e intensa como lidava com o quotidiano desta organização. Agia com uma confiança e uma serenidade que desarmavam e com uma inteligência e uma paciência que permitiram criar e desenvolver as mais diversas atividades. É um homem de projetos e ideais, alimentos que orientam a vida dos líderes.

Sonhava... “Vamos publicar um livro.”... E a obra nascia! Uma das que mais me marcou foram as “Pegadas”.

Sonhava... “Vamos pintar a fachada com algo eterno”. E assim aconteceu! Como tantos outros sonhos que marcaram pela fé no possível.

Ficará para sempre identificado com as palavras de Manuel Alegre “Nosso destino é navegar para diante. Dobrar o cabo, dobrar a vida.”.

Um amigo que ficou para a vida, com quem partilhei muitas passagens memoráveis, do cabo das tormentas ao cabo da boa esperança.

Muito grata por tudo.

Diana Gonçalves — ex-aluna e professora na Profitecla

Faltam-nos sempre as palavras certas quando queremos dirigi-las àqueles que nos são queridos. Na verdade, se tal acontece é porque as atitudes prevalecem. São elas que nos inspiram, servem de exemplo, fazem-nos acreditar em objetivos e na determinação necessária para os alcançar.

Presto, assim, uma sentida homenagem ao professor Isidro Araújo, pelos ensinamentos e pelo exemplo de dedicação que procuro seguir junto dos meus alunos.

Família

O nosso Pai deu-nos a maior riqueza que qualquer Pai pode dar. Uma infância alegre, muito Amor, capacidade de questionar, de procurar fazer mais e de tentar sempre ser Melhor. Temos orgulho nos adultos que somos hoje e acima de tudo temos orgulho no nosso Pai, por tudo o que nos deu, que nos continua a dar e que dá aos nossos filhos todos os dias, com o seu Amor Incondicional.

João e Catarina

Eu gosto muito do meu Avô porque ele é muito amigo de todas as pessoas, às vezes zanga-se, só que é raro. Ele é muito útil, ele adora ajudar as pessoas e fazer coisas para deixar os outros felizes como daquela vez em que as gatinhas dormiam lá fora ao frio e ele fez uma cama para elas, agora já não dormem mais ao frio.

Agora que ele está reformado, tenho mais tempo para estar com ele. Antes, ele ficava muito tempo na Câmara.

É por isso que adoro o meu Avô.

Pedro Araújo

Adelino Cunha — Vice-presidente da Câmara de Terras de Bouro

Conselheiro, Amigo, Cúmplice, Confidente
Companheiro de mais de trinta anos
Muitas horas boas (algumas nem tanto),
A vida deu-nos mais quilos, menos cabelos,
Por vezes afasta-nos fisicamente.
Mas uma coisa sabes
Se precisarmos, estamos lá.
As amizades deviam ser todas assim!

Discurso proferido por Isidro Araújo na última Assembleia Municipal de Amares (3 setembro 2021)

Esta deverá ser a minha última Assembleia Municipal enquanto intervenor político. Despeço-me agora depois de 35 anos de vida pública e política. Faço-o com a certeza de ter procurado ser sempre honesto comigo e com os outros.

Durante estes anos fui politicamente ligado ao PPD/PSD. Algumas vezes mais distante, outras mais próximo, mas sempre defendendo o mesmo projeto de base social.

Dediquei parte da minha entrega ao trabalho autárquico durante muitos anos, fui membro da Junta de Freguesia da minha terra, fui membro da Assembleia Municipal durante três mandatos, dos quais dois mandatos como presidente, fui vereador eleito durante quatro mandatos. Fiz o que pude e dei de mim o que sabia.

Como sempre na vida umas vezes melhor e outras não tão bem, mas sempre com a mesma entrega, o mesmo empenho e a mesma dedicação. Também sempre com as mãos limpas e a cara no ar.

Saio hoje da vida pública e política porque na vida há um tempo para tudo: há um tempo para crescer e aprender, há um tempo para partilhar e há um tempo para ir e deixar aos mais novos o trabalho de manter e empreender.

Durante todos estes anos aprendi muito e fiz sempre da política um espaço de pontes e amizades. Saio sem fazer um inimigo (embora os possa ter) e sem procurar fazer da luta política campo de ofensas, de acusações e de provocações. Sempre entendi que as pontes e o diálogo, mesmo que muitas vezes não compreendidos, eram melhor do que as roturas e as divisões.

Sempre entendi que a política se deveria fazer sem ofender os outros, respeitando sempre dois dogmas absolutos: a opinião de cada um e o voto do povo. Na sua sabedoria o povo faz as suas escolhas e nunca me pareceu justo nem honesto, nem democrático, defender que o povo se enganou ou que o povo escolheu mal. A nossa opinião é a nossa opinião e a democracia faz-se com o somatório de cada uma destas nossas opiniões expressas em votos. Quem ganha é sempre o que tem legitimidade do povo que o elegeu. É assim no país, é assim nas autarquias. Como sempre umas vezes ganha-se outras vezes perde-se.

Vou-me embora com a consciência tranquila, com a chave na mão, a mesma chave com que entrei há 35 anos e com a noção que poderia ter dado mais, mas também com a noção de que dei o que pude e me deixaram dar.

Vivemos numa altura em que nem sempre é fácil estar na política ativa. As intolerâncias, os donos da verdade, os que não aceitam a diferença, os que vivem na amargura de tudo o que é feito, os que só criticam, os que sabem sempre tudo, os que fazem da vida um campo de batalha, os azedos, os vaidosos,... enfim, uma miríade de feitios que zangados com a vida, nos caem em cima diariamente, porque esse é seu único objetivo de vida.

A quem fica, seja de que quadrante político ou facção partidária, boa sorte e bom trabalho porque Amares precisa de todos.



libri.dmcavado.pt

[Página principal](#) | [Percorrer por](#) | [Ajudas](#) | [Acessibilidade](#) | [Entrar](#) | [Idioma](#)

AQUALIBRI
BIBLIOTECA DIGITAL DO CÁVADO

Pesquisa rápida

O AMARENSE

SEMÁNARIO INDEPENDENTE

Bem-Vindos!

A AquaLibri é uma biblioteca digital que apresenta obras raras e curiosas, estudos e imagens, vídeos e sons que refletem a história, a cultura, a natureza, o património e as pessoas da região do Cávado.

Nascida a partir das coleções das suas bibliotecas de leitura pública, aceita e recebe a colaboração dos cidadãos e das instituições para tornar ainda mais vivas a memória e a identidade regionais.

Destaques

Jornadas de Reflexão sobre as Bibliotecas e a Leitura Pública Digital: O Presente e o Futuro

No passado dia 20 de setembro o Grupo de Trabalho da Rede Intermunicipal de Bibliotecas de Leitura Pública do Cávado (RIBCA) realizou as 1.ªs Jornadas de Reflexão Intituladas "As Bibliotecas e a Leitura Pública Digital: O Presente e o Futuro" mais info...

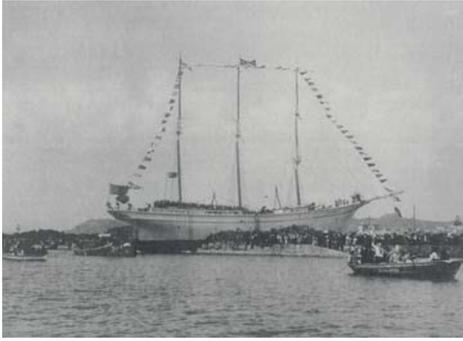
Comunidades

Selecione uma comunidade e percorra por coleções

	Biblioteca Municipal Francisco de Sá de Miranda - Amares	271
	Biblioteca Municipal de Barcelos - Barceliana	3439

AQUALIBRI – BIBLIOTECA DIGITAL DO CÁVADO

Anabela Costa
geral@biblioamares.pt



CAMPO DA FEIRA DE BARCELLOS



24 A caminho do Gerez — Igreja e antigo Convento de Bouro



AquaLibri é o nome da Biblioteca Digital do Cávado, um projeto desenvolvido pela Rede Intermunicipal de Bibliotecas de Leitura Pública do Cávado (RIBCA), que engloba as bibliotecas municipais de Amares, Barcelos, Braga, Esposende e Vila Verde e o município de Terras de Bouro. Disponível ao público no final de 2021, esta biblioteca foi financiada pelo programa PADES (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços), da Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB) e tem por objetivo disponibilizar, em suporte digital e em acesso livre, a documentação bibliográfica, visual, multimédia, entre outras, mais relevante de cada Município.

A escolha de um nome para a biblioteca digital e seu logotipo recaiu em duas palavras latinas, os vocábulos *aqua e liber*, que identificam a RIBCA e o território que nos une. Declinando as palavras surgiu o nome *Aqualibri* ao qual foi acrescentado Biblioteca Digital do Cávado. O logotipo para a *AquaLibri* é constituído por dois elementos indissociáveis: um elemento gráfico e um outro, de texto. O primeiro, apresenta a forma de um retângulo aberto. Um retângulo que é, em simultâneo, uma folha de papel - livro, jornal, etc., um “a” de *aqualibri* e uma janela – uma janela aberta para o saber, o conhecimento, o mundo. Por baixo uma onda pretende sugerir a unidade geográfica deste projeto - o Cávado.

Usando o software de fonte aberta DSpace, parametrizado por uma equipa técnica da Unidade dos Serviços de Documentação e Bibliotecas da Universidade do Minho, a *AquaLibri* encontra-se alojada num servidor da CIM Cávado adquirido especificamente para este efeito e será a porta local para o acesso ao conteúdo de muita documentação que ao Minho diz respeito, a partir de agora acessível em qualquer parte do mundo. Construída utilizando, sempre que possível, um software de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) que permite a manipulação do texto (pesquisar dentro de cada documento, copiar palavras ou frases, imprimir, fazer *downloade upload*) e apresentando documentos descritos por metadados que permitem a sua recuperação através de qualquer motor de busca, como o Google, independentemente do acesso direto à biblioteca, este novo portal de acesso à documentação patrimonial, histórica e científica regional assegurará também a preservação digital dos documentos, identificando-os através de descritores únicos de objetos digitais.

Acompanhando a criação da biblioteca digital do Cávado, as equipas técnicas das bibliotecas usufruíram de formação especializada, permitindo-lhes implementar, gerir e desenvolver o projeto, que ambiciona constituir-se como o grande repositório de documentação regional, espelhando os municípios do Cávado nas suas várias vertentes, desde a histórica e patrimonial, à natural, geográfica e física, da sociedade e cultura material à cultura imaterial.

A *AquaLibri* é, além disso, um projeto participativo, que pretende estimular os cidadãos e as instituições locais a colaborar, através do auto depósito de imagens, documentos de família ou de instituições e outros recursos de

informação que retratam a paisagem humana e física da região. Estas coleções particulares contribuem decisivamente para um melhor conhecimento do território do Cávado.

A *AquaLibri* é constituída, atualmente, por oito comunidades: Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (Braga), Biblioteca Municipal Francisco de Sá de Miranda (Amares), Biblioteca Municipal Manuel Boaventura (Esposende), Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela (Vila Verde), Biblioteca Municipal de Barcelos, Município de Terras de Bouro, Francisco de Sá de Miranda e Região do Cávado. Cada uma destas comunidades encontra-se dividida em várias sub-comunidades e coleções, designadamente de autores e estudos locais, imagens, fotografias, arquivos fotográficos municipais, jornais, revistas, manuscritos, mapas, plantas, áudio e vídeo, legislação, monografias, separatas, teses e dissertações, boletins, postais, cartazes, livro antigo, entre outras.

Do lote de recursos bibliográficos e documentais que constituem as coleções iniciais e, para além da migração da Biblioteca Digital do Município de Esposende para a *AquaLibri*, constituída por vinte e três publicações periódicas, cerca de 100.000 páginas de documentos diversos foram digitalizadas por uma empresa especializada.

Neste momento encontram-se digitalizadas, e uma grande parte já se encontra disponível ao público na *AquaLibri*, através do site <https://aqualibri.cimcavado.pt/>, as seguintes coleções das várias comunidades da biblioteca digital do Cávado:

- Da Biblioteca Municipal Francisco de Sá de Miranda, as coleções de três jornais locais, *O Amarense*, *Tribuna Livre* e *A Voz da Abadia*, datados de entre finais do século XIX e o século XX, contabilizando no total 1118 números (esta documentação foi emprestada pela Biblioteca Pública de Braga ao Município de Amares para digitalização), reportando-se a restante documentação a algumas obras do Fundo Local de Amares com edições esgotadas ou em estado de conservação frágil;

- Da Biblioteca Municipal de Barcelos, uma valiosa coleção de jornais do século XIX, como *O Ecco de Barcellos* (1860), *Barcellense* (1873), *Folha da Manhã* (1879) e *O Commercio de Barcellos* (1890) e ainda um conjunto de monografias que integram o valioso espólio da *Barceliana*, num total de 16800 páginas digitalizadas;

- Da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, as publicações de um fundo especial do Município de Braga: códices e cartas régias, pergaminhos e livros da operação da Photographia Alliança, bem como documentos do fundo especial Lúcio Craveiro da Silva, monografias sobre personalidades e instituições do concelho de Braga, num total de cerca de 285 recursos de informação, entre analíticos e monografias;

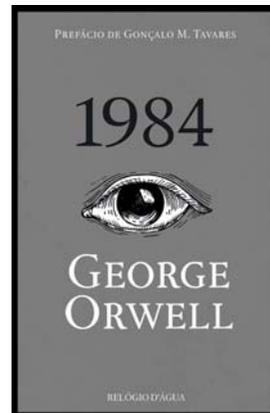
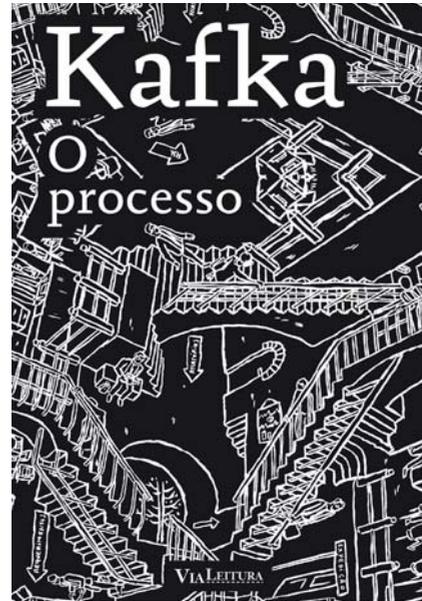
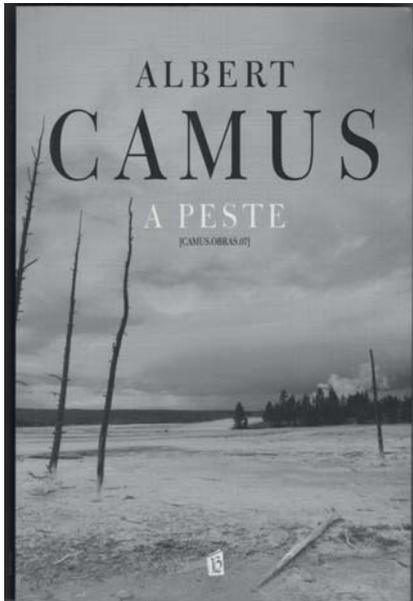
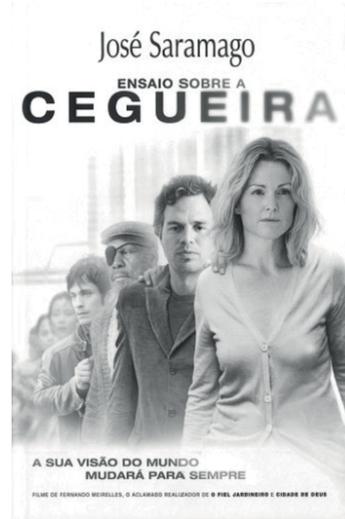
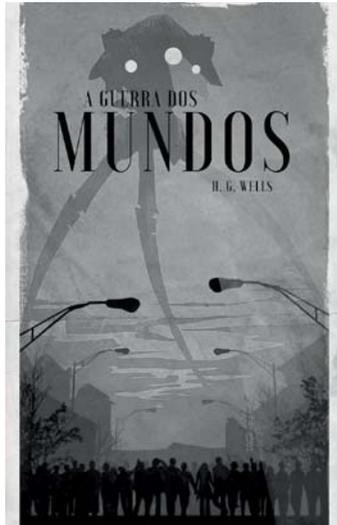
- Da Biblioteca Municipal Manuel Boaventura, várias coleções de jornais locais, como o *Brisa do Mar*, o *Jornal de Esposende* ou o *Farol de Esposende* e a raríssima *Revista do Minho para o Estudo das Tradições Populares*,

dirigida por José da Silva Vieira, editada em Barcelos e Esposende (1885);

- Do Município de Terras de Bouro, diversas monografias do espólio documental do Arquivo Municipal alusivas ao concelho (entre as quais alguns artigos sobre o Gerês e monografias há muito esgotadas, cedidas pelo antigo diretor da Biblioteca Pública de Braga, Henrique Barreto Nunes), bem como a coleção completa do extinto jornal *O Gerês*;

- Da Biblioteca Municipal Machado Vilela, para além da integração da coleção já digitalizada do periódico oitocentista *Folha de Villa Verde*, a obra completa do patrono, Professor Álvaro Machado Vilela (um dos fundadores do Direito Internacional em Portugal, professor catedrático da Universidade de Coimbra e juiz dos tribunais Mistos do Egipto), bem como parte da sua biblioteca particular e, ainda, os primeiros 21 anos do jornal *O Vilaverdense* (1955-1976), uma coleção, ainda que incompleta, do mensário *Jornal da Vila de Prado*, gentilmente cedida pela Casa do Povo de Prado, monografias locais e obras do fundo antigo da biblioteca, incluindo uma raríssima edição de 1542 do *De preparatione ad mortem*, de Erasmo de Roterdão.

Em comum, estas coleções têm a singularidade de se referirem ao Minho, serem raras e valiosas e o acesso público ser difícil pelo que, com este projeto, ficarão a fazer parte da memória pública da região, em acesso aberto na *AquaLibri*, Biblioteca Digital do Cávado, um projeto inovador, inclusivo e participativo.



POR
AMARES,
OS LIVROS
LER+
DISTOPIAS

Jorge Brandão
biblioesamares@gmail.com

Há alguns meses encontrei um jovem estudante a ler *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago. Perguntei-lhe se estava a gostar ao que me respondeu negativamente adiantando que lhe fazia recordar em demasia a realidade da pandemia de COVID 19 e que esta, em alguns momentos e situações, ultrapassava a própria ficção. Mesmo que houvesse algum exagero nesta apreciação, ela testemunhava uma ideia que tem sido muitas vezes repetida nos últimos tempos: a realidade que vivemos ultimamente faz lembrar e, por vezes, parece mesmo superar a ficção distópica. As situações a que assistimos durante a pandemia fizeram evocar repetidas vezes e por numerosas vozes a ideia de distopia que permanece no imaginário coletivo muito marcada pelas representações da literatura, do cinema, da televisão e, mais recentemente, do universo dos jogos de computador. A verdade é que alguns trechos do livro de Saramago provocam, agora, quando lidos, uma reminiscência dos acontecimentos recentes, apresentando, em 1995, um carácter algo profético. Por estes dias a obra de Saramago ou a *A Peste* (1947), de Albert Camus (que não é exatamente uma distopia, mas que se enquadra no espírito do género), foram lidos e relidos com outros olhares. Talvez porque a literatura tem esse poder extraordinário de nos tocar e de exprimir o medo, a angústia e o sofrimento que sentimos e nem sempre sabemos explicar.

A palavra distopia tem sido utilizada recorrentemente e nem sempre de forma correta, renovando o interesse por este género literário, como foi comprovado pelas listas de livros mais vendidos, tanto em Portugal como no estrangeiro. Este reavivado interesse pelas distopias levou-nos, na Biblioteca da Escola Secundária de Amares, no ano passado, em pleno confinamento, a editar um catálogo bibliográfico com os livros deste género existentes na nossa coleção. A tarefa acabou por revelar uma diversidade de títulos com diferentes registos, oferecendo aos leitores múltiplas opções que agora referenciamos.

A distopia é um género de ficção que nos traz uma visão de um futuro mais próximo ou mais distante. Em regra, oferece-nos ambientes desumanizados e assustadores, sociedades de sofisticação tecnológica, retratos de comunidades decadentes em convulsão, governos tirânicos e opressores e momentos de ruína ambiental em que as personagens centrais procuram enfrentar as dificuldades e vencer os obstáculos que se lhes colocam. Os romances distópicos procuram confrontar os leitores com questões políticas e sociais, com problemas ambientais ou com os desafios da evolução tecnológica. Desse ponto de vista podem ser extremamente didáticos, estimulando a imaginação, mas também convidando os leitores não apenas à reflexão, mas mesmo à intervenção nos referidos âmbitos.

Nem sempre é fácil classificar um livro, particularmente de ficção, enquadrando-o dentro de um determinado género. É uma dificuldade que os bibliotecários enfrentam sempre que têm de catalogar um documento e que na literatura se torna uma tarefa complicada uma vez que muitos títulos estão

na fronteira de géneros próximos como, por exemplo, a distopia, o fantástico, a ficção científica, o horror ou mesmo o romance psicológico. Um exemplo dessa fluidez de género é *A guerra dos mundos*, de H.G. Wells, publicado no final do Século XIX, uma das primeiras histórias que narra um contacto e o choque dos humanos com habitantes de outro planeta. Foi adaptado várias vezes para o cinema e dramatizada para a rádio em 1938, por Orson Welles, lançando o pânico nos EUA, com multidões inteiras a convencerem-se de que os marcianos tinham, de facto, chegado à Terra. Um livro na fronteira do fantástico, da ficção científica e da distopia. Também *O Processo*, de Franz Kafka, publicado em 1925, que conta a história de Josef K., que acorda um certo dia e é processado e sujeito a longo e incompreensível processo judicial por um crime nunca especificado é lido por alguns como um romance distópico mas, por outros, como um romance psicológico. Ou ainda, *Nunca me deixes* (2005), de Kazuo Ishiguro, autor vencedor do Prémio Nobel da Literatura em 2017, uma obra que tendo todos os ingredientes de uma distopia é muitas vezes olhada como romance metafórico, questionador da contemporaneidade, nomeadamente do poder da ciência e da forma como ela se intromete na estrutura moral da vida, tipificada com a questão da clonagem.

Não existe consenso sobre a origem da palavra distopia, mas frequentemente é atribuída a sua criação ao filósofo e economista inglês John Stuart Mill que, em 1868, usou no Parlamento britânico o termo, contrapondo-o a utopia e colocando o prefixo “dis” que no grego significa mau, doente ou anormal. Se a Utopia, como Thomas More a concebeu, era um lugar de paz, justiça e progresso, a distopia era um espaço de maldade, miséria humana, pobreza, opressão e violência.

Mas se nos oferecem guerra, fome, violência urbana, caos, doença, controlo tecnológico, desastre ambiental, porque é que as distopias têm tantos admiradores?

A verdade é que a história, nomeadamente a do século XX, conheceu regimes políticos (o Nazismo, o Estalinismo ou o Maoísmo, por exemplo) que viveram circunstâncias características daquelas que as distopias descrevem. O termo é, no entanto, vincadamente literário, representando este género de obras que prenunciam sociedades que suprimem as liberdades, os direitos dos indivíduos, estados autoritários opressivos e totalitários. Noutros casos, as distopias apresentam-nos a visão de um futuro desumanizado e assustador com cataclismos e ruína ambiental, caos, doenças que se espalham ou o controlo tecnológico por entidades de natureza diversa. Mas por nos apresentarem os piores cenários do futuro, talvez as distopias nos possam dar a esperança de que a nossa sociedade seja interpelada e possa evitar que esses cenários terríveis se venham a concretizar futuramente.

O mais reconhecido livro distópico é, inquestionavelmente, *1984*, de George Orwell, publicado em 1949 e que nos descreve um mundo saído da guerra, com grandes nações dominantes. Oceânia é dirigida como um estado

totalitário omnipresente e vigilante de todos os seus habitantes, fiscalizando os seus pensamentos, emoções e comportamentos, em que o líder, o Big Brother, tudo comanda e controla e é objeto de culto da personalidade, típico dos sistemas totalitários. O protagonista, um membro do partido único e trabalhador da censura no Ministério da Verdade começa a questionar o sistema totalitário e o seu esforço para suprimir o pensamento e as emoções individuais, iniciando logo uma busca por outros que possam pensar como ele. *1984* tornou-se não só um paradigma da literatura distópica como criou mecanismos complexos como “pensamento duplo” traduzido pelas grandes máximas “Guerra é Paz” ou “Liberdade é Escravidão” e originou mesmo um modelo de sociedade ou de acontecimento denominado “orwelliano”. Nas últimas décadas, em que temos assistido ao surgimento de tecnologias que permitem facilmente observar e monitorizar o comportamento, os movimentos e mesmo as opiniões e desejos das pessoas, as práticas de vigilância de massas e de controlo da liberdade de expressão descritas em *1984* e que o tornam num livro poderoso, não poderiam deixar de ser evocadas.

Se *1984* é marcadamente influenciado pelo ambiente dos pós II guerra mundial e pelas experiências totalitárias que Orwell criticava ferozmente (como já fizera em *A quinta dos animais, de 1945*), não podemos ignorar que ainda antes da guerra vários autores tinham experimentado o género distópico.

Em 1932, outro escritor inglês, Aldous Huxley publicara Admirável mundo novo descrevendo uma sociedade do futuro em que o governo do Estado Mundial domina a população não tanto pelo controlo do pensamento ou pela repressão mas antes por um adormecimento pela felicidade, numa sociedade aparentemente perfeita com cidadãos geneticamente modificados, despreocupados, e bem alimentados. Uma demonstração de que a manipulação e a alienação podem ser caminhos mais eficazes para o controlo das populações do que os métodos propagandísticos e repressivos.

Mas o pioneiro deste género foi o escritor russo Yevgeny Zamyatin que, em 1921, escreveu o livro *Nós*, que seria publicado em 1924, nos Estados Unidos. Numa cidade de vidro do futuro, os humanos vivem como andróides — sem emoção, sem paixão e sem nome. Cada humano é identificado por um número e apenas um deles, o matemático D-503, parece perceber que podem fazer coisas e pensar de forma diferente. Todos vivem uniformizados e em sincronia com os comportamentos assentes numa lógica baseada em fórmulas e equações delineadas por um estado único. A obra de Yevgeny Zamyatin, que só recentemente ganhou edição em Portugal, é precursora de outros autores mais reconhecidos como Orwell ou Huxley.

A distopia com contornos políticos conheceu outras variantes, mesmo antes da guerra. Uma dessas obras, editada em 1935, foi recordada recentemente pela sua atualidade. Escrito nos anos 30, tempo da Grande Depressão e de afirmação do Fascismo-Nazismo, por Sinclair Lewis, o primeiro escritor americano a vencer o Prémio Nobel da Literatura, o livro *Isso não pode acon-*

tecer aqui apresenta-nos Buzz Windrip, um político demagogo, xenófobo, racista e ignorante que consegue derrotar Franklin Roosevelt nas eleições presidenciais americanas com a promessa de um regresso dos Estados Unidos à grandeza, prosperidade e orgulho do passado, instaurando um governo ditatorial e repressivo como a América nunca conhecera. A analogia com Donald Trump é óbvia e o livro, que alerta para a fragilidade do sistema democrático, foi, nestes últimos anos, repetidamente recordado.

Mas Lewis já antes tinha experimentado o género distópico no romance *Babbitt*, de 1922, uma crítica contundente ao estilo de vida americano e aos valores de uma classe média conformista, materialista e instalada no seu bem-estar: George F. Babbitt, um próspero e calculista corretor de imóveis tenta, frustradamente, romper com esses valores e encontrar um novo rumo. Um retrato e uma análise da anomia social, da vida das grandes cidades, da perda de valores, da incapacidade de comunicação e de uma vida de aparências.

Mas a distopia política centrada na América não foi exclusiva de Sinclair Lewis. Uma abordagem próxima da dele viria a ser retomada por Philip Roth quando, em 2004, publicou *Conspiração contra a América*, uma obra que imagina uma América de 1940 em que o herói da aviação Charles Lindbergh, conhecido pelas suas simpatias nazis, derrotava esmagadoramente Franklin Roosevelt e fazia um pacto com Hitler. Numa obra em que mistura história e distopia, Philip Roth evoca muitos dos preconceitos da sociedade americana que subsistem até à atualidade. Outras abordagens vão apresentar cenários próximos: em *O Homem do Castelo Alto* (1962), Philip K. Dick imagina uma história contrafactual com o assassinato de Roosevelt e um mundo dominado pelos fascismos com os Estados Unidos divididos entre um “Reich americano” governado pelos nazis orientais e uma costa oeste parcialmente ocupada pelo império japonês; numa época mais recente (2008), no livro *Um homem na escuridão*, Paul Auster imagina um mundo paralelo em que a América não está em guerra com o Iraque, mas com ela mesma. Nesta outra América, não aconteceu o 11 de setembro e os resultados das eleições de 2000 levaram a uma secessão quando, estado após estado, se afasta da união e se desencadeia uma sangrenta guerra civil. *O Homem do Castelo Alto* foi transformado, em 2015, numa série televisiva com uma campanha publicitária muito agressiva e que, num contexto político muito sensível, causou grande polémica, levando à sua suspensão.

A ideia de um estado totalitário estava também presente num livro distópico publicado em 1940, intitulado *Kalloscaína*, da autoria da escritora sueca Karin Boye. Nele, um químico, Leo Kall, que trabalha para um estado totalitário que controla toda a sociedade, inventa um soro da verdade, a kalloscaína, uma droga mais eficaz do que a tortura ou a propaganda e que o Estado não se coíbe de usar derrubando as já frágeis barreiras da individualidade e extorquindo todos os segredos e pensamentos dos seus cidadãos. Neste mundo, o individualismo é suprimido, a privacidade é eliminada, a vigilância

tecnológica é universal e os pensamentos privados das pessoas estão a ponto de serem julgados e processados criminalmente.

A criação de versões cinematográficas ou de séries televisivas têm sido um fator importante de sucesso de muitas obras distópicas. Um dos casos mais evidentes é *A história de uma serva*, de Margaret Atwood. O livro, de 1985, já era reconhecido nos meios literários, mas tornou-se um fenômeno de popularidade global depois da série televisiva que vai estreiar, este ano, a quarta temporada. Num mundo futurista – embora num futuro próximo – a América, após uma revolução teocrática, é controlada por uma seita religiosa e a ordem do país retrocede vários séculos. A América transforma-se em Gileade, um estado policial e fundamentalista onde as mulheres férteis, conhecidas como Servas, são domesticadas e subordinadas aos homens e são obrigadas a conceber filhos para a elite estéril. O mundo de *História de uma serva* é notoriamente diferente de muitos dos outros mundos que lemos nos romances distópicos. O seu enfoque na experiência das mulheres não é a única qualidade extraordinária deste livro. O estilo pouco convencional de Margaret Atwood e os enredos alternados permitem aos leitores desvendar este complexo universo ao seu próprio ritmo, o que faz deste livro uma das obras-primas da ficção distópica.

Num sentido inverso está *O Poder de Naomi Alderman* que cria um mundo onde as mulheres estão dotadas do poder de libertar choques elétricos das mãos, resultante de uma mutação genética, que produz uma surpreendente cadeia de energia o que as coloca numa posição social de vantagem para com os homens. O mundo vai então conhecer uma nova ordem e a velha sociedade patriarcal desmorona-se dando origem a um novo tempo com os papéis invertidos. A autora constrói uma narrativa com múltiplas histórias de diferentes mulheres que cultivam este poder para combater contra aqueles que as têm sufocado. Ser mulher torna-se sinónimo de poder e de força, ao passo que os homens passam a ter medo de andar na rua, sozinhos à noite. Ao narrar as histórias de várias protagonistas, de múltiplas origens e estatutos diferentes, Naomi Alderman constrói um romance que explora os efeitos devastadores desta reviravolta, o seu impacto na sociedade e a forma como expõe as desigualdades do mundo contemporâneo.

Um fenómeno semelhante ao sucesso de *A história de uma serva* aconteceu, há alguns anos, com *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1953) que ganhou outra notoriedade depois de conhecer uma versão cinematográfica, em 1966, num filme dirigido por François Truffaut. *Fahrenheit 451* passa-se num mundo que quem gosta de livros acharia um pesadelo e é a história de Guy Montag, um “bombeiro” que começa a problematizar o seu trabalho de queimar aos livros, em vez de apagar incêndios. Numa sociedade que já não exige a leitura e em que o estado autoritário quer evitar que as pessoas pensem demasiado, Montag começa a salvar livros e a influenciar os que o rodeiam. Depois do que se tinha passado com o nazismo e com outras ditaduras, num

tempo em que os Estados Unidos eram assolados por uma onda anticomunista, o macarthismo, que afetou muitos escritores e criadores, *Fahrenheit 451* era um forte aviso contra a censura e contra todos os ataques à liberdade de expressão e, nesse sentido, é sempre uma obra intemporal, e de grande atualidade.

Uma outra linha de distopias é apresentada em *Será que os androides sonham com ovelhas elétricas?* do já anteriormente supramencionado Philip K. Dick. Nesse livro o autor transporta os leitores para um mundo pós-apocalíptico em que as condições na Terra se tornaram inabitáveis, devido a catástrofes naturais. Como resultado, vemos a ascensão de criaturas artificiais que se assemelham a seres orgânicos, que incluem humanoides. Trata-se de uma distopia que nos leva a pensar sobre o que nos torna humanos e o que a tecnologia da Inteligência Artificial tem reservado para a humanidade. Philip K. Dick é um mestre do gênero e a sua obra ganhou grande notoriedade com a adaptação ao cinema do seu conto *Relatório Minoritário*, num filme (2002) realizado por Steven Spielberg e protagonizado por Tom Cruise. Imagina um futuro em que os crimes são detetados antes de serem cometidos e os criminosos são condenados e sentenciados pelos delitos antes de os cometerem.

Um mundo pós-apocalíptico também é o que encontramos em *A estrada*, de Cormac McCarthy, que nos transporta para um universo despedaçado por uma catástrofe sem nome. Vidas vulgares são substituídas por lutas insanas pela sobrevivência. Relata a viagem comovente de um pai e de um filho num mundo devastado, em que o amor e a solidariedade são os laços que os unem e que os mantêm vivos. Um livro verdadeiramente melancólico que questiona um mundo cada vez mais competitivo e individualista.

Nos últimos anos algumas distopias têm alcançado enorme sucesso particularmente entre os jovens apresentando sagas que nos transportam ao universo dos jogos digitais: em *Os Jogos da Fome*, uma trilogia que se tornou um fenómeno da cultura popular juvenil quase imediatamente após a sua publicação, em 2008, Suzanne Collins criou um ambiente pós-apocalíptico dominado por uma metrópole tecnologicamente avançada onde se realizam jogos em que jovens são selecionados para lutar até à morte e em que apenas um sobreviverá e se tornará o vitorioso; na tetralogia *Divergente* (2011), *Insurgente* (2012), *Convergente* (2013) e *Quatro* (2014), Veronica Roth situa a ação numa Chicago pós-apocalíptica e distópica com uma sociedade dividida em cinco fações que definem os seus habitantes pelas suas genealogias e pela personalidade, com as fações a afastarem a ameaça de qualquer pessoa que exerça a sua vontade independente, ameaçando a segurança da população. Além do sucesso literário, estas obras ganharam grande impacto nas versões cinematográficas.

Algumas distopias anteriores têm os jovens no centro da ação. Em *A laranja mecânica* (1962), Anthony Burgess criou um mundo perturbador, cheio de violência e de manipulação psicológica marcado pela alienação da

juventude; em *O Deus das moscas* (1954), William Golding, também ele vencedor do Nobel da Literatura, em 1983, conta a história de um grupo de jovens sobreviventes de um desastre aéreo, perdidos numa ilha deserta. Forçado a organizar-se para sobreviver, o grupo acaba por revelar o frágil sentido de organização e os seus medos começam a tomar formas sinistras e primitivas, numa comunidade egoísta e sem ordem.

Recentemente um novo fenómeno tem dado nova visibilidade às distopias: a publicação de adaptações como novelas gráficas. Entre nós já surgiram edições de *A história de uma serva*, *Fahrenheit 451*, duas edições de *A quinta dos animais* e três versões de *1984*, num ano em que se têm multiplicado as edições de George Orwell, devido ao fim dos direitos autorais da sua obra, setenta anos após a sua morte.

Para o próximo ano de 2022, com eleições presidenciais em França, por certo que se irá falar de um outro livro distópico: *Submissão*, do francês Michel Houellebecq, publicado com grande polémica em 2015. O cenário imaginado é o da vitória de um político muçulmano carismático e presidente de um novo partido chamado “A Irmandade Muçulmana” sobre a candidata da extrema direita. Num cenário de tumultos e caos o novo presidente muda a constituição secular, cria uma teocracia, institui a lei islâmica Sharia, o patriarcado e poligamia. Um romance a refletir sobre temas sempre candentes na sociedade francesa e na Europa.

A distopia é um género literário muito peculiar, mas que tem vindo a ganhar muitos leitores, por um lado pela qualidade literária reconhecida de muitos dos seus autores, mas também pela diversidade de temas abordados e pela tensão emocional que as narrativas apresentam. São, por regra, obras que, ao abordarem de forma especulativa temas sensíveis, representam não apenas uma leitura estimulante e inquietante, mas também um excelente ponto de partida para a reflexão dos leitores. Para ler +.

Catálogo Ler+ Distopias https://issuu.com/biblioesamares/docs/cata_logo_distopias

- Obras referenciadas:
- Alderman, Naomi, O Poder; Lisboa, Saída de Emergência, 2018
- Atwood, Margaret, A História de Uma Serva; Lisboa, Bertrand Editora, 2013
- Atwood, Margaret e Nault, Renée (Ilust.) A História de Uma Serva – Novela gráfica; Lisboa, Bertrand Editora, 2013
- Auster, Paul, Homem na escuridão; Alfragide, Asa, 2008
- Boye, Karin, Kallocaína; Lisboa, Antígona, 2016
- Bradbury, Ray, Fahrenheit 451; Porto, Público, 2003
- Bradbury, Ray e Hamilton, Tim (Ilust.), Fahrenheit 451 – Novela gráfica; Lisboa, Relógio D'Água, 2021
- Burgess, Anthony, A Laranja Mecânica; Carnaxide, Alfaguara, 2012
- Camus, Albert, A Peste; [S.l.], Livros do Brasil, 2016
- Collins, Suzanne, Os Jogos da Fome Livro I - Os jogos da fome; Lisboa, Presença, 2009
- Collins, Suzanne, Os Jogos da Fome Livro II - Em chamas; Lisboa, Presença, 2011
- Collins, Suzanne, Os Jogos da Fome Livro III - A revolta; Lisboa, Presença, 2011
- Dick, Philip K., O Homem do Castelo Alto; Lisboa, Relógio D'Água, 2016
- Dick, Philip K., Será que os Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?; Lisboa, Relógio D'Água, 2016
- Dick, Philip K., Relatório Minoritário e Outros Contos; Lisboa, Relógio D'Água, 2017
- Golding, William, O Deus das moscas; Alfragide, Dom Quixote, 2011
- Houellebecq, Michel, Submissão; Lisboa, Alfaguara, 2015
- Huxley, Aldous, Admirável mundo novo; Lisboa, Livros do Brasil, 1999
- Ishiguro, Kazuo, Nunca me deixes; Lisboa, Gradiva, 2017
- Kafka, Franz, O Processo; Porto, Público, 2004
- Lewis, Sinclair, Babbitt; Silveira, E-Primatur, 2018
- Lewis, Sinclair, Isso não pode acontecer aqui; Alfragide, Dom Quixote, 2017
- Mccartty, Cormac, A Estrada; Lisboa, Relógio D'Água, 2007
- Orwell, George, 1984; Lisboa, Antígona, 1991
- Orwell, George e Nestí, Fido (Ilust.), 1984 – Novela gráfica; Lisboa, Alfaguara, 2020
- Orwell, George e Croix, Sybille Titeux de la (Ilust.), 1984 – Novela gráfica; Lisboa, Cavalo de Ferro, 2021
- Orwell, George e Coste, Xavier (Ilust.), 1984 – Novela gráfica; Lisboa, Relógio D'Água, 2021
- Orwell, George, A quinta dos animais; Lisboa, Antígona, 2013
- Orwell, George e Steadman, Ralph (Ilust.), A quinta dos animais – Novela gráfica; Lisboa, Cavalo de Ferro, 2021
- Orwell, George e Odyr (Ilust.), A quinta dos animais – Novela gráfica; Lisboa, Relógio D'Água, 2021
- Roth, Philip, Conspiração contra a América; Lisboa, Dom Quixote, 2006
- Roth, Veronica, Insurgente; Porto, Porto Editora, 2015
- Roth, Veronica, Divergente; Porto, Porto Editora, 2015
- Roth, Veronica, Convergente; Porto, Porto Editora, 2015
- Roth, Veronica, Quatro; Porto, Porto Editora, 2015
- Saramago, José; Ensaio sobre a cegueira; Lisboa, Caminho, 2009
- Wells, H.G., A Guerra dos mundos; Lisboa, Sextante, 2019
- Zamiatine, Evgueni, Nós; Lisboa, Antígona, 2016



ENCONTRARTE AMARES 2021

direccao@encontrarte.pt

Mais do que nunca, especular modelos possíveis de sermos felizes enformam a nossa realidade. Impera refletir como permanecer atuante e transformar. Urge viver cada dia, criar alternativas, celebrar o presente e o porvir.

Vivemos na consciência que somos diferentes. E esta diversidade pode ser potencia.
Que o viver não é apenas entender, mas também questionar.

Criamos porque urge abrir discussões. Porque é necessário ser plural.
Porque se impõem traçar caminhos outros.

Celebramos porque devemos a felicidade a nós mesmos.

O Encontrarte Amares regressou em 2021 reinventado na sua forma, mas não no seu propósito – o de promover atos de convergência.

De 19 a 24 de julho deste ano, Amares acolheu criadores das mais variadas linguagens artísticas, para uma celebração à diversidade. Contrariando a centralidade das passadas edições, este ano propôs deambulações pelo território de Amares, evocando a paisagem, os cheiros, as cores e o património para uma discussão poética sobre outras formas e caminhos coletivos.

O Mosteiro de Santo André de Rendufe, o Santuário da Nossa Senhora da Abadia, o Solar das Bouças, a Aldeia do Urjal, a Pedreira da Nossa Senhora da Paz e a Casa da Botica foram Ágoras de apresentação, potenciando o cruzamento entre as rotinas de cada um destes espaços e a criação artística. Durante 12 dias, estes espaços acolheram os artistas João Pais Filipe, Ruca Bourbon, José Rosinhas, Paulo Neves, Sarah Klimsch, Carlos Silva, Diogo Santos, Francisco Barbosa e João Abel Mota. Foi, neste ato de imersão e na possibilidade de gerar dinâmicas de empatia, entre artista e espaço, que novas propostas artísticas foram criadas.

Não obstante o grande foco desta edição ter acontecido nas plataformas digitais, o Encontrarte Amares regressará em março de 2022 para a sua apresentação pública presencial. Assim deixamos, mesmo que de forma sucinta, algumas palavras acerca dos vários projetos e locais que este ano nos serviram de berço.



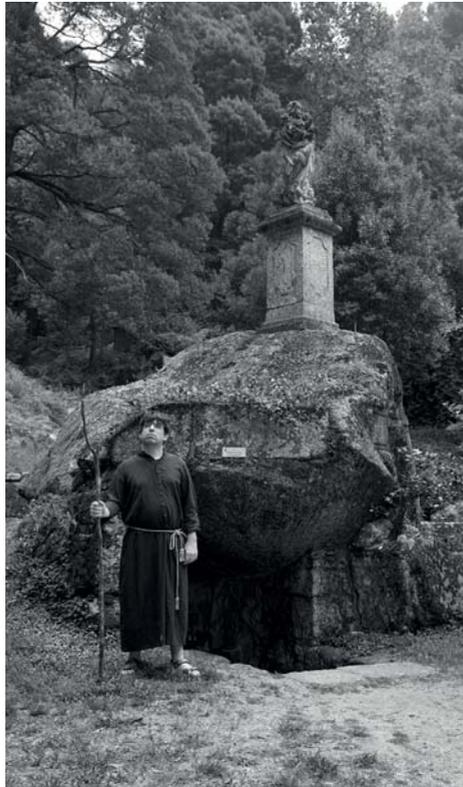
JOÃO PAIS FILIPE

Um dos principais centros beneditinos portugueses entre os séculos XII e XIV, o Mosteiro de Santo André de Rendufe fica isolado entre vinhas, com acesso através de um imponente terreiro enquadrado com a fachada barroca da Igreja. João Pais Filipe fez os seus gongos pulsar o seu som contínuo pelas paredes deste espaço, desvendando outros lugares de celebração. A residência culminou num concerto, transmitido online, onde tivemos a possibilidade de ser os primeiros testemunhos desta nova criação.



SARAH KLIMESCH

A Aldeia do Urjal caracteriza-se pelas suas casas antigas em blocos de granito, pelo chão empedrado e pelos lances de escadas entre as habitações. É por isso uma aldeia tipicamente minhota, rodeada de pastos verdes e com as encostas adjacentes trabalhadas em socalcos. Sarah Klimsch, a partir desta paisagem verdejante, propôs outras formas de diálogo e coexistência numa celebração à diversidade. Foi, a partir do reconhecimento e recolha de plantas autóctones de Amares, que a artista plástica, Sarah Klimsch, nos propôs a criação de terrários e desenhos evocativos das relações e dinâmicas da nossa sociedade.



RUCA BOURBON

Entre as árvores frondosas, o chilreio das aves e o murmúrio do ribeiro local, ergue-se o Santuário da Nossa Senhora da Abadia. No largo fronteiro encontram-se o cruzeiro e dois edifícios: o da casa das ofertas dos romeiros e o dos antigos quartéis onde outrora os peregrinos pernoitavam. Aqui, Ruca Bourbon imergiu no fantástico, vivendo uma possibilidade de utopia como se dela desde sempre fizesse parte. Através do mapeamento e recolha de informação escrita, oral e de materiais encontrados criou uma instalação digital capaz de projetar os visitantes para um espaço de porosidade entre realidade e ficção.



PAULO NEVES



JOSÉ ROSINHAS

No Solar das Bouças, onde a vinha se expande por 22 hectares, deparamo-nos com um ecossistema que cruza a cultura, o turismo e a produção vinícola. José Rosinhas e Paulo Neves foram os artistas convidados que, a partir deste contexto, criaram diálogos estéticos com a paisagem. Nesta residência, um raizeiro reencarnou uma nova vida pelas mãos do escultor Paulo Neves, e as relações entre público e privado, interior e exterior, sagrado e profano foram modeladas pelo artista plástico José Rosinhas.



JOÃO ABEL MOTA

O amarense João Abel Mota fez do pintar um ato de comunhão. Um início de conversa, uma tangente ao sensível, um viver em coletivo. Em deambulações por diferentes espaços de Amares, as linhas, manchas e cores que modelam uma pessoa e o território foram transportadas para a mão, para o pincel, para um suporte. A Casa da Botica transformou-se numa ágora que acolhe este arquivo de vidas e de fugazes encontros, num mapeamento da “paisagem de Amares”.



CARLOS SILVA_DIOGO SANTOS



FRANCISCO BARBOSA

O monte de Nossa Senhora da Paz ergue-se a 195 metros acima do nível médio das águas do mar. A extração de granito que se iniciou em 1950 desfez a mega formação granítica existente, dando ao local a feição que tem hoje, a de um enorme carço de maçã na posição vertical. Carlos Silva, Diogo Santos e o amarense Francisco Barbosa deixaram-se seduzir pelo vazio desta pedra para criar um espetáculo que cruza a dança e a música. No dia 24 de julho foi lançado online o vídeo realizado por João Miguel Ferreira que apresenta este espetáculo que cruza linguagens, referencias e territórios.

Ninguém passa todo o tempo sozinho ninguém passa todo o tempo acompanhado.

SILLO

www.silo.encontrarte.pt



SILO

Ruca Bourbon
Nossa Senhora da Abadia
João Pais Filipe
Mosteiro de Santo André de Rendufe
Paulo Neves
Solar das Bouças
José Rosinhas
Solar das Bouças
Sarah Kilmsch
Aldeia do Urjal
Carlos Silva + Diogo Santos +
Francisco Barbosa
Pedreira de Nossa Senhora da Paz
João Abel Mota
Casa da Portica



Esta edição ficou marcada pela urgência de explorarmos outras formas de encontro e diálogo, talvez alternando entre uma realidade física, fortemente marcada pela intensidade da troca genuína de saberes e vontades, e uma realidade virtual onde, a partir das novas ferramentas tecnológicas, podemos fruir em segurança de uma programação intensa artística. Assim, as diversas plataformas online do Encontrarte Amares (website, redes sociais) assumiram um papel central de mediação, propondo novas configurações de nos

relacionarmos com a cultura. Marcou também esta edição a criação do Silo, um espaço de experimentação e exploração artística onde tentamos partilhar como quem programa. Propor uma experiência, autenticamente singela, que retratou os contornos desta vivência que foi a 7ª edição do Encontrarte.

O Encontrarte Amares é organizado pelo **Clube Desportivo, Recreativo e Cultural Amarense** e tem por objetivo promover a descentralização e democracia cultural enquanto instrumentos de acesso à participação artística.

O encontro das pessoas, a experimentação artística e a comunhão de afetos consolidam os desígnios que (pro)movem o Encontrarte Amares, desde 2009. Um encontro de cruzamento entre arte e comunidade que, numa periodicidade bienal, tem proposto, através de uma programação transdisciplinar, o diálogo vivo entre a radicalidade do pensamento artístico contemporâneo e a herança tradicional da região do Minho. O Encontrarte Amares reforça o interesse pelo património imaterial da região, celebrando a sua gastronomia, costumes, imagens e sons, estórias e saber fazer. A par e passo, com a memória do passado, seremos confrontados com um reportório de projetos artísticos recentes, que nos seus diversos suportes e temas, nos desafiarão a pensar sobre o que permanece atuante na ordinaryidade dos nossos dias.



RESIDÊNCIA
ARTÍSTICA
“ARTE EM
ESPACO
PÚBLICO”

Patrícia Monteiro
comunicacao@municípioamares.pt

“A Geira”, de Juan Domingues, eterniza figuras de António Variações, Gualdim Pais e Sá de Miranda na Praça do Comércio

De traço em traço, pela delicadeza e habilidade das mãos do artista plástico Juan Domingues, as incontornáveis e inspiradoras figuras de António Variações, Dom Gualdim Pais e Sá de Miranda foram ganhando vida na fachada da Galeria de Artes e Ofícios, na Praça do Comércio, e embelezam agora aquele espaço que não passa despercebido a ninguém.

Juan Domingues decidiu batizar a pintura com o nome a “A Geira” por ter descoberto uma conexão poética entre as características do caminho da Geira (uma viagem, suscetível de criar e despertar problemáticas, com caminhos sinuosos, ritmos distintos, paragens e reflexões) e o processo criativo.

A obra foi simbolicamente inaugurada a 13 de junho de 2021, data em que se assinala o aniversário da morte de António Variações.

“Arte em Espaço Público”, resulta do programa de residências artísticas “Amar o Minho”, financiado pelo Norte 2020, no âmbito do projeto Minho In.

“Intervir em espaço público foi naturalmente um grande bom desafio, tanto através do programa de residências artísticas, que tomou um período de cerca de 2 semanas, como em relação à intervenção pela área das Artes Plásticas com a pintura mural em uma das paredes da fachada da Galeria de Artes e Ofícios.

Toda a experiência que se formou, muito pelo processo criativo afirmado por este intervalo de tempo, foi pelo reflexo de vários diálogos com a população local, que ao acompanhar o desenvolver da pintura, questionavam e acrescentavam gradualmente a perceção narrativa da obra e da região de Amares, ao qual me permitiu descobrir e percorrer também, tal como Gualdim Pais, Sá de Miranda e António Variações, de forma metafórica, o caminho da “Geira”, caminho que é também da identidade de Amares para o mundo e do mundo para Amares e toda esta região”. (Juan Domingues)





EXPOSIÇÃO

“PINTAR
COM POESIA:
DEVANEIOS,
PALAVRAS,
TRACOS E
CÓR”

Biblioteca Municipal Francisco de Sá de Miranda
geral@bibliomares.pt



A exposição “Pintar com poesia – Devaneios, palavras, traços e cor”, de Sílvia Mota Lopes, contou com trinta e duas pinturas referentes a trinta e dois poetas onde estão incluídas duas telas alusivas a autores de Amares, uma de Francisco de Sá de Miranda e outra de António Variações.

A artista decidiu em 2021 pintar a poesia de diversos poetas e à medida que ia pintando o entusiasmo permitiu acrescentar à lista dezenas de poetas e poemas para pintar. O objetivo não foi só o de partilhar a sua arte com a materialização das suas emoções e vivências, mas pintar a poesia de outros autores, expondo a palavra e emoções do “outro”.

Sílvia Mota Lopes, natural de Braga, é educadora de infância e é uma artista multifacetada, que mistura várias artes numa linguagem artística forte

e sentimental, onde a pintura, a escrita, a ilustração e a música completam o seu trabalho artístico.

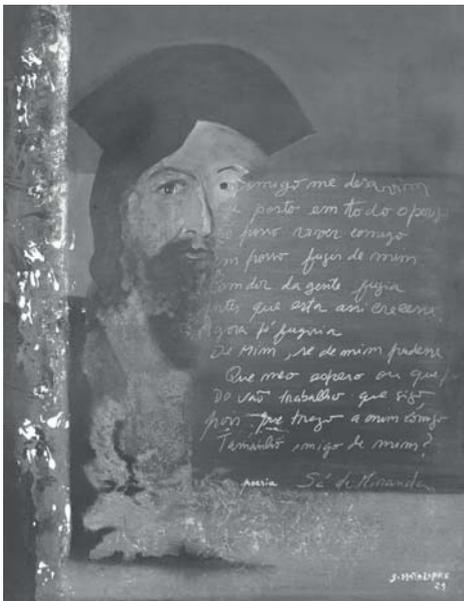
A artista desenha desde pequena, sendo um ato inato que foi aperfeiçoando ao longo dos anos com um grande incentivo do avô numa fase inicial. Sílvia Mota Lopes seguiu a carreira de educadora de infância onde viu que poderia conjugar e desenvolver várias formas de expressão artística.

A escrita é uma abordagem mais recente em Sílvia Mota Lopes que começou através da pintura. Poeta, pintora, ilustradora, autora de literatura infantil e juvenil, Sílvia Mota Lopes escreveu e ilustrou o seu primeiro livro em 2012, *Alicia no Bosque*, ao qual se seguiu *Ser dia e noite ser* (texto), 2013; *A magia de Auris* (ilustração), 2013; *Chegaste primeiro* (ilustração), 2014; *É aqui que ela mora* (texto), 2015; *O cavalinho que queria saber a que cheira a primavera* (ilustração), 2015; *Pássaro de mil cores* (autora do libreto da ópera infantil), 2016; *Esboço* (poesia), 2017; *Aqui há gato* (ilustração), 2017; *Estrela Watato* (ilustração), ano 2017; *Quando somos nuvens* (ilustração), 2018; *Dar corda às palavras* (texto), 2018.

Considera-se uma artista versátil com uma marca pessoal. Tenta dar o melhor em tudo o que faz e valoriza a honestidade e autenticidade do artista.

Sílvia Mota Lopes transporta o seu trabalho artístico para a sua vida profissional, quando canta desenha, ou pinta está a motivar para fazer o mesmo. Sentir que consegue motivar as crianças através do seu trabalho artístico dá-lhe imensa alegria, e claro que estas também são fonte de inspiração para a sua obra artística.

A exposição “Pintar com poesia – Devaneios, palavras, traços e cor” esteve patente ao público na Biblioteca Municipal Francisco de Sá de Miranda, de 5 de junho a 10 de julho de 2021.



Francisco de Sá de Miranda

OBRA COMPLETA



ASSÍRIO & ALVIM

*OBRA
COMPLETA
DE
FRANCISCO
DE SÁ DE
MIRANDA*

Patrícia Monteiro
comunicacao@municípioamares.pt



CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GUIA, MANDADA CONSTRUIR EM 1615 POR FRANCISCO SÁ MENEZES, NETO DE SÁ DE MIRANDA.

Obra Completa de Sá de Miranda passou do sonho à realidade

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. A citação de Fernando Pessoa pode perfeitamente reportar-se ao ano de 2021, em Amares, que ficou marcado pelo florescer da *Obra Completa* do poeta quinhentista Francisco de Sá de Miranda. A publicação nasceu fruto de uma parceria entre a editora Assírio & Alvim e a Câmara Municipal de Amares, através do Centro de Estudos Mirandinos.

O volume de 680 páginas foi organizado por Sérgio Guimarães de Sousa (Diretor do Centro de Estudos Mirandinos), João Paulo Braga (Universidade Católica) e Luciana Braga (Centro de Estudos Mirandinos). Os organizadores, além de procederem ao estabelecimento de texto, recorrendo às primeiras edições da obra mirandina (sobretudo a de 1595 e a de 1614), apetrecharam o livro com centenas de notas explicativas, de modo a facilitar a compreensão do texto do poeta do Neiva.

Edição foi oficialmente apresentada no Dia Mundial da Língua Portuguesa

No Dia Mundial da Língua Portuguesa o Centro de Estudos Mirandinos fez o lançamento para a imprensa da *Obra Completa* de Francisco de Sá de Miranda. A sessão decorreu na Casa da Tapada, última morada do poeta.

“A importância de um dos maiores dinamizadores da língua portuguesa, Francisco de Sá de Miranda, tem «sido reafirmada ao longo dos tempos através de leituras que lhe reconhecem tanto o respeitável estatuto de cultor e porta-voz da modernidade renascentista e das inovações classicistas, removendo da lírica portuguesa a matriz medieval em que esta perdurava com as redondilhas de gosto vulgar, bem como a mais-valia da sua inquebrável moralidade estoica». Assim se publica agora a sua Obra Completa, fixada e profusamente anotada por Sérgio Guimarães de Sousa, João Paulo Braga e Luciana Braga.” (Porto Editora)





PRÉMIO
LITERÁRIO
FRANCISCO
DE SÁ DE
MIRANDA
2021

Patrícia Monteiro
comunicacao@municípioamares.pt



Ana Luísa Amaral foi a grande vencedora da 2ª edição

O Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda 2021 foi atribuído à poetisa Ana Luísa Amaral, pela obra *Ágora*, editada pela Assírio & Alvim em 2019. De acordo com o júri do concurso “a publicação destacou-se das demais pelo facto de, em intenso diálogo artístico com obras maiores da pintura, reescrever de modo intimista e fulgurante emblemáticos episódios bíblicos”.

A 2ª edição do Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda 2021 promovido pela Câmara Municipal de Amares, através do Centro de Estudos Mirandinos, contou com a participação de 202 autores, 6 dos Açores, 2 de Espanha, 3 de França, 1 de Moçambique, 49 do Brasil e 141 de Portugal.

O júri foi composto pelos professores Sérgio Paulo Guimarães de Sousa (Universidade do Minho), Ana Isabel Moniz (Universidade da Madeira) e Isidro Gomes de Araújo (Câmara Municipal de Amares).

O Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda tem o valor pecuniário de 7.500 euros e é promovido bianualmente pela Câmara Municipal de Amares, através do Centro de Estudos Mirandinos, com o intuito de homenagear e divulgar o poeta e humanista Francisco de Sá de Miranda, bem como incentivar a criação literária no domínio da poesia.

Prémio foi entregue à escritora pelo Presidente do Município de Amares

O Presidente do Município de Amares, Manuel Moreira, entregou, pessoalmente, a Ana Luísa Amaral, o Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda 2021. A cerimónia decorreu na Casa da Tapada, em Fiscal, local onde outrora viveu o poeta e humanista Francisco de Sá de Miranda, e foi abrilhantada por um recital de poesia protagonizado por Leonor Alves e um momento musical a cargo do Trio de Flautas da AECA

PRECE NO MEDITERRÂNEO

Em vez de peixes, Senhor,
dai-nos a paz,
um mar que seja de ondas inocentes,
e, chegados à areia,
gente que veja com o coração de ver,
vozes que nos aceitem.

E tão dura a viagem
e até a espuma fere e ferve,
e, de tão, cega
durante a travessia

Fazei, Senhor, com que não haja
mortos desta vez,
que as rochas sejam longe,
que o vento se aquiete
e a vossa paz enfim
se multiplique

Mas depois da jangada,
da guerra, do cansaço,
depois dos braços abertos e sonoros,
sabia bem, Senhor,
um pão macio,
e um peixe, pode ser,
do mar
que é também nosso

(Ana Luísa Amaral, *Ágora*, Assírio & Alvim, 2019)



ENTREVISTA REALIZADA NO ÂMBITO DAS IV JORNADAS INTERCONCELHIAS DE BIBLIOTECAS DE AMARES, TERRAS DE BOURO E VILA VERDE, INTITULADAS "EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO", REALIZADA *ONLINE*, NO DIA 22 DE JULHO DE 2021.

ENTREVISTA A
ANA LUÍSA
AMARAL

por Anabela Costa
geral@biblioamares.pt

Ana Luísa Amaral nasceu em Lisboa, mas, desde os 9 anos, vive em Leça da Palmeira. É escritora e foi professora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde se doutorou em Literatura Norte-americana, com uma tese sobre Emily Dickinson, poetisa americana do início do século XIX. Desde *Minha Senhora de Quê* (1990), a escritora publicou dezenas de títulos de poesia, obras de teatro e ficção, além de livros para a infância. A sua obra, cheia de referências a viagens, lugares e a situações do quotidiano, da atualidade e das suas vivências, está representada em várias antologias, nacionais e estrangeiras.

Ana Luísa Amaral tem recebido diversos prémios, como o Prémio Literário Correntes d'Escritas, o Premio Letterario Poesia Giuseppe Acerbi e o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores, e múltiplas distinções ao longo da sua carreira, sendo as mais recentes o Prémio Vergílio Ferreira, atribuído pela Universidade de Évora, e o galardão espanhol Leteo, uma iniciativa da Direção de Acção e Promoção Cultural da Câmara Municipal de Leão e do Clube Leteo Cultural. Em Novembro de 2020, com o livro *What's in a name*, foi distinguida pela associação das Livrarias de Madrid com o prémio Livro do Ano, na área de Poesia. Em maio de 2021, Ana Luísa Amaral ganhou o Prémio Rainha Sofia de Poesia Ibero-Americana, que é considerado a maior distinção para a poesia no espaço literário ibero-americano e é atribuído pelo Património Nacional Espanhol e pela Universidade de Salamanca. O prémio Rainha Sofia distingue a obra poética de um autor vivo, cujo contributo para o património cultural do espaço ibero-americano seja significativo. Ana Luísa Amaral, que já tinha sido finalista desta distinção por duas vezes, tornou-se agora a terceira autora portuguesa a receber o prémio, depois de Sophia de Mello Breyner (2003) e Nuno Júdice (2013). Em junho de 2021, venceu o Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda.

Em 2019, o Município de Amares lançou a 1.^a edição do Prémio Literário Francisco de Sá de Miranda, na categoria de poesia e, nesse mesmo ano, foi atribuído ao poeta Nuno Júdice, com a obra *O Mito de Europa*. Em 2021, realizou-se a 2.^a edição e, de entre 202 concorrentes, venceu, por unanimidade do júri, Ana Luísa Amaral, com o livro *Ágora*.

No seu livro *Ágora*, Ana Luísa Amaral conta com reproduções a cores de grandes obras de arte de todos os tempos e apresenta-nos um conjunto de poemas belos e terríveis, comoventes e violentos, em permanente diálogo com a Bíblia e com a arte, mas sobretudo com o nosso tempo. Gostava que nos falasse um pouco do processo de criação desta obra, desde a inspiração nas obras de arte, todas referentes a temas bíblicos, à analogia tecida por certos poemas com temas da atualidade.

Antes de mais, para mim, foi um prazer enorme ter recebido o Prémio Francisco de Sá de Miranda. Eu tenho um programa na rádio que se chama *O som que os versos fazem ao abrir*, em que todas as semanas escolho um poema de um autor ou uma autora, morto ou morta, portugueses e estrangeiros, muitos americanos, porque ainda se conhece pouco destes autores. Um de que eu falei foi, justamente, Francisco de Sá de Miranda e o seu poema maravilhoso que termina com «Que farei quando tudo arde?», «Desarrazoado amor, dentro em meu peito, tem guerra com a razão. [...]». Acho que é um poema absolutamente fantástico e que Sá de Miranda é de facto, para mim, dos nossos maiores, senão até o nosso maior sonetista. Ele tem sonetos e poemas absolutamente extraordinários. Talvez dos poemas mais conhecidos dele e que é maravilhoso, porque me identifico muito com ele, é o «Comigo me desavim, / Sou posto em todo o perigo / Não posso viver comigo / Nem posso fugir de mim. [...]», que exprime bem o século XVI e a sua crise de identidade. Com este poema, começava a responder à sua questão, ou melhor, para comentar o que disse sobre a minha vinda de Sintra para Leça da Palmeira e depois para lhe responder àquilo que me perguntou sobre *Ágora*. Eu, de facto, e já vou para o poema da Sá de Miranda, venho com nove anos de Sintra para Leça da Palmeira. Sofri horrores, faziam pouco de mim, chamavam-me lisboeta. Reparem que eu não perdi a pronúncia de Lisboa, eu tenho esta pronúncia mas considero-me do Norte.

Adoro Lisboa, adoro Sintra, gosto muito de lá ir mas, realmente, continua a haver a macrocefalia, esta coisa da centralização do poder, que é uma coisa que me incomoda muito, num país tão pequenino como o nosso.

Antero queixou-se disto, como sabemos, e, também, Sá de Miranda, num poema seu, aquele em que ele diz «Homem de um só um só parecer, / D'um só rosto, uma só fé, / D'antes quebrar, que torcer, / Ele tudo pode ser /

mas de corte homem não é.» Eu adoro isto! Porque, também, acho que não sou de corte, não quero ser de corte, recuso-me a ser de corte, não sou da corte! Bom, isto era um pequenino preâmbulo, peço desculpa, para deixar aqui esta pequena homenagem ao grande, ao enorme poeta que dá o nome a este prémio, que é, como digo, um enorme gosto receber.

Em relação, desculpe, agora é que vou entrar na pergunta propriamente dita, este livro *Ágora*, é curioso, porque eu, na maior parte das vezes, escrevi primeiro os poemas e depois fui procurar o quadro. Existe, claro, aquilo que se chama relação ecrástica, écfrase ou *ekphrasis*, só que aqui foi ao contrário. No entanto, há um momento ou outro em que escrevi o poema a partir do quadro, como no poema em que o cavalo fala (é o cavalo que fala, e o outro é o S. Francisco de Assis). Falou em cenas da Bíblia, mas também aparecem cenas do imaginário religioso. S. Francisco de Assis não está na Bíblia e, todavia, faz parte da nossa cultura e civilização judaico-cristã, quer gostemos quer não gostemos. Eu acho que é inadmissível, sinceramente inadmissível, que qualquer muçulmano conheça o Corão e nós não conheçamos a Bíblia. Vi isso, muitas vezes, nos meus alunos. Eu reformei-me há sete anos, foi uma reforma antecipada, porque já não conseguia gerir tudo, digamos assim, e, também, confesso, pela forma como a universidade se começou a tornar numa fábrica de fazer notas. A universidade de que eu saí não era a universidade em que eu entrei, porque uma universidade ou uma escola, para mim, ensina sobretudo matéria, mas também forma as pessoas. Ensinar a pensar é o mais importante. O pensamento crítico é absolutamente fundamental. Lembro-me dos meus alunos nunca terem lido nada da Bíblia, nada, e de escreverem, por exemplo, *Os Genesis*, como a banda, *Os Genesis*. Uma vez, lembro-me de pôr, nos testes, uma citação do *Génesis* e aparecer *Os Genesis*. Sinceramente, acho que devia ser mesmo obrigatório, por exemplo, na introdução aos estudos literários ou na introdução à literatura ou, mesmo, no ensino secundário, ensinar algumas coisas da Bíblia, porque é a nossa tradição, é o nosso passado, é o nosso substrato, é sobre isto que nós somos feitos. A Bíblia tem coisas terríveis e tem coisas absolutamente extraordinárias, basta pensarmos no *Cântico dos cânticos* ou, por exemplo, no *Evangelho segundo S. João* e em passos como *Olhai os lírios do campo*, que é das coisas mais bonitas que eu conheço. Os lírios do campo que não fiam e todavia são belos, quer dizer, os lírios do campo existem só pela sua beleza, só porque são belos. Isto leva-me, parajá, para Saint-Exupéry, quando ele escreve “é útil porque é belo”, e depois para a questão da arte, que não tem uma função propriamente dita.

Quanto ao processo de criação, eu com um poema não faço nada de concreto, digamos assim, não construo uma casa, não cozinho uma cabidela, que é uma coisa que eu adoro, por exemplo. Não faço nada disso. Com um poema alimento de outra forma as pessoas, e um poema alimenta-me a mim.

Relativamente a *Ágora*, o primeiro poema que escrevi chama-se *Anunciação* (onde é Maria que fala); e confesso que, quando escrevi esse poema,

este e o do Cavalo, tinha ido a um museu em Florença e vi um quadro de um pintor holandês ou neerlandês pouco conhecido (nem me recordo agora exatamente o nome dele). Era um quadro muito bonito e muito sugestivo, porque Maria estava assim com uma cara... À frente dela está um livro (a Bíblia) e um anjo com um dedo espetado. Ela está completamente surpreendida, espantada, amedrontada, assoberbada pela notícia do anjo. De repente, olhei para aquilo e disse: «Eu?», quer dizer, perguntou ela, coitadinha. Ela está ali sossegadinha e, de repente, vem um anjo e diz-lhe: «Tu vais ser a mãe de Deus. Tu vais gerar o filho de Deus». E ela responde, sabemos nós: «Fiat» (faça-se). Mas eu não sei se terá sido assim tão pacífico. No fundo, o poema *Anunciação* exprimiu essa dimensão não pacífica da resposta dela, por isso é que ela diz: «Eu?» e perguntou: «Mas diz-me como, se trago sobre mim um pano de linho tingido de mil céus, se continuo a amar o meu olhar ao espelho, nele passei os olhos como em longo deserto vagueia o peregrino, mas sobretudo, se não ecoa em mim o nome que me dás, nem o meu sim ressoa em nitidez de sino». O anjo responde-lhe: «Tu – diz a voz sem som – o olhar que amas ao espelho nada vale, pois deve ele apagar-se de frente ao que te peço, olha os meus dedos, não sou eu que te peço, é ele que te ordena, o eco que não sentes nada vale, resta-te só dizer: Em mim se faça e fecha o livro, porque os livros não prestam». Também está aqui contida, neste diálogo entre os dois, esta ideia de que às mulheres a questão da educação, a questão do ensino, a questão da sabedoria deveria estar de alguma forma vedada.

Pronto, foi assim que escrevi o primeiro poema e, depois, comecei à procura de quadros e os poemas foram surgindo. Lembro-me que o último, o ultimíssimo poema, *Prece no Mediterrâneo*, surgiu de um lindíssimo fresco do século VI que representa o conhecido milagre dos pães e dos peixes, só que, no meu poema, a voz que fala é a dos refugiados, que dizem: «Em vez de peixes, Senhor, / dai-nos a paz, / um mar que seja de ondas inocentes, / e, chegados à areia, / gente que veja com o coração de ver, / vozes que nos aceitem. / É tão dura a viagem / e até a espuma fere e ferve, / e, de tão alta, cega / durante a travessia / Fazei, Senhor, com que não haja / mortos desta vez, / que as rochas sejam longe, / que o vento se aquiete / e a vossa paz em fim / se multiplique / Mas depois da jangada, / da guerra, do cansaço / depois dos braços abertos e sonoros, / sabia bem, Senhor, / um pão macio, / e um peixe, pode ser, / do mar / que é também nosso». Quando escrevi este poema pensei que estava feito, que o livro tinha acabado. Até porque, a meio da sua escrita, escrevi o primeiríssimo poema do livro, que se chama *O velo de ouro*. Este refere-se à história grega de Jasão, a história do velo de ouro que Jasão traz a Pélias e ele, para o ter, sacrifica uma quantidade imensa de jovens escravos e soldados. É, portanto, assim como o dos refugiados, um poema contra a guerra, contra a questão da heroicidade e, no fundo, que faz a ponte entre o que aconteceu e os nossos dias. *O velo de ouro (da outra história)* diz assim: «*O velo de ouro, aquele!* / ele exclamou // E para o possuir / sacrificou exércitos de escravos /

sem altura nem nome / (se comparados ao dragão maior / protegendo a caverna / dos mistérios) // Eram escravos-soldados, / meninos-quase, muitos, / e as mães dentro do mito / nada disseram, / porque nada puderam dizer // E o velo conquistado no final / era da cor de sangue / e sacrifício, / e o sangue era tão espesso, / fez um tão largo rio, e tão brutal, / que escorreu pelos séculos // E o velo se fez vela, / território, nação, / e o outro no seu sonho (ou pesadelo) / repetiu: *Aquela!* // Gritando, o reclamou // E a matança ascendeu / e se cumpriu, / e protegido pelo dócil pêlo, ele sorriu, / enquanto tantos morriam, / docilmente –». Portanto, o velo se fez vela, território, nação. Que engraçado... quando estou a escrever um poema não penso: agora vou pôr aqui vela porque até dá com velo, velo e vela. É uma coisa feliz, sai assim. Não sei muito bem como é que isso acontece, não sei explicar, mas acontece. Voltando, o velo se fez vela, território, nação e, depois do poema estar escrito, é que eu pensei: olha que curioso, realmente aqui está contido também a história dos descobrimentos, quer dizer, a história da expansão marítima. O velo se fez vela e depois território e depois nação e outro virá reclamando, ou seja, a repetição das ignomínias humanas, da crueldade, da ganância humana.

Vou dizer, agora, uma coisa completamente dos nossos dias, que aconteceu. Fez-me tanta impressão, num mundo que está em guerra real, por causa da pandemia, que é também um tipo de guerra, e em guerra social, pela imensa quantidade de pessoas desempregadas e de pequenos negócios falidos, como um jovem de 18 anos tem uns pais que pagam vinte e tal milhões de euros, ou lá o que é, para ele dar uma volta de dez minutos, ou lá o quanto é que é, lá em cima no espaço. E ele disse: «Ah! É maravilhoso!». Eu acho que isto é quase pornográfico, quer dizer, é...

Para mim, a poesia e a arte são do mundo, ao mesmo tempo que saem do mundo, quer dizer, ao mesmo tempo que não são a vida, mas elas estão ligadas ao mundo. Eu, por exemplo, naquele poema dos refugiados, não preciso de dizer «os refugiados» e falar na Bacia do Mediterrâneo, não preciso de ser explícita, até porque o que ali está pode ser dito sobre outros refugiados quaisquer. Aquilo do velo se fez vela, território ou nação, é tão válido para o tempo dos gregos, quanto é para o nosso tempo, quanto foi no século XII, no século XIII, no século XIV. Será assim enquanto houver seres humanos e enquanto, dentro de nós, existir esta bifronte condição, que é, por um lado, a capacidade de nos darmos aos outros, a empatia, a solidariedade e, por outro lado, a crueldade, a indiferença... Eu quero crer que a grande arte, a arte que me interessa, e a grande literatura é sempre ética, além de estética é ética.

Agora, para fecharmos a apresentação da obra, esta é constituída por trinta e três quadros, trinta e três obras de arte.

Trinta e três? É simbólico.

Em relação ao título que escolheu, *Ágora*, será que tem a ver com estes personagens, que fazem parte das obras de pintura, e remete para uma reunião entre todos?

Pois... tem a ver com isso. Tem a ver com o sentido primeiro da palavra «ágora», o sentido grego, que era a praça onde se reuniam as pessoas para discutirem, para falarem, para debaterem assuntos. Acho que isso, hoje, nos faz muita falta, sabe, até porque está tudo tão polarizado... Eu tenho inclusivamente, e vou só fazer aqui um parêntesis, tenho inclusivamente amigos brasileiros que sempre se deram com a família, mesmo tendo a família opções políticas completamente opostas, e agora deixaram de se falar. Isto é terrível! É como se as pessoas tivessem deixado de se escutar umas às outras. Estou em crer que as redes sociais têm muito a ver com isso. Por exemplo, as pessoas que vêm ao meu *facebook* estão todas de acordo, pois são todas amigas. O algoritmo ou eles sabem daquilo que nós gostamos, portanto, não aparece lá ninguém a insultar-me, nem ninguém que seja contra mim. Tudo se divide assim em caixinhas. Eu acho que é muito importante o debate, a conversa, como digo, o pensamento crítico, não é criticar no sentido de acusar, é pensar sobre as coisas. *Ágora*, no fundo, é isso. Uma inconfidência: o livro não se chamava assim, chamava-se *Fiat*. O Vasco David, da Assírio, gostava imenso do título, mas eu pensei: há pessoas um bocadinho, digamos, chatinhas e depois começam a dizer: «Fiat na virgem e não corras»; «Fiat 600», e eu não quero. De repente lembrei-me de *Ágora*, até porque, de alguma forma, é mais enigmático, pois todos os outros poemas, à exceção daquele que dialoga com a questão grega, têm a ver com o judaico-cristão. Foi assim que eu escolhi o título. É engraçado porque o meu primeiro livro, *Minha senhora de quê*, quando ele foi aceite ou aceitado pela Fora do Texto, que era uma pequena editora de Coimbra, uma cooperativa muito de esquerda, alguns devem recordar-se do nome antigo, Centelha, e aceitaram-no com o título *A impossível sarça*. Portanto, o meu primeiro livro, o seu primeiro título era *A impossível sarça* e foi *A Impossível sarça* até eles começarem a paginar o livro. Eu dizia às pessoas (já contei esta história muitas vezes) *A impossível sarça* e elas, algumas, diziam-me: «A impossível quê?», «Farsa?», «O que é sarça?» Eu pensei: não, não vai ser. Acabei por lhe chamar «*Minha senhora de quê*», porque tinha lá dentro um poema assim intitulado. Aconteceu a mesma coisa num livro que eu tenho que se chama *Imagias* que se chamava, que se chamava... ai, agora não me recordo, daqui a bocadinho vou lembrar-me, e um colega meu, que tem uma pronúncia muito bracarense, disse aquele título e eu pensei: não, não pode ficar o título assim e mudei. Ah, era som, *Um sussurro de som*, o título era *Um sussurro de som* e chamei-lhe *Imagias* que não tem nada a ver, pronto.

Eu costumo dizer que é completamente diferente fazer um livro de escrever poemas. Quando escrevo poemas isto não obedece a nenhum tipo de... a escrita de um poema pressupõe, para mim, o espaço maior de liberdade que conheço. É claro que tenho que lutar com a palavra, mas não sinto necessi-

dade de coerência nenhuma, de organização nenhuma. Quando componho um livro, na minha cabeça, tem de ter coerência e o seu título tem de ser um título pensado, coisa que não acontece tanto com os poemas.

A Ana Luísa tem publicado várias obras dirigidas ao público infantil, que é uma vertente completamente diferente, não é?

Não é tão diferente assim. Às vezes considera-se que a literatura para a infância é um género menor. Não é um género menor, nem maior. Quando é boa, é literatura, pelo menos é assim que eu vejo as coisas. O primeiro conto que eu escrevi foi *Gaspar, o dedo diferente*, que é um dedo indicador chamado Gaspar. Escrevi esse e mais dois, nos Estados Unidos, a minha filha era pequena. A primeira pessoa que os leu disse: «Ana Luísa “Amarral” (ela tratava-me por Ana Luísa “Amarral”) os contos são “marravilhosos”, eu “adorro”, tem que “publicarr”», foi a Ilse Losa. Ela era uma enorme escritora para a infância. Alemã, judia, fugida da Alemanha por causa do nazismo, para cá veio. Casou-se Ilse Lieblich Losa com o arquiteto Arménio Losa, teve duas filhas, a Alexandra e a Margarida Losa, e era grande, enorme amiga e colega. Mas, para mim, aquela que é insuperável é a Sophia. Eu, quando aos nove anos de idade li *O Cavaleiro da Dinamarca*, fiquei com 39 graus de febre e não passava. Estava absolutamente... porque é tão bonito, tão bonito. A história, o seu resumo, é de uma simplicidade atroz, conta-se em dois minutos. Portanto, o que é que resta? As palavras. São as palavras que são belas. É como Shakespeare. Se eu quiser dizer de que é que trata *A tempestade*, conto-lhe em dois minutos. O que é que dali resta? Resta, por exemplo, a fala de Calibã: «não tenhas medo, a ilha tem ruídos, sons, doce ares sem doer deleitam (...)» ou “somos feitos da mesma matéria que os sonhos». Isto é extraordinário.

Retomando, eu escrevi esses três contos para a minha filha Rita, que tem agora trinta e sete anos, na altura tinha cinco e vivíamos nos Estados Unidos. Mandei-os para a Ilse Losa, como disse, e para a editora Campo das Letras, no Porto, e eles imediatamente publicaram. A partir daí, comecei a escrever para a infância.

A grande diferença entre escrever para crianças e os poemas é que eu, nos contos, sinto um enorme prazer, ao passo que a minha poesia angustia-me. Para crianças eu rio-me sozinha. Lembro-me que *A história da aranha Leopoldina*, por exemplo, começa: «Era uma vez uma aranha [...]» (a aranha sou eu, claro, é muito autobiográfica) «[...] simpática e gordinha, / como são normalmente as aranhinhas. / (É certo que há aquelas / que, mesmo sendo belas / não resistem a dar umas picadinhas... / Mas esta era uma aranha / talvez um pouco estranha, / mas engraçada e muito boazinha.)» E porque é que ela era um pouco estranha? Porque era uma aranha que não queria fazer teia, só queria fazer meia. Era uma aranha diferente. «[...] As amigas da Aranha Leopoldina / bem lhe diziam: «Isso não se faz! / Uma aranha a valer / conhece o seu dever: / fazer teia para a frente e para trás.»»

Isto está a refletir um bocadinho a sua personalidade?

Sim. «[...] A mãe acrescentava, / com ar de aranha brava / (que era um disfarce para a sua confusão): / «Para trás, para a frente, / a nascente, a poente, / nos tectos, nas folhinhas, ou no chão. / Deve fazer a teia, / e não fazer a meia. / Por isso tu tens patas, e não mãos!»». Mas o que é certo é que a aranha gostava de fazer meias e, no fim, ela consegue fazer meia. Eu acho que é um livro, tal como *Gaspar, o dedo diferente*, sobre as diferenças. Do conto a *Lengalenga de Lena, a hiena*: «[...] Havia uma hiena / chamava-se Lena, / tinha a pele morena, a pata pequena / e um ar tresmalhado [...] viver num telhado [...]». O que é que ela queria? Ela queria voltar para a savana porque uma hiena não pertence a um telhado. Outro exemplo: no *Como tu*, um livro que me pediram para escrever sobre educação sexual, eu achei que não precisava de falar de órgãos sexuais, até porque, para mim, educação sexual é a educação para a vida. Não vou dizer: o Dinis tem pénis e a Marina tem vagina, por exemplo. Não vou dizer isso, no meu conto, eu vou falar de outras coisas, vou falar do tempo de crescer, do crescimento, das famílias, dessas coisas que eu acho que são realmente importantes. O último poema desse *Como tu* acaba assim: *Cuidar do tão diferente como tu*, diz assim: «Vivemos todos neste mundo belo que às vezes tem pessoas que não são tão belas e é preciso cuidado, mas geralmente, tal como o céu e o mar se sabem reunir, estão lado a lado, embora separados na linha de horizonte, assim vivemos nós. E é então que o cuidado se torna um outro cuidado. É então que cuidar, quer dizer proteger, guardar, unir. Pois neste mundo todo é o sentir que junto ao cão, a lontra ao caracol e também o menino e a menina e o pai e a mãe e a tia o tio e a avó a amiga ou o amigo e o albatroz também e os pinguins e ainda as plantas todas e o feijão que ao acordar da sua cama de algodão deita folhinhas leves de verde muito verde quente. Todos somos iguais nesse sentir e assim vivemos nós, como eu e tu, sozinhos mas também acompanhados, iguais e tão diferentes». Então, nenhum destes poemas fala em relações sexuais ou fala em sexo, porque não precisa, nós somos seres sexuados; portanto a educação sexual é a educação para a vida. Respondi?

Respondeu, respondeu.

Falei um bocadinho demais, não é?

Não, de maneira nenhuma. A poesia da Ana Luísa é muito profunda, há coisas muito belas mas há coisas muito, como diz a Ana Luísa, que mexem consigo. Se calhar, depois de escrever dois ou três poemas, precisa de escrever um livro infantil.

Pois é isso, é isso.

Eu sei que a Ana Luísa tem uma filha e esse facto é muito importante para nos inspirarmos a escrever para crianças, mas a sua filha neste momento já é uma pessoa adulta e a Ana Luísa continua e, esperemos, continuará a escrever.

Vou. Vou continuar, mas o que eu gostava mesmo de ter, isto fica aqui entre nós, era um neto ou uma neta, porque aí...

Então agora que estamos a falar da Rita, a Ana Luísa Amaral tem vários poemas dedicados a ela e eu vi um que me deixou fascinada. Até tinha dito à Ana Luísa que, se ela não o tivesse, eu ler-lo-ia.

Quer que eu leia?

Quero, sim. É o poema: *Um pouco só de Goya: carta a minha filha*.

É um poema que parte, um pouco, do belíssimo poema de Jorge de Sena, *Carta a meus filhos sobre os fuzilamentos de Goya*, e, por outro lado, do célebre quadro dos fuzilamentos de Goya, em que está aquele homem de braços abertos com a camisa branca. O quadro é tão extraordinário, que eu pensei que era um quadro grande, mas não é, é um quadro relativamente pequeno. Este é o momento exato do fuzilamento. Ao lado do homem estão várias pessoas a torcer-se e um padre a chorar, somente aquele homem está ali de braços abertos, com sua camisa branca, de peito aberto às balas, digamos assim. É a ideia de inteireza, de dignidade. Emily Dickinson, a minha Emily Dickinson, tem um poema maravilhoso que diz «Espingarda carregada, a minha vida», “«*My Life had stood – a Loaded Gun*» portanto, a minha vida foi uma arma carregada, uma espingarda. Isto dá uma imagem tremenda: a espingarda está carregada, não disparou ainda, mas está carregada, está prestes a disparar, tal como aquele homem do quadro de Goya.

Voltando ao meu poema, quando o escrevi para a Rita, lembrei-me de uma coisa que ela me disse, tinha para aí quatro anos: «Ó mãe, a vida é uma fila, é uma filinha, primeiro veio o avô Amaral» (o avô Amaral era o meu avô, já morreu), «depois veio o Paulinho» (o Paulinho era o meu pai, que também já morreu) «depois vens tu, depois venho eu». Com esta ideia de que a vida é uma filinha, escrevi: «Lembras-te de dizer que a vida era uma fila? / Eras pequena e o cabelo mais claro, / mas os olhos iguais. Na metáfora dada / pela infância, perguntavas do espanto / da morte e do nascer, e de quem se seguia / e porque se seguia, ou da total ausência / de razão nessa cadeia em sonho de novelo. / Hoje, nesta noite tão quente rompendo-se / de junho, o teu cabelo claro mais escuro, / queria contar-te que a vida é também isso: / uma fila no espaço, uma fila no tempo, / e que o teu tempo ao meu se seguirá. / Num estilo que gostava, esse de um homem / que um dia lembrou Goya numa carta a seus / filhos, queria dizer-te que a vida é também / isto: uma espingarda às vezes carregada / (como dizia uma mulher sozinha, mas grande / de jardim). Mostrar-te leite-creme, deixar-te / testamentos, falar-te de tigelas — é sempre

/ olhar-te amor. Mas é também desordenar-te à / vida, entrincheirar-te, e a mim, em fila descontínua / de mentiras, em carinho de verso. / E o que queria dizer-te é dos nexos da vida, / de quem a habita para além do ar. / E que o respeito inteiro e infinito / não precisa de vir depois do amor. / Nem antes. Que as filas só são úteis / como formas de olhar, maneiras de ordenar / o nosso espanto, mas que é possível pontos / paralelos, espelhos e não janelas. / E que tudo está bem e é bom: fila ou / novelo, duas cabeças tais num corpo só, / ou um dragão sem fogo, ou unicórnio / ameaçando chamas muito vivas. / Como o cabelo claro que tinhas nessa altura / se transformou castanho, ainda claro, / e a metáfora feita pela infância / se revelou tão boa no poema. Se revela / tão útil para falar da vida, essa que, / sem tigelas, intactas ou partidas, continua / a ser boa, mesmo que em dissonância de novelo. // Não sei que te dirão num futuro mais perto, / se quem assim habita os espaços das vidas / tem olhos de gigante ou chifres monstruosos. / Porque te amo, queria-te um antídoto / igual a elixir, que te fizesse grande / de repente, voando, como fada, sobre a fila. / Mas por te amar, não posso fazer isso, / e nesta noite quente a rasgar junho, / quero dizer-te da fila e do novelo / e das formas de amar todas diversas, / mas feitas de pequenos sons de espanto, / se o justo e o humano aí se abraçam. / A vida, minha filha, pode ser / de metáfora outra: uma língua de fogo; / uma camisa branca da cor do pesadelo. / Mas também esse bolbo que me deste, / e que agora floriu, passado um ano. / Porque houve terra, alguma água leve, / e uma varanda a libertar-lhe os passos.»

Pronto, é este o poema. É engraçado, porque quando acabei de o escrever eu tinha: «uma varanda a proteger-lhe os passos»; e depois, passados dois ou três dias, corrigi para: «uma varanda a libertar-lhe os passos»; a abrir e não a fechar, porque a minha filha é realmente maravilhosa... é um ser humano fantástico.

E agora, saindo deste momento mais poético, queria perguntar-lhe qual foi a sua reação relativamente ao Prémio Rainha Sofia, qual foi a sua reação quando lhe ligaram a dar a notícia?

Foi uma coisa engraçadíssima. Eu sabia que tinha sido proposta, mas o júri é composto por cerca de trinta pessoas, é muita gente, e não havia nenhum português, eram só espanhóis e franceses. Nunca pensei, sinceramente, que venceria, até porque toda a gente que tem aquele prémio, à exceção do Nuno Júdice, são pessoas com oitenta e muitos anos. A Claribel Alegria, coitadinha, morreu passado três meses de ter o prémio, já tinha oitenta e seis anos. Pensei que seria impossível.

O que é certo é que andava eu a passear a minha cadela, a Mily Dickinson, não Emily, num jardim aqui mesmo ao lado de casa, e vi, no telemóvel, um número espanhol 0034. Era do Património Nacional: «Dona Ana Luísa Amaral, vai falar-lhe a diretora do Património Nacional», mas eu não liguei nenhuma, nem sabia o que era o Património Nacional, confesso. Ao ouvir que

tinha ganho o prémio, fiquei um bocadinho tola e disse-lhe: «Pero és seguro?» e ela disse: «Seguro, seguro, seguro!».

Cheguei a casa e liguei à Rita: “«Rita, ligaram-me agora de Espanha, vê tu, a dizer que eu tinha ganho o Prémio Rainha Sofia» e a Rita disse-me: «Ó mãe, de certeza?», e eu disse: «Eu acho que sim, porque a senhora era do Património Nacional, espera... estão a ligar-me outra vez de Espanha, deixa-me atender» e era o *El País*. Logo a seguir ao *El País*, ligou-me o *ABC* e os jornais todos espanhóis e a televisão espanhola e não sei quê, não sei quê, não sei quê. Eu, mal desliguei do *El País*, liguei à Rita a dizer: «É, é!», tive aí a confirmação, naturalmente.

Foi uma sensação maravilhosa, porque é um reconhecimento pelo meu prazeroso trabalho. Eu tenho que escrever, eu não sei viver sem escrever. O meu poema *Desejava esquecer*, mas elas não me deixam, diz: «*Desejava esquecer, mas elas não me deixam, / chegam com seu tear e sua mão cruel, / e sobre mim ensaiam um cansaço que há séculos / lhes tem sido alimento*», quer dizer que o que eu queria, no fundo, é ter uma vida mais, entre aspas, normal, mas isso é impossível. Escrever é o meu trabalho mas não é profissão. A minha profissão foi ser professora universitária, escrever é algo que eu faço porque tenho e preciso de fazer. Como disse, eu não sei viver sem escrever e sem ler, as duas coisas, porque acho que quem escreve é também um leitor ou uma leitora. Já não sei qual era a pergunta...

Era para saber qual foi a sua reação quando...

Ah! É um prémio extraordinário, por um trabalho de criatividade. Em certa medida ele vai para lá do Camões, porque refere-se à língua portuguesa e à língua espanhola. Geralmente são os espanhóis e, em especial os da América Latina, que o têm. Só dois portugueses e um brasileiro, João Cabral de Melo Neto, é que foram premiados.

Quem venceu o prémio foi o Nuno Júdice e a Sophia de Mello Breyner, mas não sei com que idade, já não me recordo...

Foi há dez anos, penso eu, um há vinte e outro há dez.

Muito provavelmente a Ana Luísa Amaral é a autora mais jovem a receber o prémio.

Pois é, de certeza, de certeza absoluta.

Depois, logo a seguir, ligamos nós, do Município de Amares, a dar o prémio Francisco Sá de Miranda.

Pois foi. Aliás, quem me ligou primeiro foi o Vasco David.

É que precisámos de lhe ligar para saber o seu número de telefone.

Pois. Eu adoro Sá de Miranda, portanto foi muito bom. Entretanto, tinha estado em Évora a receber o prémio Vergílio Ferreira.

Foi um ano maravilhoso.

Foi. O pior foi a pandemia.

A pandemia e os jornalistas que não a largam.

Muitos e muitas. Muitos convites e muitas entrevistas. Eu já não sei o que é que hei-de fazer à minha vida, mas não me queixo. Assim como não tenho razão nenhuma de queixa relativamente à pandemia. Eu tenho comida, um teto e suporte afetivo da minha filha, dos meus amigos e amigas. Há quem não tenha nada disto.

Há quem tenha a vida virada ao contrário com a pandemia.

Virada ao contrário, mesmo virada ao contrário...

Como é que foi este período, porque para alguns autores até foi um período bom para produção literária.

Os primeiros seis meses foram terríveis, até porque a minha mãe, que tem oitenta e nove anos e é uma pessoa complicada, estava aqui em casa. Ela não fazia nada, sentava-se e eu tinha de fazer tudo, percebe.

Na altura, falei com a Lídia Jorge, e ela disse-me exatamente a mesma coisa: «Ó Luísa, eu não consigo escrever nada, tudo o que escrevo é mau», e era péssimo. Eu bem escrevia coisas mas aquilo não prestava para nada.

Acho que toda a arte, mas isto é uma opinião completamente pessoal, podem discordar à vontade, existe sempre nos hiatos, nas falhas, até porque a arte tenta sempre atingir a plenitude mas nunca o consegue. Costumo dizer que Deus, se houver Deus, não precisa de escrever poesia, não precisa de pintar, não precisa de criar nada, porque Deus já é a plenitude. E a arte, porque é do domínio do simbólico, é aparentemente aquilo que não é necessário, mas são aqueles gestos que nos tornam humanos e que nos relacionam uns com os outros. A arte surge sempre de uma falência qualquer. Quando há emoções violentíssimas, que podem ser de alegria, podem ser de tremenda felicidade, mas também podem ser de um enorme choque, que foi o que aconteceu com a pandemia, não se escreve nada de jeito.

Essa emoção ocupou e preencheu-nos demasiado, criando uma sensação de plenitude de grau negativo. Como se nós não conseguíssemos aguentar nada mais. Um grande poeta inglês, William Wordsworth, disse que a poesia, além de ser o extravasar de sentimentos poderosos, partia das emoções relembradas na tranquilidade. Eu acredito nisto. Há a emoção e, depois, o que há é o relembrar, na tranquilidade, da emoção. E a tranquilidade não tem que ser obviamente o sossego, porque eu acho que o sossego também não dá para escrever. Tem que haver um distanciamento, mas é preciso inquietação, é preciso desassossego. Fernando Pessoa, no poema *Isto*, descreve-o muito bem, quando diz: «É como que um terraço / Sobre outra coisa ainda. / Essa coisa que é linda.», «O poeta é um fingidor / Finge tão completamente / Que

chega a fingir que é dor / A dor que deveras sente.» A dor que deveras sente foi a pandemia e, depois, para se chegar ao fingir, que é dor, foi preciso que a poeira assentasse. De certa forma, eu acho que a poeira já assentou. Temos de continuar. Nos últimos tempos, estranhamente, comecei a escrever e recomencei de tal forma que tenho um livro pronto. Vai sair agora, em outubro.

Já reflete um bocadinho daquilo que se passou na pandemia?

De alguma maneira, sim. Chama-se *Mundo* e tem poemas de amor, como, por exemplo, *A formiga* ou *A aranha*, que é um poema meio jocoso, começa assim «Começa a dar as tuas pernas meu amor», e poemas políticos, que falam da *pólis*, não de ideologias.

Estamos curiosos para recebê-lo. No livro *What's in a name*, há alguns poemas que referem um bocadinho a vida do quotidiano e, de forma curiosa, brinca com as palavras quando fala de gastronomia.

Ah, sim! E olhe que essas receitas funcionam.

São lindíssimos. Não nos quer falar um bocadinho sobre...

No meu livro *E todavia* tenho duas outras receitas: *Arroz de tomate em quantidade incerta* e *Ervilhas com ovos*; neste *What's in a name* é a *Empada de frango*.

A maneira como descreve a empada de frango..., o poema *A castanha*, também, é assim?

Eu gosto muito de *A castanha*, mas esta castanha não tem a ver com gastronomia, até porque é uma castanha brava. Os meus amigos brasileiros têm feito arroz de tomate através do meu poema *Arroz de tomate* e dizem que funciona maravilhosamente. Portanto, eu acho que, no fundo, tudo pode ser posto em poesia. O *Arroz de tomate (em quantidade incerta)*, do livro *E Todavia*, diz assim: «Picar uma cebola // Sempre assim se começa / um bom arroz: / que seja terna e bela, / essa cebola // Picar um dente de alho, / um só, / reduzir devagar / as suas sílabas // Azeite generoso / como a luz, / e refogar um pouco // Depois, sem pele, / ou seja, nus, / alguns tomates / grandes e maduros, / escandidos em pedaços // Deixar em paz / durante um quarto de hora / (pretexto de sentir / outros perfumes) // Acrescentar / duas chávenas de água / e, em fervendo o lume, / uma de arroz // Toque de artista agora, / um quadro a Flandres / em oblíqua cor: // meio pimento cortado, / à mão, / e com amor / (é proibido o gume, / que a guerra: / é tão presente) // A seguir, salsa em ramo / muito verde // Baixar calor, / não tapar completamente // Uns dezoito minutos / do mais veloz perfume / e está o arroz pronto / a ir à mesa // Ousado / e a escaldar, / como se fosse Agosto // (Umás rodela de limão, / ao lado / dão-lhe uma certa graça).» Vê, tudo pode ser posto em poesia.

A poesia não mora nas coisas, mora no olhar de quem as vê. É como o amor. A poesia é uma forma de amor, porque a poesia é uma forma de fé. E, tal

como o amor, a fé é um salto no escuro. Quando uma pessoa ama, ama porquê? O que é que nos faz amar aquela pessoa? É a forma de andar? É a forma de olhar? E, se olhar de outra maneira, o que é que nos faz desamar? Que é outra coisa estranhíssima. Como é que se amou e depois se desama? Como é que vem a paixão e depois o desapaixonamento? É uma coisa que não se consegue explicar, mas é verdade. E, naquele momento, amar também é plenitude. A poesia é, de alguma maneira também uma forma de amor. Já dizia Camões que o amor é um não sei quê, que nasce não sei onde, vem não sei como e dói não sei porquê. E dói, de facto.

Depois de ler o *Ágora*, achei muito interessante esta versão ligada à gastronomia. A Ana Luísa Amaral também deve gostar de cozinhar.

Cozinhar e comer, as duas coisas, até porque cozinhar pode ser um gesto de amor. Podem dizer que esta coisa da cozinha é muito feminino. Porquê? Repare: os homens são chefes e as mulheres cozinham para a família, não é? Mas são essas coisinhas que também fazem a vida. Há alguns anos, escrevi um poema, que agora vai ser difícil encontrá-lo e eu, infelizmente, não o sei de cor, mas começa assim: «*Se a guerra viesse agora / em forma de canção, o céu tão / de laranja de repente / obliterando o sol, / se a guerra aqui viesse / [...] não via essa varanda de traseiras, / sapatos de criança em parapeito a este / sol oblíquo? ou a rapariguinha para a / escola, o cabelo molhado e / limpo?...*». O que é isto? São os pequeninos gestos, os pequenos ofícios de silêncio e amor. Miguel Torga tem um poema muito bonito que diz assim: «A vida é feita de nadas; / De grandes serras paradas / À espera de movimento; De searas onduladas / pelo vento; / De casa de moradia / Caiadas e com sinais / De ninhos que outrora havia / Nos beirais; / De poeira; / De ver esta maravilha: / Meu Pai a erguer uma videira / Como uma Mãe que faz a trança à filha.» É claro que isto é uma divisão de tarefas, naturalmente, o homem ergue a videira e a mãe faz a trança à filha. Sendo um poema ali dos anos trinta, não se pode esperar que o Miguel Torga fosse um revolucionário no que diz respeito às questões de género. Agora o que é bonito é que pode ser a mãe a erguer uma videira e o pai a fazer a trança à filha.

No meu *Como tu*, no poema *Também respiram as casas*, essa questão está presente: «E pode ser que o pai / seja diferente / e a mãe seja diferente / das mães e pais que tu conheces mais. // Ou pode ser / que haja só pai ou mãe / na casa / onde tu estás. // Ou até podes viver / com os avós, os tios, / ou mais amigos, / tudo isto pode ser, / e tudo é bom, / desde que se ouça a casa / a respirar. // **Aaaaahhhh, faz a casa, / quando sente as pessoas / a ficar!**» O que eu acho é que, no fundo, são estas coisas do dia-a-dia, os pequeninos gestos, que fazem a vida.

Em relação à questão das mulheres, deixem-me ler o poema *O Véu* de Verónica, do livro *Ágora*: «Diz-se que o lenço é uma lenda, /que não cumpre as histórias / eleitas para o Livro [...]» (livro com maiúscula reparem) «[...]

Diz-se que o lenço é uma lenda, /que não cumpre as histórias / eleitas para o Livro // Mas eu recordo, / em fina nitidez essa manhã / e a arca com os panos / e os lenços // Não era como a arca / onde coubera tudo: bichos e gente, e água e mantimentos; e ainda / os justos, os que tinham direito à salvação que, sendo embora / poucos, ocupavam um espaço / mais largo que serpente // Também não era a arca a ouro e a rubis / onde muito mais tarde / haviam de guardar fortunas e tesouros / e prata, e jóias de valor sem nome, / tão ao revés do nome / e das palavras d'Ele // A minha arca / era pequena, tinha perfume de sândalo / e incenso, dela tirei o lenço / e enrolei-o em mim, e fui - // Fui pelo meio / à multidão gritante, e vi-O ali, de encontro / à exaustão e ao suor, à inquietação de alma / mais cruel // Outras mulheres nos viram e jurarão por mim: / que eu encostei o lenço à Sua face, / e que ela ali ficou, a Sua face, impressa / como lei // E mesmo no mais raso sofrimento, mas quase livre já, / Ele olhou-me de frente, // e eu disse-lhe Senhor, se / a prova da verdade / à espera de lembrança é o meu véu, / aqui o tendes // aqui o tendes // faça-se nele / a história sobre a história que eu sei / e Vós sabeis // E Ele sorriu, pareceu-me, / e o seu rosto agora não era já o rosto / em espelho no meu véu / nem o rosto do deus dos justos e dos donos / da palavra, mas o rosto de todos os que habitam os restos / e o rasto da justiça.»

Isto, para mim, é o Cristianismo: os que habitam os restos e o rasto da justiça. O que eu quero dizer é que esta questão do pequenino, do minúsculo, do aparentemente insignificante, o aparentemente sem valor, muitas vezes até aqueles gestos que nos queixamos todos os dias (lá tenho eu outra vez ter que pensar o que é que vou fazer para o almoço, o que é que vou fazer para o jantar e amanhã outra vez levantar-me, outra vez pequeno-almoço, outra vez não sei quê, não sei quê), esses gestos são os gestos da vida.

Uma guerra, por exemplo, vem, destrói tudo e deixa de haver esses pequenos ofícios repetidos de silêncio e de amor de que nos queixamos. O verdadeiro cristianismo é isso.

Para finalizarmos, neste momento de grandes mudanças de paradigmas em que o digital se sobrepõe à leitura e à escrita, que conselhos nos podia deixar?

Para aqueles que ensinam poesia e literatura acho que o primeiro gesto, eu sei que é necessário cumprir os programas, mas o primeiríssimo gesto, antes mesmo de analisar um poema, é lê-lo em voz alta, pô-los a ler e a ouvir o poema. Mostrar-lhes, por exemplo, que a leitura pode ser uma coisa extraordinária que nos pode levar para outros caminhos diferentes. Diferentes daqueles que nos leva, por exemplo, a televisão, o *Youtube* ou a *Netflix*.

Eu vou, muitas vezes, a escolas e, sobre A história da aranha Leopoldina, fazia a seguinte experiência com os mais pequenos: chamava o da frente e perguntava-lhe de que tamanho era a aranha e ele respondia com um gesto; depois perguntava ao de trás, que não via o que disse o da frente; por último,

ao do fundo. No final, concluía: «estão a ver? Para o João a aranha é pequena, para o Tiago a aranha já é maior, mas para o Francisco a aranha é enorme. Ou seja, a aranha, que não existe de facto (não há uma aranha Leopoldina aí a passear de um lado para o outro, ela passeia só nas palavras e no livro) é diferente para cada um de vós. Porquê? Porque vocês a imaginam de uma outra forma.»

Eu acho que as crianças percebem exemplos muito concretos, do tipo: «tu sabes que nós, hoje, para saber o que é um vulcão, não precisamos de estar junto de um, podemos ver um vulcão na televisão. Mas nem sempre assim foi. Não há muito tempo, as pessoas só conseguiam imaginar vulcões pela descrição dos vulcões.» A imagem em movimento veio revolucionar tudo, não é? A imaginação...

Outro exercício ou convite que podemos fazer é dizer-lhes assim: «olhem, vamos fazer um pacto: podem ver televisão, podem ver filmes, podem o que tu quiserem, mas todas as semanas vão ler três páginas de um livro, de tal maneira que, no fim do mês, já com o livro todo lido, vão trazê-lo e vamos todos conversar sobre ele.» Tem de ser um livro que não seja obrigatório.

No caso da poesia é mostrar-lhes que a poesia é música. Eu sei que é possível, porque tive anos a fio a dar aulas de poesia a gente que não gostava de poesia, ou que achava que não gostava, ou que tinha medo da poesia ou que achava que a poesia era muito difícil. Por exemplo, como se ensina a métrica inglesa? É muito difícil? Não. Conhecem os Pink Floyd? Sim. Estávamos na altura da *The Dark Side of de Moon* e «We don't need no education / We don't need no thought control / No dark sarcasm in the classroom / Teacher, leave them kids alone / Hey! Teacher, leave them kids alone...» Toda a gente conhecia. Agora, reparem na sua métrica: We/don't/need/noedu/cation/We/don't/need/no/thought/control/. Em seguida, façamos o mesmo no poema do grande romântico inglês do século XVIII, William Blake: Tyger/Tyger,/burning/bright,/Inthe/forests/ofthe/night. Estão a ver, a música é igual. Desta maneira eles passaram a gostar de poesia, de tal maneira que, uma vez, numa manifestação, uma aluna minha veio ter comigo e disse-me assim: «Ó profesora, lembra-se de mim?» «Lembro-me da cara», respondi-lhe. E ela diz-me: «"Tyger Tyger, burning bright, / In the forests of the night" Vê, não me esqueci, é Blake». Ela não se lembrava de nada do que é que tinham escrito sobre o Blake, não se lembrava de crítica nenhuma sobre o Blake, nem de análises literárias nenhuma, mas lembrava-se do poema, que é o mais importante.

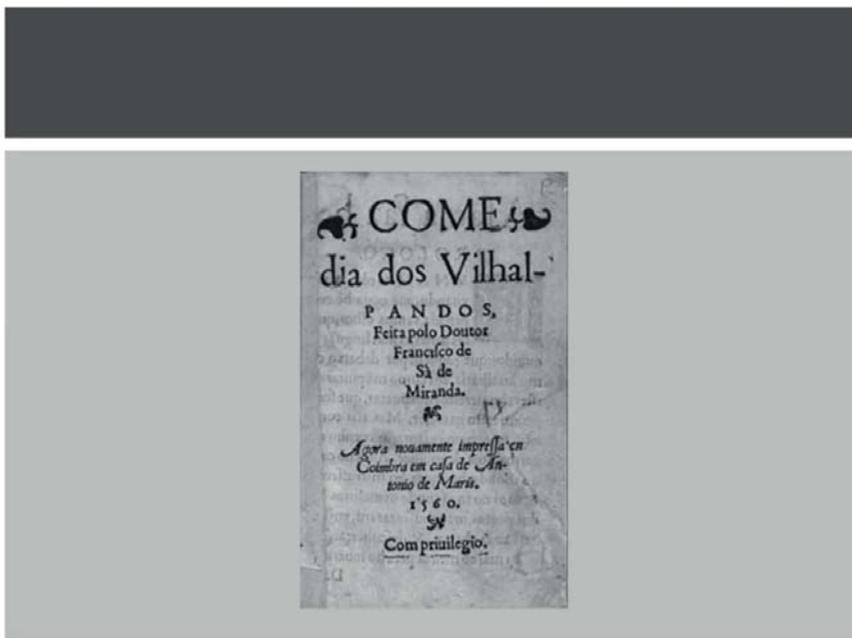
Assim, com o passar deste pequeno testemunho, concluo o meu contributo.

E de passar também um pouco da paixão.

Exatamente, a paixão, porque é fundamental que haja paixão. Se a gente não tem paixão, se não gosta daquilo que faz, o outro sente isso muito bem, muito bem.

Muito obrigada!

Muito obrigada, eu.



COLÓQUIO
INTERNACIONAL
REPENSAR
SÁ DE
MIRANDA
E O RENASCIMENTO

Patrícia Monteiro
comunicacao@municipoamares.pt



Estância, tirada d'ũa sua
Tragedia, Intitulada
Cleopatra -
q'anda
assi per fora -

A mor, e fortuna, são
d'ous d'ouzes, q' h'os antigos,
ambos h'os pintara cegos,
ambos nã seguem razão
ambos h'os mores amigos,
poem em mais defassezagos -
ambos sam sem piedade -
ambos se passam sem tino,
do q'erer, o nam querev -
ambos nam tratam verdade -
Amor, h'e cego e m'ijino -
fortuna, cega e mullar -

Ms T - BN

que los os segun
Outra Sua ao Amor
e a fortuna -

A mor e fortuna são
d'ous d'ouzes q' os antigos
ambos os pintara cegos
ambos h'os cegem cozas
d'as mores amigos
ambos nã tem piedade
de querev, as nã querev
ambos nã fala d'ordade
amor h'e cego m'ijino
fortuna h'e cega mullar.

Ms BNE



Apógrafos parisienses de Francisco de Sá - PowerPoint

ARQUIVO PÁGINA INICIAL INSERIR DESIGN TRANSIÇÕES ANIMAÇÕES APRESENTAÇÃO DE SLIDES REVISÃO EXIBIÇÃO FERRAMENTAS DE IMAGEM FORMATAR

Conta da Microsoft

Colóquio dedicado ao Poeta da Tapada reuniu especialistas de várias universidades

Realizou-se nos dias 29 e 30 de abril o “Colóquio Internacional Repensar Sá de Miranda e o Renascimento”, uma iniciativa do Centro de Estudos Mirandinos. Inteiramente *online*, devido à atual situação sanitária, o evento, que contou com cerca de 80 participantes, reuniu especialistas sobre Sá de Miranda e sobre o século XVI de várias universidades portuguesas e estrangeiras, entre os quais os professores José Augusto Bernardes (Universidade de Coimbra), Marcia Arruda Franco (Universidade de São Paulo), Vanda Anastácio (Universidade de Lisboa), Orlando Grossegeisse (Universidade do Minho), André Corrêa de Sá (Universidade de Santa Barbara, Califórnia), Jorge Vicente Valentim (Universidade de São Carlos), José Camões (Universidade de Lisboa) ou ainda Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago de Compostela).

Durante dois dias, a obra de Sá de Miranda foi, assim, reexaminada sob diversos ângulos interpretativos, o que permitiu destacar a sua forte densidade semântica e a riqueza de caminhos que nela é possível percorrer.

“Francisco de Sá de Miranda é uma das maiores figuras da nossa história literária e este colóquio veio reafirmar isso mesmo. Quando nos propusemos organizar esta iniciativa tínhamos um único objetivo: dar a conhecer a obra do Poeta, revisitando-a criticamente, nas vertentes filosófica e estética e nas suas várias modalidades expressivas, assim como analisar o Renascimento enquanto manifestação de uma nova forma de conceber e ver o mundo”, referiu o Vereador da Cultura do Município de Amares, Isidro Araújo. “Na verdade, todos os oradores honraram, de forma brilhante, este nosso propósito. Assistimos a comunicações fabulosas e muito enriquecedoras do ponto de vista cultural, académico e científico e é com muito orgulho que constato que conseguimos manter *online*, durante dois dias, cerca de 80 pessoas no objetivo comum de dar voz a este grande vulto das letras”, acrescentou o vereador da Cultura.

Manifestando a sua satisfação com os resultados do colóquio, Isidro Araújo, deixou um agradecimento muito especial à comissão organizadora e a toda a equipa científica, técnica e logística, do evento pela “excelência” do colóquio.

CEM antecipa possibilidade de novo encontro científico

A avaliar pelos participantes do colóquio, os objetivos do encontro foram plenamente atingidos. Tratava-se de chamar a atenção da obra de Sá de Miranda e, mais latamente, da constelação estética, cultural e ideológica do Renascimento. Tanto pela diversidade dos temas abordados como pelos debates e pelas discussões científicas em torno de temas e tópicos apresen-

tados, a organização do evento não tem dúvidas em afirmar que o colóquio foi um momento marcante para os estudos mirandinos. Levantaram-se várias questões científicas de grande pertinência, apontaram-se novos caminhos de estudo da obra mirandina, problematizaram-se assuntos. Outro objetivo cumprido do evento foi alargar o seu âmbito de incidência aos professores do ensino secundário, a quem cabe a importante tarefa de iniciar as crianças e os jovens à leitura do poeta do Neiva. Foram várias dezenas a participarem e a interagirem nos momentos de debate e discussão. “Ler, pensar e falar de Sá de Miranda”, como refere Sérgio Guimarães de Sousa, diretor do Centro de Estudos Mirandinos, entidade organizadora do colóquio, “não significa apenas recuar ao século XVI. O poeta é, pois, suficientemente denso e significativo para nos levar a refletir sobre problemáticas ainda hoje atuais, como é o caso, só para mencionar um exemplo, da questão da relação do direito e da justiça com o poder”.

O sucesso desde primeiro colóquio promovido pelo Centro de Estudos Mirandinos deixou antever a possibilidade, segundo Sérgio Sousa, de se realizar em 2022 um segundo encontro científico.

ANIVERSÁRIO
DE
NASCIMENTO
DE FRANCISCO
DE SÁ DE
MIRANDA

Patrícia Monteiro
comunicacao@municípioamares.pt

28 de agosto - Aniversário de nascimento de Francisco de Sá de Miranda

O Município de Amares assinalou, no dia 28 de agosto, o aniversário de nascimento de Francisco de Sá de Miranda, através da colocação de uma placa comemorativa com o poema “O sol é grande, caem co’a calma as aves”, na fachada principal da Galeria de Artes e Ofícios, localizada na Praça do Comércio. A respetiva placa encontra-se junto ao mural denominado “A Geira”, criado pelo artista Juan Domingues, onde se encontra, juntamente com os ícones D. Gualdim Pais e António Variações, a figura incontornável do grande poeta da Tapada, Francisco de Sá de Miranda.

Crê-se que Sá de Miranda terá nascido em 1487, em Coimbra, e morreu em 1558, em Amares.

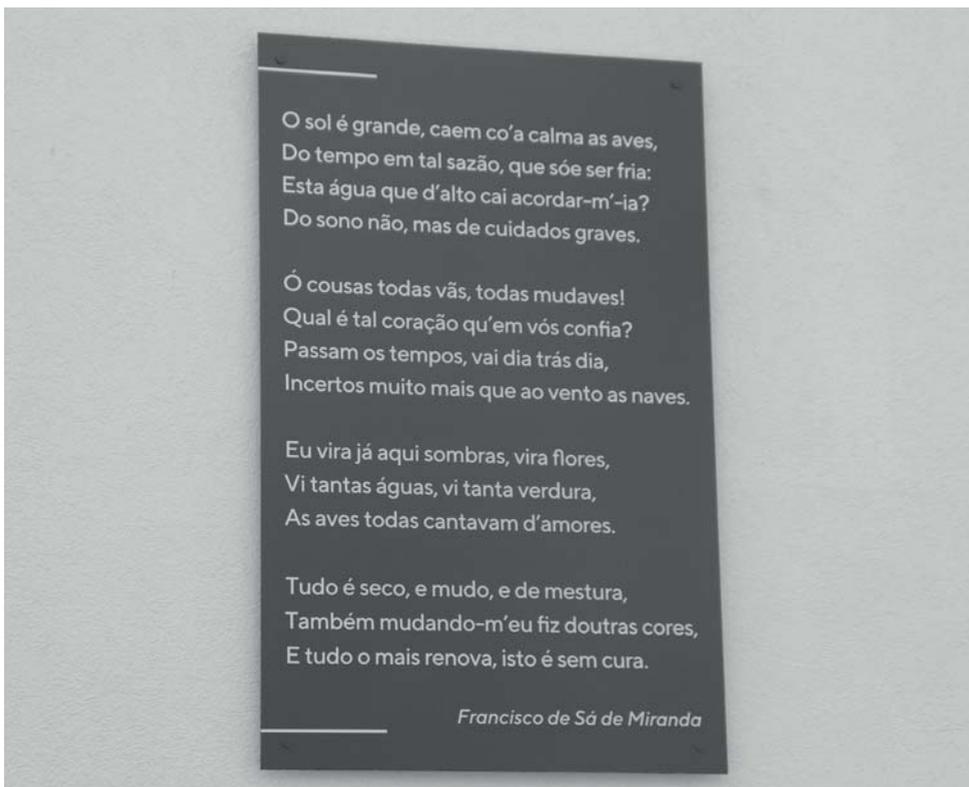
O sol é grande, caem co’a calma as aves,
Do tempo em tal sazão, que sóe ser fria:
Esta água que d’alto cai acordar-m’-ia?
Do sono não, mas de cuidados graves.

Ó cousas todas vãs, todas mudaves!
Qual é tal coração qu’em vós confia?
Passam os tempos, vai dia trás dia,
Incertos muito mais que ao vento as naves.

Eu vira já aqui sombras, vira flores,
Vi tantas águas, vi tanta verdura,
As aves todas cantavam d’amores.

Tudo é seco, e mudo, e de mestura,
Também mudando-m’eu fiz doutras cores,
E tudo o mais renova, isto é sem cura.

Francisco de Sá de Miranda





ENTREVISTA A

RICARDO
HIROYUKI
SHIBATA

por Sérgio Guimarães de Sousa
spgsousa@ilch.uminho.pt

Ricardo Hiroyuki Shibata é Professor Adjunto do Delet/ UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná) e doutorado em Teoria/História Literária (UNICAMP), pós-doutorado em História das Mentalidades (UNICAMP) e em História da Cultura (UFPR).

Foi Pesquisador Visitante da Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro, Coordenador de Projetos/área de Língua Portuguesa (CTA), Vencedor do AlBan Programme High Level Scholarship/European Union, Prémio IV Concurso Nacional de Melhores Programas de Incentivo à Leitura/MEC/MinC, Prémio Honra ao Mérito Académico (Trabalho de Conclusão de Curso/IEPAR), Prémio Honra ao Mérito Académico (Iniciação Científica/Unicentro), e Convidado de Honra da Universidad de Guadalajara/Feria Internacional del Libro de México.

Desenvolve pesquisa nas áreas de Literatura Portuguesa (sécs. XV-XVIII), Literatura Brasileira (séc. XIX), Teoria Literária, e relações entre Literatura e História.

Como surgiu, prezado Professor Ricardo Shibata, o seu interesse pelo estudo de Sá de Miranda?

Nos anos iniciais do curso de Letras, eu tive a oportunidade de estudar a obra do poeta romano Horácio. Eu lia e traduzia as odes horacianas com bastante interesse e frequência. O resultado eram “recriações literárias”, que eu cheguei a publicar no jornal da faculdade de Letras da minha Universidade. Um de meus professores de língua latina – Francisco Achcar, a quem eu devo muitíssimo e a quem eu tenho uma enorme gratidão –, por conta dessas publicações e para incentivar a continuidade de meus estudos latinos, presenteou-me com o livro de Gordon Williams, *Tradition and Originality in Roman Poetry*. Aliás, até hoje, meus trabalhos de investigação tratam dessa relação entre tradição e originalidade. E foi o próprio Francisco Achcar quem declamou, numa de suas aulas, o soneto “O sol é grande”, de Sá de Miranda, como exemplo estratégico de apropriação horaciana por autores do Renascimento em Portugal.

Depois disso, frequentei os seminários de Helder Macedo (King’s College), que era Professor Visitante na minha Universidade. Eu tive a grata oportunidade de estudar a utopia pastoril como contraponto à aventura épica no século XVI. E, dentre os autores, estava justamente Sá de Miranda. A proposta era instigante, pois percorria diversos autores portugueses da época renascentista, procurando destacar não apenas os temas, mas as tensões, as aporias e as soluções que apresentavam.

Eu gostaria de esclarecer que havia, nesse período, um intercâmbio

muito produtivo com intelectuais, escritores e professores portugueses, que traziam na bagagem ideias novas, novos modos de tratar as questões literárias e um modo de pensar que eu considerava muito significativo. Eu também tive a honra de frequentar, por exemplo, as palestras de José Saramago e de Augusto Abelaira. Foi a partir disso, que começou meu interesse pela Literatura Portuguesa, de modo geral, e de Sá de Miranda, de modo particular.

Recentemente, o panorama literário português foi surpreendido com a publicação de uma obra intitulada *O Cânone* (Fundação Cupertino de Miranda / Tinta-da-China, Lisboa, 2020). O capítulo dedicado a Sá de Miranda, assinado por João R. Figueiredo, termina desta forma: «Como o velho do Restelo, [Sá de Miranda] achou absurdo abandonar uma tradição apenas porque novos modelos surgiam. Nesse sentido, o seu propósito reformador, como o de Camões, o seu herdeiro literário maior, residiu menos em propagandear o que chegava de Itália do que em dotar a poesia portuguesa, considerada em toda a sua variedade formal, da capacidade de zelar pelo tónus moral daqueles para quem a novidade (das descobertas, da sofisticação da vida na corte) constitui não apenas um atractivo mas um perigo real». Concorda com esta opinião?

Sim, concordo em linhas gerais. A comparação com o “velho do Restelo” é pertinente, pois configura a voz crítica e dissonante numa época em que Portugal era tomado pelas “novidades”. Vários escritores portugueses, mais ou menos contemporâneos a Sá de Miranda, também destacaram essas mudanças no âmbito social, político e económico. Garcia de Resende explicava, com bastante ironia, que as novas modas no vestuário encantavam a aristocracia, o que contaminava toda a sociedade portuguesa.

Porém, o projeto de Sá de Miranda – aliás, um projeto de enormes dimensões – era não apenas flagrar um movimento histórico, particular ao século XVI, mas igualmente aclimatar as novas formas literárias à especificidade lusitana. Quer dizer, o interesse era no conteúdo e na forma; ambos, com igual peso e valor. Esse esforço de aclimação, em outros contextos, era disseminado entre os escritores renascentistas da Península Ibérica. Basta pensar em Garcilaso de la Vega e Juan Boscán; aliás, autores que Miranda convidava seus amigos a ler nos momentos de ócio para robustecer as virtudes. E as consequências desse projeto mirandino, realizado a bom termo, estão visíveis particularmente na obra poética de seus seguidores, como Pêro de Andrade Caminha e António Ferreira.

Como é sabido, Sá de Miranda é um poeta-filósofo. A sagesa dos seus textos passa muito por uma consistente reflexão, sobretudo em églogas e cartas, sobe aspetos nucleares da condição humana em contexto social. Nesse âmbito, ganham particular interesse na obra mirandina – e estou

aqui a pensar, desde logo, na célebre *Carta a El-Rei D. João* – as reflexões assentes sobre uma base de direito e de filosofia moral. Que nos poderia dizer sobre esta matéria?

De fato, esta carta de Sá de Miranda sempre despertou o interesse dos investigadores por uma série de motivos. O principal deles é o seu caráter fortemente crítico e admoestatório. A mim, pelo menos, ela é um bom exemplo de “espelho de príncipes”, que era um género literário cultivado amplamente em Portugal desde a Idade Média. A maestria de Miranda foi transformar um género consagrado em epístola em verso.

A justiça, como virtude mais importante a ser cultivada pelo monarca, é o tema de que trata a carta. Essa ligação de caráter intrínseco entre justiça e a figura do soberano está disseminada em vários discursos laudatórios (nos panegíricos, por exemplo) e pelo ordenamento jurídico das instituições portuguesas. Eu destacaria as Ordenações do reino, e os regimentos da Casa da Suplicação, e da Mesa da Consciência e Ordens. É importante também mencionar a poderosa metáfora do rei como “viva lei”, que ficou famosa nos versos de Miranda.

Além disso, a justiça está ligada à lealdade e ao regime de trocas simbólicas e materiais entre os súbditos e o monarca. Por isso, Miranda explica que a ratificação desse princípio era prática comum aos antigos reis portugueses (D. Dinis, D. Pedro, D. João II) e aos súbditos fiéis que os serviram. Essa operação conceitual atendia às formulações da doutrina teológico-política do século XVI, mais precisamente, à teoria do duplo corpo do rei: de um lado, a “pessoa fictícia” (o ofício de rei que nunca morre, pois herdeiro de uma tradição); e de outro, a “pessoa individual” (o ser humano perecível e finito). No limite, é a distinção entre um corpo sujeito às contingências do tempo e outro corpo, aquele que representa o Estado e os poderes instituídos.

Tem estudado o *topos* do *de re rustica* nas cartas de Sá de Miranda, nomeadamente a partir de alguns *incunabula* dos séculos XV e XVI. Poderia, por favor, abordar essa questão, focando as implicações desse *topos* na economia, no comunitarismo e na política?

O *topos*, em seu sentido aristotélico, do *de re rustica* é um desses lugares insuspeitados que está presente um pouco por toda a obra de Sá de Miranda, mas que comparece de maneira ostensiva em suas cartas. Trata-se de um conceito estratégico daquilo que se chamava, no século XVI em Portugal, da “economia”, da *techné oeconomica* e do *oikos*, ou seja, era uma doutrina especializada que se referia à adequada administração da família, incluindo todas as formas de mantê-la em termos materiais e cuidar de sua perpetuidade ao longo das gerações. Essa doutrina englobava também as diversas dinâmicas sociais em que os membros da família estavam inseridos, como as relações matrimoniais, e as relações com os amigos e demais agregados. Como sua base estava assentada no aperfeiçoamento “antropológico” dos indivíduos, a

“economia” disciplinava os momentos de ócio, o tipo de estudo a que se devia dedicar e o aperfeiçoamento das virtudes.

É justamente a partir disso que podemos entender o “pensamento moral” ou “filosófico” de Sá de Miranda. E todas essas coordenadas estavam dadas pelos comentadores de matéria de *re rustica*, sobretudo conforme alguns autores da Antiguidade clássica, como Cícero, Plínio, Horácio, Virgílio, Xenofonte e Aristóteles. No século XVI, em Portugal, essa matriz epistemológica é frequentemente encontrada, de modo disperso, nos autores que trataram do pensamento tomista. Mesmo porque é preciso destacar que a religião cristã era um referencial incontornável nesse período.

Sá de Miranda, então, se vale, com bastante sagacidade, de todo esse arcabouço para criticar a expansão lusitana no além-mar e o acúmulo de riquezas por meio do comércio. Sua voz dissonante, numa época de grande euforia que foi o tempo das grandes navegações, ficou famosa e entrou para tradição literária. Para ele, havia uma articulação essencial entre a “arte da agricultura” (*o de re rustica*), a atmosfera campestre, o distanciamento em relação à Corte, a leitura dos bons autores, o cultivo dos amigos verdadeiros, e a harmonia política entre os segmentos sociais do Estado e a preservação da organização comunitária. De fato, suas cartas, em especial, fundamentavam seus argumentos, com base numa estrutura tradicional, aquela da antiga sociedade portuguesa.

Em seu entender, que lições para os dias de hoje se podem extrair de um autor como Sá de Miranda, muito provavelmente ainda pouco lido fora da esfera dos estudiosos e especialistas.

O contexto pedagógico no Brasil, na área de Ciências Humanas e Letras, atualmente, manifesta grande interesse para os chamados problemas contemporâneos. Se, por um lado, isso é um avanço considerável, pois incentiva os alunos a pensarem as questões mais pungentes da contemporaneidade (a questão do debate político, o aperfeiçoamento das instituições, a apropriação dos valores estrangeiros, etc.); de outro, há pouco espaço para a tradição dos grandes escritores da Literatura Portuguesa – e, diga-se de passagem, por incrível que possa parecer, também da Literatura Brasileira. Porém, é interessante pensar que esse tipo de questionamento já era realizado, com erudição e bastante sofisticação, por um autor como Sá de Miranda no século XVI.

O arsenal de temas, questões e problemas, que ele tratou, podem servir muito bem de parâmetro para refletirmos com mais rigor o século XXI. Miranda estava imerso num contexto de intensas mudanças históricas, de deslocamentos transatlânticos, do surgimento de novas formas de comunicação, de pessoas com sonhos de riqueza que se podia fazer rapidamente. Ora, é um pouco o que estamos vivendo em nossos tempos. Miranda buscou respostas a tudo isso. Sobretudo, ele se dedicou àquelas que mais o incomodavam e apresentou possibilidades diante desse quadro complexo.

Além disso, Sá de Miranda percebia e pensava todas essas novidades com muita sabedoria e espírito crítico – e, por vezes, com boas doses de sarcasmo e bom-humor, mas sempre com bastante subtileza, elegância e sagacidade. Colocava todos esses problemas a partir de suas nuances e matizes, numa linguagem poética que ainda hoje eu, particularmente, considero insuperável. O que fornece aos seus leitores e estudiosos bons momentos de uma leitura agradável e muito satisfatória.

NOVOS COLABORADORES

Fernando Cosme é licenciado em Filologia pela Universidade de Lisboa, foi professor de Português e Francês no ensino secundário. Natural da região do Gerês, tem-se dedicado à Linguística Histórica. Recolheu a toponímia do Parque Nacional da Peneda-Gerês desde Montalegre até aos Arcos de Valdevez e, para estudar a Jeira, recolheu ainda a restante de Terras de Bouro, a de Amares e a das freguesias de Palmeira e Adaúfe, em Braga. A investigação e estudo da toponímia têm-no conduzido no sentido da história antiga e da arqueologia espacial. Tem publicados vários trabalhos sobre várias temáticas, mas principalmente sobre a toponímia e história do Jurês e da Jeira.

António José Ferreira Afonso, foi coordenador adjunto da Área Educativa do distrito de Braga, entre 1990 e 1996; vice-presidente da Camara Municipal de Terras de Bouro (1998-2002); vogal da Comissão Regional de Turismo do Alto Minho (1998-2007); membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (2002-2006); presidente da Associação de Municípios do Vale do Cavado (2005-2009); presidente da Mesa da Secção de Municípios com Áreas Protegidas da Associação Nacional de Municípios Portugueses (2005-2009) e vogal da Mesa Executiva da Associação Europeia dos Eleitos de Montanha - AEM (2005-2009).

BOLETIM CULTURAL DE AMARES

Editor
Município de Amares

Diretor
Sérgio Guimarães de Sousa

Coordenação editorial
Anabela Costa

Comissão Científica
André Corrêa de Sá (Universidade de Santa Barbara, Califórnia)
Eugénio Lisboa (Universidade de Aveiro)
João Paulo Braga (Universidade Católica)
Luciana Braga (Investigadora do CECH e do CEM)
Otilia Martins (Universidade de Aveiro)
Patrícia Ferreira (Universidade de Amres, Massachusetts)
Paulo Osório (Universidade da Beira Interior)
Sérgio Guimarães de Sousa (Universidade do Minho)

Design
H2com

Capa
Cabeça de prata com relíquias de Santa Margarida oferecida pelo 1º Marquês de Montebelo à igreja de S. Martinho de Carrazedo. Uma das duas antigas capelas que existem na igreja tem vínculo à Casa de Castro com invocação de Santa Margarida (mártir) e a outra com vínculo à Casa da Tapada, com invocação a Nossa Senhora da Apresentação, é onde se encontra a sepultura do poeta Francisco de Sá de Miranda

Composição gráfica
H2com

Impressão
Graficamares, lda

Depósito Legal
462650/19

ISSN
2184-6162

SONETO DO NAVIO E DO PAVIO REAL

Quão curto, meu amor, parece este pavio
que, embora arda de ti, tão longe está do mundo.
Só no verso te toco, te crio, te recrio,
mas sou como navio, proa a rasar o fundo.

Porque tu não és tu, aquela que existiu
em verdadeiros corpos e tempos e lugares,
por quem eu existi, bebendo chuva e frio –
mas tu estavas ali, nesse lugar de estares.

Agora, este pavio não se acende de vida.
Nada se inflama a sério, é só reflexo leve,
e eu falho aqui sozinha, carne, suor e folha.

(Boa comparação seria a de uma rolha
falhando mar, garrafa e a sua boca leve
e fazendo do vinho mistura meio ardida).

ANA LUÍSA AMARAL

Soneto inédito, em honra de Sá de Miranda,
o nosso maior sonetista.